

PEDRO MIGUEL MENDES COURINHA

**BASES PARA RECUPERAÇÃO DO CENTRO
HISTÓRICO DE AVIS, LARGO CÂNDIDO DOS REIS**

Orientador: Prof. Doutor Arq. Vasco Pinheiro

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Departamento de Arquitetura, Urbanismo, Geografia e Artes

Lisboa

2017

PEDRO MIGUEL MENDES COURINHA

Despacho de Nomeação de Júri N.º 338/2017

Presidente: Prof. Doutor Pedro Carlos Bobone Ressano Garcia

Arguente: Prof. Doutor Alberto Flávio Monteiro Lopes

Orientador: Prof. Doutor Vasco Maria Tavela de Santos Santos Pinheiro

Vogal: Prof. Doutor António José Marques Vieira de Santa Rita)

BASES PARA RECUPERAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE AVIS, LARGO CÂNDIDO DOS REIS

Tese apresentada para a obtenção do Grau de Mestre,
no Curso de Mestrado em Estudos Avançados em
Arquitetura, conferido pela Universidade Lusófona de
Humanidades e Tecnologias.

Orientador: Prof. Doutor Arq. Vasco Pinheiro

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Departamento de Arquitetura, Urbanismo, Geografia e Artes

Lisboa

2017

AGRADECIMENTOS

Muitos foram aqueles que diretamente ou indiretamente contribuíram para a elaboração desta dissertação. Deste modo, agradeço a colaboração de todos aqueles que cooperaram na elaboração deste trabalho.

No entanto, gostaria de destacar algumas pessoas que, pelo seu envolvimento e apoio mais direto em questões sociais, históricas e técnicas, contribuíram, de sobremaneira, para a sua objetivação, nomeadamente:

Ao Professor Dr. Arq. Vasco Pinheiro, orientador desta dissertação, pelo seu grande conhecimento na matéria de reabilitação urbana, assim como pela constante disponibilidade concedida;

À minha família pelo apoio permanente e pela inspiração;

À minha filha pois sem ela seria indubitavelmente mais difícil todo o percurso conducente à sua finalização;

Aos meus colegas de curso e aos meus amigos, que sempre me apoiaram e acompanharam nos bons e maus momentos.

Obrigado a todos e a tudo...

RESUMO

Nos dias de hoje deparamos com uma grave situação nos Centros Históricos e nos Espaços Públicos em Portugal. Existe uma tendência para sua desertificação e envelhecimento populacional, o que origina a sua degradação e desadequação. Esta situação resulta dos Centros Históricos não conseguirem dar resposta às suas necessidades inerentes ao atual modo de vida. Deparamos-nos com a realidade e ficamos incapazes de acompanhar a evolução temporal, o que origina a sua deterioração e desqualificação, quer no seu edificado quer no Espaço Público.

Atualmente, um novo protagonismo assume a necessidade de conservação e revitalização dos nossos Centros Históricos, devolvendo-lhe assim todas as suas qualidades. O Centro Histórico de Avis é mais uma vítima da incapacidade de acompanhar a evolução temporal com o seu Espaço Público desadequado aos novos estilos de vida, não favorecendo a segurança e conforto dos seus utilizadores com presença abusiva do automóvel, o património edificado degradado e o mobiliário urbano desadequado, tudo situações negativas que contribuem para a desvalorização do seu património.

Face ao exposto proponho-me, nesta dissertação, promover levantamentos e estudos que possibilitem a recuperação e dinamização do Largo Cândidos dos Reis, promovendo intervenção neste Espaço, devolvendo aos seus utilizadores uma qualidade e conforto na sua utilização.

Palavras-chave: Centro Histórico, Espaço Público, Largo Cândidos dos Reis, Revitalização, Desvalorização.

ABSTRACT

We have been facing serious problems in the historical urban centres and public spaces in Portugal. A trend to desertification and an ageing population have constituted the foundations for their deterioration and exhaustion. Such situation is the result of a lack of solutions to answer to the people's present time needs in terms of a city centre life should be. This is the reality that was not thought in due time and that consequently, resulted in the disqualification, of the already built area, as well as of the public places.

At the present time, the leading role should be on the necessity of preservation and innovation of our historical urban city centres, restoring their quality.

The centre of Avis is another victim of the already stated incapacity of appropriateness to the new cosmopolitan life styles, where people's security and comfort have been forgotten. The massive presence of automobiles, the degradation of the built areas, the inappropriate street furniture have all led to its patrimony to be devalued. The purpose of this research is to promote surveys and studies that can lead to the rehabilitation and innovation of the Largo Cândido dos Reis encouraging intervention in the public space.

Keywords: Historical Centre, Public Space, Largo Cândido dos Reis, Revitalization, Devaluation.

LISTA DE SIGLAS

ICOMOS – Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

GTL – Gabinete Técnico Local.

RECRIA - Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados.

PRID - Programa para a Recuperação de Imóveis Degradados.

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico.

CEE - Comunidade Económica Europeia.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	3
1. Os Centros Históricos em Portugal	3
1.1 Principais Problemas.....	3
1.2 Exemplos de Intervenções	6
1.2.1 Centro Histórico de Évora.....	6
1.2.2 Centro Histórico de Guimarães.....	10
1.3 A Questão do Espaço Público	14
2. Aspetos a Considerar na Reabilitação de Espaços em Centros Históricos.....	17
2.1 Importância do Espaço Público no Centro Histórico	17
2.2 Sustentabilidade.....	28
2.3 Utilização	31
2.4 Circulação	37
2.5 Elementos Caracterizadores	38
PARTE II – CENTRO HISTÓRICO DE AVIS E OS ESPAÇO PÚBLICOS	40
1. Imagem Urbana do Centro Histórico de Avis	40
1.1 Estrutura e Forma Urbana.....	40
1.2 Pontos Notáveis (Centralizadores).....	55
1.3 Estrutura Edificada	60
1.3.1 Tipologia.....	60
1.3.2 Materiais	62

2. Espaços Públicos	65
2.1 Tipologias do Espaço Público	65
2.1.1 Arruamentos	66
2.1.2 Largos	67
2.1.3 Terreiro.....	69
2.1.4 Logradouro	69
2.2 Características dos Espaços Públicos.....	70
2.2.1 Vegetação	70
2.2.2 Pavimentação	70
2.2.3 Iluminação	71
2.2.4 Mobiliário Urbano.....	72
2.2.5 Hierarquia Viária e Estacionamento.....	72
2.2.6 Infra-Estruturas	72
2.2.7 Barreiras Arquitetónicas.....	73
2.2.8 Problemas Detetados	74
PARTE III – MODELO DE INTERVENÇÃO	76
1. Identificação da Metodologia da Intervenção	76
2. Proposta de Intervenção	77

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico n.º 1 – População Residente das Freguesias do Concelho de Avis	48
Gráfico n.º 2/ 3 – Distribuição dos Residentes por Estado Civil.....	50
Gráfico n.º 4 – Faixa Etária dos Residentes.....	51
Gráfico n.º 5 – Habilitações Literárias da População do Centro Histórico	52
Gráfico n.º 6 – Distribuição dos Residentes por Profissão/ Ocupação.	53
Gráfico n.º 7 – Atividades Comerciais disponíveis no Centro Histórico de Avis.....	55

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1 – Matriz Síntese dos Critérios Sustentáveis.....	28
Figura n.º 2 - Candeeiros de Iluminação através de Leds, Arraiolos	29
Figura n.º 3 - Jogo de Água - Lørenskog, Norway/ Adams-Sangamon Park, Chicago	35
Figura n.º 4 – Distrito de Portalegre/ Concelho de Avis	40
Figura n.º 5 - Delimitação da Área de Intervenção	41
Figura n.º 6 - Área Abrangida pelo PPSVCHA/ Área de Intervenção... ..	42
Figura n.º 7 – Evolução Urbana	47
Figura n.º 8 - Planta de Localização/ Mosteiro de S. Bento.....	56
Figura n.º 9 - Paredes Cenário do Mosteiro	57
Figura n.º 10 - Planta de Localização/ Igreja e Hospital da Misericórdia	57
Figura n.º 11 - Planta de Localização/ Paços do Concelho Medievais.	58
Figura n.º 12 - Rua de S. Roque/ Torre de S. Roque/ Igreja Matriz.....	59
Figura n.º 13 - Largos/ Praças/ Jardins.....	65
Figura n.º 14 - Rua Machado dos Santos.	67
Figura n.º 15 - Largo Dr. José Valentim Varela/ Dr. Sérgio de Castro/ Miguel Bombarda	68
Figura n.º 16 - Jardim Passeio Mestre de Avis.....	68
Figura n.º 17 - Largo Cândido dos Reis.	69
Figura n.º 18 - Laranjeiras (Citrus sinensis).	70
Figura n.º 19 – Tipo de Pavimentação	71
Figura n.º 20 – Mobiliário Urbano.....	72
Figura n.º 21 – Largo Cândido dos Reis/ Edificado Existentes.....	78
Figura n.º 22 – Largo Cândido dos Reis/ Zonas de Circulação.	85
Figura n.º 23 – Largo Cândido dos Reis/ Pavimentação e Usos.	86
Figura n.º 24 – Largo Cândido dos Reis/ Valorização Paisagística	87
Figura n.º 25 – Largo Cândido dos Reis/ Edificado e Usos.....	88

INTRODUÇÃO

Esta dissertação pretende aprofundar a temática da reabilitação urbana do Espaço Público nos Centros Históricos, adaptando-o às exigências dos dias de hoje.

O Centro Histórico de Avis foi o local escolhido para a área de estudo e intervenção. Como a maior parte dos Centros Históricos em Portugal, a área de intervenção encontra-se desadequada tanto no património edificado como no Espaço Público. Problemas como a população idosa, a desertificação, o uso do automóvel abusivo e concomitante falta de estacionamento, retirando espaço ao peão e criando insegurança e desconforto, a desvalorização dos espaços, a falta de trajetos pedonais, o mobiliário urbano desadequado e com falta de manutenção não convidando ao seu uso, a desvalorização do comércio e dos espaços onde este se situa, são fatores preocupantes que urge reformar.

O Espaço Público, por conter um grande património cultural, tem um carácter extremamente importante e influenciador nestes aglomerados históricos pois é nele que se ouvem histórias dos seus antepassados e onde acontecem relevantes intervenções sociais entre as comunidades. Contudo, cumpre realçar que o Espaço Público sempre foi um elemento estruturante e organizador da forma urbana, constituído por elementos físicos, como a rua, a praça, a avenida, os jardins, cujo carácter multifuncional, tanto ao nível dos usos como das funções, bem como, quanto à diversidade cultural e social dos diferentes grupos sociais que o utilizam, determina o equilíbrio do espaço urbano, permitindo a sua continuidade territorial e funcionalidade.

O Espaço Público é portanto fator definidor da qualidade de vida da sua população, por ser o espaço onde, para além dos edifícios, se desenvolvem as suas variadas vivências, evidente fator de identidade dessa população.

É neste paradigma que pretendo situar e encontrar um modelo de intervenção, reabilitando e revitalizando esse Espaço Público, adaptando-o aos dias de hoje, mas nunca esquecendo as suas origens.

A metodologia aplicada neste estudo foi efetuada, através da observação direta, consulta de bibliografia, diálogos com a população residente e por ultimo consulta de documentação.

A estrutura desta dissertação é constituída por três capítulos, cada um com a sua função, caracterizada por enquadramento teórico, caso de estudo e modelo de intervenção/conclusão:

Enquadramento Teórico

Este capítulo inicia-se com a elaboração de um enquadramento teórico onde se faz uma análise referenciando os problemas gerais dos Centros Históricos em Portugal e as suas causas. Dado que este campo é destinado ao Espaço Público e ao Centro Histórico considerou-se melhor introduzir neste campo as práticas de reabilitação de Centros Históricos, Espaços Públicos de Évora e de Guimarães onde são referidas as intervenções, os seus objetivos e respetivos resultados. Este ponto terá grande influência no modelo de intervenção face aos resultados positivos das intervenções a que foram sujeitos.

Elaboração de aspetos e critérios influenciadores da reabilitação do Espaço Público onde será mencionada a importância do Espaço Público no Centro Histórico, não esquecendo a sustentabilidade.

Caso de Estudo

Neste capítulo, destinado ao caso de estudo, faz-se uma caracterização do Centro Histórico em vários aspetos. É composto por uma caracterização abrangente, à escala do território, ou seja, do Centro Histórico e escala local, Espaço Público.

Será efetuada uma caracterização e análise da imagem urbana do Centro Histórico de Avis, como a evolução da estrutura urbana, onde é referida a caracterização da população. A estrutura edificada, elementos notáveis, entre outros de grande relevância como, localização dos espaços, tipologias de Espaços Públicos, funções, vegetação, pavimento iluminação, mobiliário urbano, infra-estruturas, estacionamento, bem como barreiras arquitetónicas. Para finalizar será efetuada uma síntese dos problemas encontrados para que se possa articular com os restantes capítulos, de maneira a realizar o modelo de intervenção aceitável, acompanhado pela opinião dos habitantes onde mencionam os seus problemas e propostas.

Modelo de Intervenção/ Conclusão

Elaboração da metodologia de intervenção para o Espaço Público do Centro Histórico de Avis (área de intervenção) tendo em conta os capítulos referidos, nomeadamente as práticas de reabilitação nos Centros Históricos de Évora e Guimarães, por terem característica semelhantes ao caso de estudo, não esquecendo todos os capítulos desta dissertação que também foram fundamentais para esta dissertação.

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Os Centros Históricos em Portugal

1.1. Principais Problemas

Os problemas causados pela evolução do tempo, ou seja, pela contemporaneidade, estão presentes nos Centros Históricos em Portugal, os quais estagnaram no tempo, ficando assim desertos, degradados e desadequados.

Identificam-se assim alguns dos problemas que afetam os Centros Históricos portugueses e que devem ser tidos em consideração na sua reabilitação:

A diminuição da população residente

Um dos fenómenos, com escala global, que mais afeta os Centros Históricos é o crescimento para a periferia dos núcleos urbanos, que leva a um progressivo despovoamento destes centros.

A constatação de uma desadequada política de solos, em que o valor do solo nas periferias é substancialmente mais baixo do que no centro das cidades ou nos Centros Históricos, leva a que a população, principalmente a mais jovem, procure habitações maiores e mais baratas fora destes núcleos urbanos. Em consequência, além de uma progressiva desertificação, o que leva a uma progressiva degradação do edificado pelo seu abandono, a população residente é cada vez mais uma população idosa e sem recursos económicos para a sua recuperação, uma vez que a mais nova e com mais posses saiu para a periferia.

A pressão da atividade económica, com a terciarização de muitos destes centros, levou também a que ao nível do edificado fossem introduzidas alterações tipológicas, com a diminuição da sua função primordial de carácter habitacional, que alteraram a vivência e a identidade, ao invés de ter sido introduzido como um dos fatores promotores da multifuncionalidade dos Centros Históricos, na perspetiva de serem geradores de emprego, da reabilitação do edificado e dos seus Espaços Públicos e poderem constituir-se assim, como um dos fatores para a fixação de população, devolvendo-lhes o seu carácter social e cultural.

O envelhecimento da população residente

A recuperação e o desenvolvimento sustentável dos Centros Históricos são claramente afetados pelo envelhecimento da sua população residente.

Ao nível da estrutura edificada, acarreta uma degradação progressiva, por esta camada da população não possuir os meios económicos para promover a recuperação das suas habitações, ficando mesmo algumas delas devolutas.

Com o desaparecimento das camadas mais jovens, a utilização dos Espaços Públicos fica também cada vez mais condicionada, por dificuldades de locomoção da população residente, verificando-se mesmo o abandono de alguns desses espaços, principalmente à noite, aumentando as questões relacionadas com a insegurança e diminuindo o carácter social destes espaços.

O desenvolvimento da atividade económica fica também comprometido, face a um poder de compra diminuído, o que leva a que a permanência de atividades seja diminuída, com repercussões no carácter multifuncional que estes espaços deveriam desempenhar.

A degradação da estrutura edificada

A degradação que ao longo dos tempos foi afetando a estrutura edificada dos Centros Históricos, tem acarretado consequências graves ao nível da sua imagem urbana e mesmo do desaparecimento de alguns valores de relevo patrimonial.

A política seguida quanto ao arrendamento, tem levado à degradação dos edifícios habitacionais, não sendo raros os casos que se encontram em risco de desmoronamento, não só ao nível dos edifícios devolutos, mas mesmo de alguns habitados. O facto da maior parte do edificado ser de propriedade privada e a política seguida de congelamento das rendas, levou a que muitos proprietários a aproveitassem como motivo para não intervir no sentido da sua recuperação, aproveitando mesmo o facto de poderem prolongar no tempo a sua degradação, sem terem qualquer obrigatoriedade de recuperação. Uma vez que as autarquias através da legislação vigente não têm poder para intervir, a não ser em estado de perigo eminente, limitando-se a sua intervenção apenas em autorizar ou não a realização de obras, aproveitando assim os proprietários, a futura valorização dos terrenos através da especulação imobiliária.

As consequências destas situações refletem-se no abandono destas habitações pela população com mais condições económicas, mantendo estes centros uma população que vive em condições bastante precárias.

Acessibilidades, Tráfego Automóvel e Estacionamento

A malha urbana orgânica, de origem medieval, de muitos dos Centros Históricos, cujo traçado irregular, com ruas estreitas e de relevo acentuado, constituem pela sua própria estrutura uma condicionante à mobilidade.

Considerando que a população residente é uma população envelhecida, as

características dos seus Espaços Públicos dificultam a mobilidade, nomeadamente, pela própria constituição física desses espaços, em lajedos de pedra ou em calçada, muitas vezes em mau estado de conservação e pela desadequação de equipamentos e de mobiliário urbano.

Concebida para o peão, a sua adequação ao tráfego automóvel acarretou problemas de compatibilidade entre ambas as circulações, abarcando o automóvel por ocupar o espaço que originalmente foi concebido para desfrute do peão, que pela própria malha apertada das ruas levou à inexistência de estacionamento, efetuando-se este em espaço reservado à circulação pedonal.

O problema do tráfego automóvel nos Centros Históricos é agravado pela falta de acessibilidades através de transportes públicos e pela falta de estacionamento na periferia destes.

Carência de infra-estruturas e de equipamentos

Outro fator que provoca uma falta de competitividade entre os Centros Históricos e a sua envolvente, no que diz respeito à fixação de população é a falta de adaptabilidade destes, às necessidades da vida contemporânea.

Não existe uma equivalência entre as necessidades da população residente, que é envelhecida, e o tipo de estruturas de apoio existentes, verificando-se falta de centros de dia e lares.

Os equipamentos culturais por vezes existem, mas em diversos casos a desqualificação da sua envolvente não propicia o seu uso, assim como, dos diversos espaços verdes, que apesar de escassos, muitas vezes estão votados ao abandono e desqualificados, não promovendo a sua utilização nem pela população nem pelos turistas.

A manutenção do Comércio Tradicional

Ao longo dos tempos os Centros Históricos foram perdendo a sua característica de concentrarem as atividades necessárias para a vivência da sua população.

O desenvolvimento nas periferias não só de habitação, mas também das suas estruturas de apoio, entre elas, o aparecimento das grandes superfícies comerciais, foram um dos fatores que contribuiu para a desvitalização do comércio tradicional nos Centros Históricos, uma vez, que o mesmo também já bastante desertificado ao nível da população residente, deixou também de ter capacidade para competir ao nível comercial com estas novas estruturas.

A perda da multifuncionalidade nos Centros Históricos acarreta diversos problemas com consequências ao nível do tecido urbano, nomeadamente, com a perda do seu carácter

social e económico e pelo nível da insegurança que gera.

1.2. Exemplos de intervenções

1.2.1. Centro Histórico de Évora

No século XV, Évora, foi residência dos reis de Portugal, sendo que a sua origem remonta à época Romana. O Centro Histórico de Évora, de raiz medieval abrange toda a zona intra-muros numa uma área aproximada de 107 hectares e tem 30 monumentos classificados como nacionais.

O Plano de Recuperação do Centro Histórico de 1981 foi o primeiro plano elaborado especificamente para o Centro Histórico, tendo sido nesta data, que a Câmara Municipal de Évora cria o primeiro Gabinete próprio para o Núcleo do Centro Histórico, para a prossecução dos objetivos descritos no Plano.

Objetivos

- A recuperação do tecido urbano intra-muros;
- O melhoramento das condições de habitabilidade dos alojamentos;
- A revitalização económica, social e cultural, para que Évora e nomeadamente o seu Centro Histórico, fosse mantido como um pólo regional.

Apesar de se terem detetado determinados condicionalismos à implementação dos objetivos do plano, tais como, o não cumprimento da Lei das Finanças locais, a qual limitou a capacidade de investimento, a ausência de colaboração entre o Poder Central e o Poder Local, que não permitiu acordos de cooperação, a vigência de uma Lei de Solos desadequada, a desarticulação entre as entidades envolvidas e o reduzido número de programas públicos de reabilitação urbana, verificou-se contudo, no período pós-criação do gabinete, uma inversão na tendência de degradação do património, uma melhoria nas condições de habitação, conseguida com o aumento do investimento público e privado na reabilitação de edifícios degradados e a revitalização do turismo, do comércio e dos serviços.

Évora Património da Humanidade

Évora é uma das cidades Portuguesas inscritas na Lista de Património Mundial, tendo em 25 de Novembro de 1986, obtido a classificação da UNESCO como Património da

Humanidade, por ser “testemunho de uma troca considerável de influências durante um dado período ou numa determinada área cultural, sobre o desenvolvimento da arquitetura, ou da tecnologia das artes monumentais, do ordenamento das cidades ou da formação das paisagens” (UNESCO, 1986) e “excelente exemplo de um tipo de construção ou um conjunto arquitetónico ou tecnológico ou paisagístico ilustrando um ou mais períodos significativos da história da humanidade.”¹ (UNESCO, 1986)

Quer para a história como para a vida da cidade, das suas instituições e dos seus habitantes, esta classificação significou uma maior responsabilidade ao nível do património, por esta significar um acréscimo ao nível do turismo e dos seus serviços correlacionados.

ÉVORACOM - Programa Especial de Urbanismo Comercial

Dos diversos programas com impacto na reabilitação dos Espaços Públicos do Centro Histórico, o ÉVORACOM - Programa Especial de Urbanismo Comercial para a Revitalização do Centro Histórico de Évora, surge de um acordo datado de 1997 e enquadrado no programa PROCOM, Programa de Urbanismo Comercial, da responsabilidade da Secretaria de Estado do Comércio e Turismo entre a Associação Comercial do Distrito de Évora e a Câmara Municipal de Évora.

A área de intervenção abrange os principais eixos e espaços estruturantes urbanos e as principais zonas comerciais, num total de 9 hectares, no núcleo mais central do Centro Histórico, onde se verifica maior concentração e diversidade de estabelecimentos comerciais e engloba ainda os espaços estruturantes da vivência e mobilidade quotidiana, a Praça do Giraldo, a Praça Joaquim António de Aguiar e a Praça 1.º de Maio.

Objetivos do Programa

O grande objetivo do programa é a modernização urbanística e comercial do Centro Histórico com a sua requalificação urbana através de:

- Criação de condições de conforto urbano, com nova pavimentação, instalação de novo mobiliário urbano e melhoria da iluminação;
- Reestruturação da rede viária de forma a reduzir o trânsito automóvel e valorizar a circulação pedonal, criando condições para a uma boa mobilidade;
- Aumento da capacidade de estacionamento;
- Melhoria da imagem urbana do Centro Histórico através da reabilitação de ruas, praças e largos degradados.

¹ www.unesco.pt/pdfs/docs/patm_pt.doc: acedido em 12 de Dezembro de 2010.

Para a implementação destes objetivos foram definidos 3 níveis de intervenção e os critérios do programa base para o conjunto das intervenções.

Nível 1 de Intervenção - Redefinição Funcional das Praças:

- Praça do Giraldo - Restituição da sua função primordial como espaço de lazer e enquanto núcleo central do conjunto urbano, a recuperação dos seus elementos patrimoniais de referência, como por exemplo, a fonte central;
- Praça Joaquim António de Aguiar - Revitalização do espaço, restituindo-lhe o conceito de jardim e acumulando a função de palco para espetáculos. Como forma de reorganização do estacionamento, é proposta a construção de um parque de estacionamento subterrâneo, com capacidade para 118 veículos;
- Praça 1.º de Maio - Revitalização do espaço, com a requalificação do Mercado Municipal e tornando-a parcialmente pedonal.

Nível 2 de Intervenção - Alargamento e Consolidação das Zonas Pedonais:

- Reforçar o espaço destinado ao peão, com o aumento das áreas pedonais em zonas com importância comercial e em situações de conflito, exemplo da Rua Miguel Bombarda, Largo Álvaro Velho e Praça do Sertório;
- Definir espaços preferenciais de circulação ou permanência, exclusivamente pedonais, através da diferenciação na pavimentação, cujas características devem ser confortáveis e de perfil regularizado;
- Nas áreas de circulação mista devem prever-se passeios mais alargados e contínuos, sem interrupções nas ligações com ruas transversais de menor importância, devendo para tal, ser reorganizado o estacionamento;
- A pavimentação deve ser projetada, de modo a que a configuração dos seus desenhos permita a diferenciação entre espaços canais, de permanência e mesmo de demarcação a elementos de valor patrimonial, devendo mesmo constituir mais um elemento valorizador destes.

Nível 3 de Intervenção - Modernização de Mobiliário Urbano e de Equipamentos:

- Definição cuidadosa dos locais destinados à colocação de mobiliário urbano;
- Adequação do tipo de mobiliário às exigências funcionais e estéticas atuais;
- Zonas para estacionamento de bicicletas.

Princípios a Adotar nas Intervenções

- Enterramento das infra-estruturas de cabos elétricos, cabos telefónicos, cabos de TV e gás canalizado;
- Melhorias nas redes de esgotos e de abastecimento de água;
- Contentores do lixo e reciclagem enterrados;
- Adequação do sistema de recolha de lixo;
- Regulamentação do sistema de cargas e descargas;
- Regulamentação da sinalética e dos painéis de informação institucional;
- Regulamentação da publicidade dos estabelecimentos comerciais;
- Melhorias na iluminação geral do Espaço Público e criação de iluminação cénica valorizadora do conjunto urbano.

Princípios a Adotar na Pavimentação:

- Para valorizar a circulação pedonal e facilitar a mobilidade;
- Redução da variedade de tipos de materiais de pavimentos, com a adoção do granito como o material base;
- Utilização nas zonas pedonais de cubos de 5cm por 5cm e para a definição de percursos e de espaços canais, a utilização de lajedo contínuo;
- Prolongamento da pavimentação de zonas pedonais, entre cruzamentos de perpendiculares de menor importância, de modo a criar percursos pedonais contínuos;
- Utilização correta dos materiais de pavimento consoante a função do espaço, de modo a permitir áreas de permeabilização do solo;
- Utilização do mármore para intervenções pontuais de relevância;
- Rampeamentos das passadeiras para peões.

Na generalidade, os grandes objetivos do plano foram conseguidos:

- O Centro Histórico tornou-se mais contemporâneo e adaptado às necessidades da vida atual, através da revitalização da atividade terciária, a qual permitiu uma reabilitação ao nível do património edificado e do Espaço Público;
- A reorganização das circulações dentro do Centro Histórico, e designadamente, a criação de um parque de estacionamento subterrâneo na Praça Joaquim António de Aguiar, permitiu que as ruas ficassem livres de estacionamento à superfície, devolvendo esse espaço ao peão, e contribuiu para um melhor acesso ao comércio, serviços e equipamentos, possibilitando mesmo a utilização destes Espaços

Públicos como um prolongamento de muitas dessas atividades, como por exemplo, o uso de esplanadas e mesmo de comércio ao ar livre;

- A valorização da circulação pedonal foi conseguida através da reorganização do estacionamento, o que permitiu o alargamento das zonas pedonais, a resolução dos pontos de conflito com as ruas transversais, o rampeamento das passadeiras para peões, o rampeamento dos lancis, o tratamento dos pavimentos e introdução de lajedos centrais, permitindo a continuidade dos percursos e a introdução de novo mobiliário urbano permitindo a melhoria do conforto e ambiente urbano.

Em conclusão, o Centro Histórico de Évora modernizou-se, rejuvenesceu e conciliou a modernidade com o património e com a história de Évora, garantindo a continuidade da identidade do seu Centro Histórico.

A qualidade da intervenção de requalificação do Centro Histórico de Évora, designadamente, da intervenção ao nível dos seus Espaços Públicos com a melhoria da mobilidade, permitiu a atribuição pelo Centro Português de Design, à Câmara Municipal de Évora, do Prémio Cidade Inclusiva.

1.2.2. Centro Histórico de Guimarães

O Centro Histórico da Cidade de Guimarães constitui um dos exemplos mais bem preservados e reveladores da autenticidade da evolução da malha urbana desde a sua origem medieval até à atualidade. Associada à formação de Portugal no século XII, as suas tipologias de construção e a utilização de técnicas e materiais de construção tradicionais são um testemunho da evolução da arquitetura portuguesa entre os séculos XV e XIX.

A área do Centro Histórico sempre se caracterizou por uma ausência de instrumentos específicos de intervenção e só em 1979 com a criação do Plano Geral de Urbanização (PGU) da autoria do Arq. Fernando Távora, no qual se previa a elaboração de um Plano de Pormenor, foram propostas por Nuno Portas o que se designou por Normas Provisórias, de modo a enquadrar uma gestão urbanística mais eficaz do Centro Histórico, conjuntamente com a proposta de criação de um Gabinete Municipal do Centro Histórico.

A criação do GTL, as suas políticas de atuação e objetivos

Em Março de 1985 foi criado o Gabinete Técnico Local (GTL). O Despacho n.º 4/SEHU/85 estipulava que os GTL's, a funcionar na dependência das Câmaras Municipais, deveriam elaborar projetos de reabilitação de Espaços Públicos comuns e de recuperação

de edifícios, caso fosse necessário, não se definindo, porém, a tipologia do planeamento a efetuar.

Os limites da área de intervenção do GTL abrangiam os antigos tecidos históricos (intra-muros), áreas já classificadas, zonas de expansão do período da revolução industrial e alguns tecidos envolventes dos anos 30 a 40.

No Documento Interno do Gabinete Técnico Local estão expressos os 3 grandes objetivos para a sua atuação:

- A reabilitação para e pelas pessoas, contra a elitização;
- A conservação estrita dos valores identitários e de autenticidade, preservando as qualidades referenciais existentes na arquitetura da cidade histórica;
- A garantia da continuidade das permanências essenciais de longo prazo, conservando as qualidades formais já sedimentadas (a arquitetura erudita e vernácula que construiu, no tempo, este Centro Histórico), mas conseguindo integrar as novas oportunidades e resolver (mais rapidamente) as intempéries.

Como estratégia operacional de atuação definiram-se três vetores de atuação, que se podem simplificar como:

- O controlo, o estímulo e o apoio técnico às iniciativas particulares;
- A conservação, restauro e reabilitação modelar do património e dos edifícios de responsabilidade municipal;
- A requalificação dos Espaços Públicos.

Destacam-se das suas intenções o princípio da preservação da identidade do núcleo urbano histórico, adaptando-o contudo, às atuais exigências e através da manutenção da população residente, tendo sido efetuado uma sistemática recuperação e beneficiação das habitações.

Uma das opções de investimento baseou-se na reabilitação e requalificação dos Espaços Públicos, equipamentos e infra-estruturas como uma estratégia para a indução do interesse privado.

As intervenções do GTL realizaram-se em Espaços Públicos selecionados e em obras particulares de proprietários, sempre numa estratégia de intervenções mínimas, através de um processo de manutenção e não de substituição do existente.

Destas intervenções destaca-se a qualidade técnica imposta tanto na conservação, na reabilitação ou mesmo na renovação, através da introdução de técnicas, produtos e materiais tradicionais usados e testados pelo tempo.

Intervenções no Património Edificado

O restauro e adaptação da Casa da Rua Nova e o início do projeto da Praça do Município marcaram o início da atividade do GTL, com a característica que irá prevalecer nas suas intervenções, que é a de uma recusa da manutenção da fachada após a sua demolição. Sendo o edifício substituído por construções novas com diferentes sistemas estruturais e construtivos. E com alterações ao nível tipológico e volumétrico, com a introdução e sustentação de uma estratégia de conservação do património urbano.

Para as intervenções no património edificado, privilegiaram-se as intervenções com impacto mínimo. Com vista à manutenção dos sistemas construtivos do edificado do Centro Histórico, foram recuperadas as técnicas e os materiais tradicionais, tendo mesmo, sido criados cursos de formação em construção tradicional, para maior qualificação de uma obra de mão local, de forma a manter uma unidade formal, construtiva e ambiental.

Em toda a área de intervenção, o aumento volumétrico é condicionado, evitando-se a alteração da tipologia parcelaria, as intervenções são efetuadas lote a lote, mantendo a lógica da continuidade do existente.

Em todo o processo de reabilitação, a prática de projeto em colaboração com os particulares foi essencial para uma concertação entre o estado de conservação em que o edifício se encontra, as necessidades de reabilitação e a capacidade que o proprietário tem para fazer essa reabilitação. Uma das condições prévias para a manutenção da população residente no Centro Histórico foi precisamente a prática de intervenção através da manutenção dos residentes nas suas habitações.

Intervenções no Espaço Público

A estratégia do GTL para o investimento no Espaço Público, baseou-se na qualidade das intervenções de requalificação dos Espaços Públicos do Centro Histórico, numa perspetiva de estes poderem constituir um maior interesse para um futuro investimento privado nos edifícios confinantes a estas áreas.

Para tal, procurou-se a execução de projetos por arquitetos qualificados com a intenção de estes servirem de motor ao investimento privado.

Em toda a área de intervenção foram realizados melhoramentos das infra-estruturas existentes, nomeadamente, ao nível do saneamento, do abastecimento de água, eletricidade, gás, das comunicações como, telefones e introdução de TV por cabo, na perspetiva de aumentar a qualidade dos serviços, e um maior chamariz para novas atividades que se irão localizar nesta área.

Identificaram-se áreas estratégicas de atuação, como edifícios relevantes cuja envolvente importava recuperar, praças, largos, alguns eixos urbanos prioritários e de maior visibilidade, procurando criar espaços urbanos coerentes e prioritários. Para tal, foi necessário devolver a esses espaços o seu carácter pedonal, reorganizando-se a circulação no Centro Histórico, com uma compatibilização entre a circulação pedonal, a circulação automóvel e o transporte público. Foram criadas vias com acesso condicionado a veículos de moradores e para cargas e descargas e foram determinadas vias com estacionamento lateral, que permitem paragens em zonas específicas do Centro Histórico. Em conjunto, foram criadas áreas alternativas de estacionamento, como por exemplo, o parque de estacionamento do Largo da Mumadona.

Foi devolvido a algumas ruas e praças o seu carácter pedonal e a criação de condições de conforto para o peão através da repavimentação e com novas condições para se poder estar nos espaços e usufruir destes, com introdução de novo mobiliário urbano, e equipamentos de apoio conjugado com uma nova iluminação e cénica de alguns edifícios e monumentos.

Os objetivos fixados na estratégia implementada pelo GTL para a reabilitação do Centro Histórico foram alcançados uma vez que:

- Todo o processo de reabilitação do edificado foi efetuado com a permanência da população residente nas suas próprias habitações, num processo de interação com os particulares, que evitou realojamentos temporários sem dar lugar ao aumento exponencial das rendas e tendo contribuído significativamente para a fixação da população residente do Centro Histórico a par do aumento da qualidade do edificado;
- A requalificação dos Espaços Públicos permitiu a reconversão de algumas ruas, praças e largos em espaços pedonais, o que permitiu uma maior apropriação destes, tanto pela população residente, como pela população visitante, contribuindo para melhorar a qualidade de vida dos habitantes do Centro Histórico e incrementar o turismo;
- A requalificação do Espaço Público como indutor do investimento privado levou à requalificação do edificado adjacente e contribuiu para potenciar a vitalidade do Centro Histórico;
- Foi reforçado o carácter identitário do Centro Histórico, tendo todo o processo de reabilitação contribuído para repor a sua autenticidade, funcionando como um lugar

de cultura e encontro, sendo testemunho da possibilidade de integração de novas formas de vivências no espaço urbano medieval.

Como consequência da reabilitação efetuada pelo GTL, Guimarães foi uma das cidades Portuguesas inscrita na Lista de Património Mundial, tendo em 2001, obtido a classificação da UNESCO como Património da Humanidade, de acordo com os seguintes critérios "Guimarães é de um considerável significado universal, na medida em que aqui se desenvolveram técnicas especializadas de construção de edifícios durante a Idade Média que depois foram exportadas para as colónias portuguesas, na África e no Novo Mundo, transformando-se, mesmo, em características essenciais, "pelo passado histórico de Guimarães estar "intimamente associada com o estabelecimento da identidade nacional portuguesa e da língua portuguesa no século XII" (UNESCO, 2001) e por Guimarães ser "uma cidade excepcionalmente bem preservada, reflecte a evolução de alguns edifícios particulares desde os tempos medievais até ao presente, com particular incidência entre os séculos XV e XIX."² (UNESCO, 2001).

1.3. A questão do Espaço Público

Ao núcleo central de um conjunto urbano singular, que corresponde ao pólo de origem e evolução de um aglomerado de construções e espaços, formado ao longo de um horizonte temporal alargado, que pode ou não manter vestígios dessas várias épocas e que foi isolado pela expansão acelerada da época industrial e pós-industrial, e que se constitui como suficientemente homogéneo e coerente e desse modo passível de ser delimitado, é identificado como o Centro Histórico.

Agregadas às suas características urbanísticas e arquitetónicas estes Centros possuem intrínsecos valores arqueológicos, históricos, culturais, sociais, económicos, éticos e simbólicos, capazes de traduzir a memória urbana das sociedades e atribuir um carácter identitário único a cada um deles, tal como os definiu em 1976 a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, como todo o grupo de construções e de espaços cuja coesão e qualidade são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, pré-histórico, arquitetónico, histórico, sócio-cultural, e estético.

Define-se assim, um conceito de Centro Histórico, como um espaço de memória e identidade, face a valores histórico-culturais definidores de um património.

² www.unesco.pt/pdfs/docs/patm_pt.doc: acedido em 12 de Dezembro de 2010.

Apesar do valor e características próprias, os Centros Históricos não se constituem como unidades autónomas e isoladas do conjunto urbano em que se inserem, mas como um organismo inseparável da malha envolvente, apesar de um dos fatores que contribui para a sua singularidade e identidade, ser que representam espaços de centralidade no território, pelo seu carácter multifuncional, face à diversidade de usos e de atividades que agregam.

Atualmente, as preocupações de salvaguarda e reabilitação dos Centros Históricos estão relacionadas com a função primitiva residencial que esses centros representavam, face à gradual desertificação versus progressiva terciarização do espaço, pela perda da dinâmica social e por uma pressão de um turismo mal gerido que não garante a sua sustentabilidade enquanto território funcionalmente equilibrado.

Desde a Idade Média que o peão, enquanto utilizador do espaço exterior das cidades desempenha um papel importante na sua conceção e desenvolvimento.

A evolução orgânica e natural destas cidades, de traçado urbano irregular, caracterizavam-se pela sua continuidade, densidade urbana elevada, multifuncionalidade e diversidade de espaços e vivências que definiam ruas, adaptadas ao peão, largos e praças com desenho apropriado aos vários tipos de usos, o que determinavam um carácter singular a cada um destes espaços.

Deste modo, o Espaço Público assumia-se como preponderante no desenho e evolução urbanas e as várias tipologias que o constituíam, tais como, ruas, largos e praças, eram elementos estruturantes e definidores da identidade e da morfologia urbana.

Com o aparecimento do automóvel ao longo do século XX a morfologia urbana é alterada, face à crescente urbanização da população e ao crescimento urbano difuso, o tráfego e a nova forma de circulação com necessidades de espaços para estacionamento alteraram e condicionaram alguns espaços públicos.

Os novos estilos de vida contemporâneos consequência da dispersão urbanística residencial que passou em expansão de uma escala urbana para suburbana, para metropolitana e até regional, e da desnuclearização das atividades, que obrigam a grandes movimentos pendulares e que levaram ao domínio do transporte individual e da diminuição do uso dos transportes públicos e da deslocação pedonal.

A complexidade de deslocações e o alongamento de distâncias levaram a um acréscimo dos fatores de risco e de insegurança, a uma queda da qualidade de vida e a uma consequente desorganização do Espaço Público, que atualmente e em crescendo vai perdendo o seu carácter público transformando-se muitas vezes em espaços de carácter privado, como exemplifica o crescente número de condomínios privados que proliferam pela malha urbana.

Contudo, cumpre realçar que o Espaço Público sempre foi um elemento estruturante e organizador da forma urbana, constituído por elementos físicos, como a rua, a praça, a avenida, os jardins, cujo carácter multifuncional, tanto ao nível dos usos como das funções, bem como, quanto à diversidade cultural e social dos diferentes grupos sociais que o utilizam, determina o equilíbrio do sistema urbano, permitindo a sua funcionalidade e continuidade territorial.

O Espaço Público é um fator definidor da qualidade de vida da sua população, por ser o espaço por excelência onde para além dos edifícios é onde se desenvolvem as suas variadas vivências, é também um elemento da sua identidade, uma vez que se reveste de um forte simbolismo histórico, cultural, social e político, através dos quais se define a imagem da cidade.

Os Centros Históricos de raiz medieval definem-se por uma malha urbana orgânica, bastante irregular, consequência das preocupações defensivas da época, cujo perímetro do núcleo urbano era fortificado. Os elementos que constituem esta malha irregular, os fortes declives, as ruas estreitas, as travessas, as escadarias, os becos e as praças irregulares, denotam a preocupação com a escala humana, foram projetados à medida e de acordo com a população e com as necessidades da sua época, tanto a nível da circulação dentro do núcleo urbano quanto à sua defesa da envolvente.

Os Espaços Públicos destes Centros Históricos Medievais, constituem no conjunto da densa malha urbana, espaços de decompressão, por ser nos largos e nas praças onde se localizam os edifícios religiosos e públicos e onde se acolhem as funções comerciais, como os mercados e que por serem pontos de interação social das populações, constituem espaços de centralidade e a sua evolução denota os contextos e práticas urbanísticas das várias épocas e definem uma memória coletiva que garante o seu carácter identitário.

Os Espaços Públicos tradicionais caracterizam-se pela sua escala humana, que dentro de um complexo sistema de espaços diversos, formam espaços sequenciais e ordenadores, em que as estreitas larguras dos lotes permitem uma grande diversidade de fachadas e onde através de uma malha de ruas e avenidas, a implantação dos quarteirões, permite a delimitação clara entre espaços privados e espaços públicos.

A compatibilização de exigências entre os Espaços Públicos dos Centros Históricos e as exigências da época atual, levantam problemas que importam adequar, nomeadamente, ao nível da circulação automóvel, com a adequação às características morfológicas e formais destes espaços.

Como testemunho evolutivo de vários contextos históricos e práticas urbanísticas a delimitação dos Centros Históricos, abrange atualmente, para além das malhas medievais de cariz irregular, com Espaços Públicos adaptados à escala humana, outros espaços que

denotam a evolução das cidades e que podem possuir malhas que irão definir Espaços Públicos de cariz mais regular e de maior escala urbana, que no seu todo formem um conjunto coerente.

Os Centros Históricos como testemunhos de identidades e culturas sempre se constituíram como espaços de interesse turístico. Os seus Espaços Públicos a par do seu edificado, sempre foram alvos de pressão turística, contudo esta atividade turística era vista como vantajosa para este património que poderia ser conservado e dinamizado e que permitia um desenvolvimento local, impedia a sua desertificação e criava novas infra-estruturas e equipamentos, geradores de emprego e que melhoravam as condições de vida das populações.

A par dos benefícios foram-se detetando os efeitos que um turismo excessivo e mal gerido pode causar, através da pressão económica com aumento do preço das infra-estruturas e equipamentos, pela pressão do comércio terciário e diminuição do uso residencial e da população local através de fenómenos de elitização e consequente privatização do Espaço Público, pelo desgaste e degradação dos recursos históricos e consequente e progressiva perda da identidade.

2. Aspetos a considerar na Reabilitação de Espaços Públicos em Centros Históricos

2.1. A importância do Espaço Público no Centro Histórico

Das várias tipologias que constituem o espaço urbano, o Espaço Público, assume-se como primordial para a ligação do tecido urbano, quanto à sua continuidade formal e ambiental, à sua mobilidade e acessibilidade e à própria visibilidade da cidade ou do Centro Histórico, através da interligação das suas malhas, fator essencial na constituição e promoção de um território através de um desenvolvimento sustentável.

O Espaço Público funciona como um importante fator de identidade, por constituir-se como elemento de ligação entre as várias áreas do Centro Histórico, onde o seu papel de continuidade, tanto da estrutura edificada como da estrutura ambiental, é revelador do seu carácter público, social e multifuncional. Como promotor da continuidade do espaço urbano e pela sua acessibilidade, os Espaços Públicos assumem-se como espaços de centralidade, pela sua multiplicidade de usos e funções, capazes de serem fatores de qualificação da sua envolvente.

O Espaço Público como Elemento Estruturante do Território

Dos elementos estruturantes que constituem o espaço urbano, uns assumem-se na categoria de Espaço Público, como as ruas, avenidas, praças, espaços verdes e espaços naturais, outros, assumem-se como os que são fortemente dinamizados por estes, tais como, os edifícios e as áreas de equipamentos.

À semelhança, o desenho do Espaço Público tem influência imediata quanto à continuidade formal da malha urbana, da continuidade ambiental, da mobilidade, acessibilidade e visibilidade, em contraponto àquelas que são geradas pela sua dinâmica na envolvente, tais como, a dimensão social, a económica e a da multifuncionalidade.

Enquanto criação de um sistema de relações sociais e culturais, a promoção de um carácter identitário como um fator de apropriação e pertença de uma determinada população, é decisivo na minimização de fenómenos de exclusão social, através da satisfação e expectativas desta população, através das dinâmicas criadas com o seu usufruto.

Enquanto potenciador de dinâmicas económicas, o desenho do Espaço Público como promotor da multifuncionalidade, em que seja atrativo para a população e que pela sua centralidade crie flexibilidade de usos, permite uma adaptabilidade à evolução das dinâmicas urbanas, gerando o aparecimento de comércio e novas atividades empregadoras, estimuladas pela localização e tipologias deste Espaço Público.

Dimensão do Espaço Público

Podem definir-se três escalas, às quais um Espaço Público deve ter em consideração, de forma a resultarem intervenções coerentes e articuladas com os espaços envolventes, entre elas, o contexto territorial, a área envolvente ao espaço público e a área de inserção deste.

A tipologia do Espaço Público define a abrangência da sua dimensão espacial no território, por exemplo, os parques urbanos e as grandes avenidas e praças de escala superior a algumas ruas, jardins, largos e praças, bem como as dinâmicas por este criado, a nível económico, social, cultural e funcional, variando as suas escalas de influência em função da sua multifuncionalidade e adaptabilidade, estimulando ou dificultando a sua utilização e apropriação pela população.

Para um bom planeamento do Espaço Público, as várias escalas territoriais têm de ser tidas em conta, bem como, a sua integração de acordo com as orientações e estratégias para a sua área urbana, considerando as vertentes ambientais, sociais, económicas e formais da sua envolvente.

Para um ajustado desenvolvimento do planeamento e implementação dos projetos de Espaço Público no território urbano, contribui a definição de princípios, que traduzam as

suas linhas orientadoras e que tenham por base não apenas o intuito de promover a coesão da malha urbana local, como também integrar as características biofísicas, sociais, económicas e formais das diferentes escalas do território sobre o qual o projeto influi.

É esta simbiose entre o que caracteriza um determinado território e a definição de princípios orientadores, que permite a conceção e a implementação de um projeto de espaço público, adaptado ao território e que responda às necessidades locais.

Definiram-se os princípios orientadores para a conceção do espaço público que abarquem as diferentes escalas territoriais, com abrangência desde o contexto territorial, à escala urbana envolvente e até à área da sua abrangência física e que consigam integrar todos os fatores que contribuam para uma coesão do território, estruturados dentro das seguintes áreas de estudo: identidade; fatores biofísicos; fatores sociais; fatores económicos; mobilidade/acessibilidade; continuidade/permeabilidade; desenho urbano inclusivo; funções; segurança e conforto; materiais e participação cidadã.

Sustentabilidade

Nas ações de planeamento, programação e desenho dos Espaços Públicos, o modelo de desenvolvimento deve ser baseado numa visão global de sustentabilidade, como conceito que garante um equilíbrio entre o desenvolvimento económico e a sustentabilidade ambiental, de modo a promover a continuidade ambiental e da forma urbana, a melhoria da mobilidade e acessibilidades na malha urbana, a melhor visibilidade para uma melhor compreensão do território, a multifuncionalidade, bem como a equidade socioeconómica.

A sustentabilidade, como modelo de desenvolvimento que promova a continuidade dos fatores económicos, sociais e ambientais, deve ser assumida como princípio base para qualquer intervenção no espaço público urbano, constituindo-se como um elemento fundamental para uma estrutura urbana coesa no seu território.

Identidade

Como conceito, a identidade de um meio urbano, está intimamente ligada à sua população e às suas formas de apropriação de um espaço, que se traduzem num sentimento de pertença, através de um conjunto de memórias, ideias, sentimentos, valores e significados.

Ao nível do Espaço Público, a definição de um conceito de identidade social, relaciona-se com a inserção do indivíduo nos diferentes grupos sociais, os quais definem a identidade social de uma determinada envolvente física.

Para a definição da identidade de um Espaço Público identificam-se dois fatores de natureza distinta: os de natureza física, relacionados com as características ambientais e

com as especificidades da forma urbana, e os de natureza social, relacionados com as características sociais e culturais dos utilizadores deste espaço.

O fator identitário dos Espaços Públicos constitui um elemento fundamental para uma estrutura urbana coesa, através da adaptação do espaço à sua envolvente urbanística, da apropriação deste pela sua população, promovendo a continuidade formal e ambiental do espaço urbano, a sua visibilidade, bem como a sua coesão social e económica.

Identidade dos Espaços Públicos nas diferentes dimensões urbanas:

- Na escala do território, define-se pela adequação face às diferentes estratégias existentes para o Espaço Público, através da sua adaptação à estrutura biofísica e à sua inclusão na malha urbana.
- Na escala da área envolvente, define-se pela adaptação do Espaço Público às características da sua envolvente, designadamente, às características biofísicas, às condicionantes naturais, à forma do tecido urbano e às características sociais e culturais, assim como, às suas dinâmicas e tendências económicas.
- Na escala do próprio Espaço Público, define-se pela apropriação deste pela população, promovendo a tipologia e tipo utilização adequada, designadamente, dos equipamentos e mobiliário urbano, dos materiais e técnicas construtivas, dos pavimentos, dos elementos escultóricos, da iluminação, da sinalética e das respetivas cores e texturas.

Integração Biofísica

Qualquer intervenção no espaço urbano deve prever o equilíbrio entre o ambiente urbano construído e os seus sistemas naturais, de modo, a minimizar os impactes negativos, promovendo a sustentabilidade das opções urbanas de planeamento.

Torna-se importante para tal, um conhecimento prévio das características biofísicas do local, entre elas, a orografia, o tipo de solo, as linhas de água (de superfície e subterrâneas), a flora, a fauna, o clima, de modo a detetarem-se as estruturas, que pelo seu valor natural importa salvaguardar e valorizar e para que os espaços públicos, promovam o equilíbrio entre os espaços, o meio urbano e meio natural.

Integração biofísica dos Espaços Públicos nas diferentes escalas urbanas:

- Na escala do território, define-se pela adequação às condicionantes biofísicas existentes de modo a manter a continuidade dos elementos naturais.

- Na escala da área envolvente, define-se pela adequação do Espaço Público à paisagem e às características biofísicas, sendo que, a sua localização deve ser adaptada à orografia, aos cursos de água subterrâneos, às características dos solos, às superfícies de reflexão, tais como, planos e linhas de água, pavimentos e à orientação solar e ventos dominantes.
- Na escala do próprio Espaço Público, define-se pelo alcance de um conforto climático através de uma correta orientação solar e face aos ventos dominantes, da correta utilização da vegetação para regular a temperatura e minimizar o efeito dos ventos e à utilização de massas e planos de água como reguladores térmicos, obtendo maior reflexão da energia solar e obtendo uma melhor regulação da humidade atmosférica.

Dinâmica Social

Considerando que os Espaços Públicos urbanos, são espaços de afluência e confluência e com grande influência na definição das dinâmicas sociais geradas, as quais se definem pelas características específicas da sua população, tais como, os estratos sociais, os escalões etários, as suas necessidades e convicções políticas e religiosas, que lhe atribuem um carácter identitário e que definem tipologias de habitação, equipamentos e os próprios Espaços Públicos em si, cujo processo de programação e desenho deve ser orientado pelo princípio da máxima abrangência social.

Dinâmica social dos Espaços Públicos nas diferentes escalas:

- Na escala do território, define-se pela adequação das funções do Espaço Público à sua localização e tipologia, no âmbito das estratégias sociais existentes, combatendo a marginalização através da potencialização da integração social, promovendo a renovação da população num determinado território e criando Espaços Públicos definidos para populações específicas, tais como, jovens e idosos.
- Na escala da área envolvente, define-se pela adequação da tipologia e funções desenvolvidas no Espaço Público, às características sociais da população, através dos diferentes estratos sociais, escalões etários, problemas sociais, tais como, a exclusão social e a marginalização, através da criação de vivências tipo e de elementos culturais abrangentes.

Dinâmica Económica

No Espaço Público a perspetiva de os mesmos poderem gerar uma dinâmica económica, obtida pela concentração e especialização das atividades económicas existentes, atrativas para a população e geradoras de emprego, constituem um fator positivo, devido aos serviços de utilidade pública e funções que desempenham, permitindo a adaptabilidade do Espaço Público, às estratégias de desenvolvimento económico do seu contexto urbano.

A resposta económica excessiva face às necessidades da sua população pode, contudo, também acarretar um fator negativo, gerado pela forte pressão no Espaço Público dos diferentes agentes económicos que ali se instalam, motivo da privatização do Espaço Público, pelo que, estes fatores devem ser devidamente contrabalançados.

Dinâmica económica dos Espaços Públicos nas diferentes escalas urbanas:

- Na escala do território, define-se pela adequação às estratégias de desenvolvimento económico existentes, promovendo a dinamização económica, a especialização de determinado sector de atividade, sempre na perspetiva da contenção, de modo a controlar a privatização do Espaço Público.
- Na escala da área envolvente e na área do próprio Espaço Público, define-se por minimizar a instalação de funções e equipamentos que promovam a iniciativa privada sem contrapartidas sociais, evitando a privatização do Espaço Público, através da criação de dinâmicas económicas que promovam a atração da população pela geração de postos de trabalho.

Mobilidade e Acessibilidade

O desenho do Espaço Público como um elemento estruturante do espaço urbano torna-se essencial na definição de boas condições de acessibilidade e mobilidade, sendo que estas são um fator de valorização e sucesso dos Espaços Públicos na questão da sua apropriação pela população, a qual, nas suas mais variadas capacidades, deve ter oportunidades iguais para poder acedê-los e neles movimentar-se.

O princípio da mobilidade e da acessibilidade nos Espaços Públicos deve ter origem no contexto territorial destes, adaptando-se às redes de circulação existentes de forma a promover o seu desenho inclusivo e que as soluções adotadas permitam uma melhor acessibilidade para o espaço e no espaço, promovendo uma melhor compreensão deste, de modo a facilitar a sua utilização, proporcionando as melhores condições para uma mobilidade sustentável.

A Mobilidade e Acessibilidade nos Espaços Públicos nas diferentes escalas urbanas:

- Na escala do território, define-se pela adequação às estratégias existentes através do desenvolvimento de eixos de circulação estruturantes, promoção de determinados meios de transportes, quer ferroviário, rodoviário ou pedonal, e pela promoção e gestão da intermodalidade.
- Na escala da área envolvente, define-se pelo desenvolvimento de boas ligações viárias, através da adequação da estrutura de circulação no interior do Espaço Público com a circulação da malha urbana envolvente, pela promoção da acessibilidade ao Espaço Público, incluindo as pessoas com mobilidade condicionada ou reduzida, pela criação de condições de estacionamento para o transporte individual, na envolvente ao Espaço Público, de modo a promover a mobilidade sustentável através de novos meios de circulação.
- No próprio Espaço Público, define-se pela facilidade de compreensão na utilização e circulação dentro deste espaço, através de um desenho adaptado à circulação de pessoas com mobilidade condicionada e aos diferentes estratos etários, pela melhor leitura deste espaço, com novos alinhamentos da arborização e da inserção do mobiliário urbano, pela separação clara entre os diferentes modos de circulação (pedonais, velocípedes e motorizados), e pela criação de elementos facilitadores de obstáculos naturais, tais como, rampas, pontes e elevadores.

Continuidade e Permeabilidade

A continuidade e permeabilidade da estrutura urbana deve constituir uma base no desenho formal e ambiental dos Espaços Públicos, garantindo uma sequência de acessibilidades, bem como, uma relação entre os edifícios adjacentes e uma complementaridade de espaços, de funções e atividades nele desenvolvidas e assegurar a ligação entre os diversos elementos do espaço com as redes preexistentes, tais como, infra-estruturas, equipamentos e serviços públicos, estrutura verde e elementos arquitetónicos.

A utilização dos elementos arbóreos, do mobiliário urbano, dos elementos escultóricos e da iluminação, entre outros, utilizados na área específica do Espaço Público, devem ser promotores de uma continuidade visual e simbólica na estrutura urbana envolvente.

Continuidade e Permeabilidade nos Espaços Públicos nas diferentes escalas urbanas:

- Na escala do território, caracteriza-se pela continuidade do Espaço Público com o tecido urbano envolvente ao nível das infra-estruturas, tais como, a rede viária, a

rede de saneamento e o abastecimento de água e a rede de telecomunicações, da estrutura verde através de corredores ecológicos e redes de espaços verdes e pelas características arquitetónicas através das volumetrias, cores e texturas.

- No próprio Espaço Público, define-se pela continuidade e permeabilidade visual e simbólica, através da criação de alinhamentos visuais com elementos arbóreos, de mobiliário e de iluminação, da criação de uma continuidade simbólica pela utilização de elementos escultóricos e pela criação de uma permeabilidade visual com a abertura do espaço à sua envolvente, nomeadamente, através dos espaços de circulação.

Diversidade e Adaptabilidade de Funções

A diversidade de funções adaptadas à realidade territorial deve ser um objetivo a atingir nos Espaços Públicos, cuja finalidade é de maximizar a diversidade de usos com vista à equidade social e económica, através da sua distribuição espacial e das relações de complementaridade entre as diversas atividades a implementar.

A promoção da diversidade económica constitui um atrativo para a população, através da satisfação das suas necessidades funcionais, conferindo aos Espaços Públicos um carácter de centralidade no contexto da malha urbana.

Diversidade e Adaptabilidade de Funções nos Espaços Públicos nas diferentes escalas urbanas:

- Na escala do território, define-se pela adequação das funções às orientações estratégicas definidas, através do desenvolvimento económico especializado e de determinados pólos de equipamentos, pela criação de espaços direcionados para populações específicas, promovendo a integração entre diferentes camadas etárias e com funções sociais específicas, no sentido da integração social.
- Na escala da área envolvente, define-se pela adequação das funções a desenvolver às características da população, através do desenvolvimento das funções que melhor se adequem às dinâmicas económicas e sociais, pela promoção da multi-funcionalidade, de modo a atrair diferentes tipos de população e pela promoção da complementaridade entre as funções do Espaço Público e da sua envolvente.
- Na escala do próprio Espaço Público, define-se pela adequação das funções propostas às diferentes tipologias, praças, avenidas, espaços verdes e espaços canais, bem como, às suas características e dimensões.

Segurança e Conforto

No Espaço Público devem prever-se os critérios de segurança e conforto para a sua população, os quais têm forte relação com a sua maior ou menor utilização, pelo que devem ser previstas as máximas condições para a sua implementação, potenciando o número máximo de utilizadores para estes espaços, independentemente, de idades, estratos sociais, género e culturas, de modo a constituírem-se como inclusores sociais.

A segurança e conforto, ao nível do território, traduz-se na minimização dos impactos resultantes de catástrofes e desastres naturais, na envolvente do Espaço Público, define-se pela segurança dos seus acessos, enquanto no próprio espaço se define pela adequação do seu desenho, do seu equipamento e materiais aos aspetos biofísicos, de modo a resguardar os utilizadores das adversidades climáticas.

Segurança e Conforto nos Espaços Públicos nas diferentes escalas urbanas:

- Na escala da área envolvente, define-se pela criação de segurança nos acessos, através de boas acessibilidades, dotadas de diferentes meios de transporte, promovendo a separação clara, entre as diferentes circulações, percursos pedonais e de velocípedes, circulação viária. Nas vias de acesso ao Espaço Público com atravessamento de vias de circulação intensa, devem ser criados percursos pedonais desnivelados.
- Na escala do próprio Espaço Público, define-se pela segurança, conforto e agradabilidade na utilização deste, através de uma boa implantação dos equipamentos, mobiliário e iluminação, facilitando a circulação. A localização da iluminação deve servir como fator para uma melhor vigilância e segurança noturna. Os materiais devem ser adequados à tipologia do espaço e à sua função. A implantação dos equipamentos e do mobiliário devem ser em função dos aspetos biofísicos, de modo a serem reguladores de temperatura, preverem a insolação do espaço, a proteção dos ventos e da precipitação, conseguido também através da criação de barreiras naturais, como a arborização e os taludes naturais ou de barreiras artificiais, como, a criação de muros para proteção de fatores exteriores, como o ruído. A utilização de meios naturais, como a arborização, os elementos de água e a modelação do terreno, devem ser utilizados para a proteção face às adversidades do meio ambiente, como o calor, a poluição e os ventos fortes.

Adequabilidade dos Materiais

A adequação do tipo de materiais a aplicar num desenho de Espaço Público deve ser adequado às funções e características da população local, tendo em consideração a sua intensidade de utilização e tempo útil para o mesmo, e ser perspectivado, de modo a promover a continuidade formal com a sua envolvente, criando um meio uniforme e em harmonia, sempre na perspetiva social da intervenção, para a criação de espaços para todos.

Deve prever-se a utilização de materiais locais e recicláveis, de forma a minimizar o consumo de recursos naturais, e as suas técnicas de aplicação devem ser adotadas de modo a garantir a sustentabilidade do projeto.

Adequabilidade de Materiais nos Espaços Públicos nas diferentes escalas urbanas:

- Na escala do território, define-se pela adequação dos materiais utilizados, de modo a promover uma continuidade e uniformidade e de modo a adaptá-los às características dos seus utilizadores quanto ao tipo, resistência e durabilidade.
- Na escala do próprio Espaço Público, define-se pela adequação dos materiais às suas funções e à intensidade de utilização e à sua adaptação às adversidades do seu meio, privilegiando a utilização de materiais locais e sempre que possível recicláveis, minimizando o consumo de recursos naturais.

Participação Cidadã

As tomadas de decisão sobre as estratégias de planeamento devem ser acompanhadas de forma ativa pela população, promovendo uma responsabilização pública dos projetos a realizar e no sentido em que é promovido o diálogo entre os particulares e administração, proporciona-se maior aceitação das decisões pela população que nelas participou e uma maior transparência na elaboração dos projetos.

Sendo a população local a detentora da informação privilegiada sobre as características locais, a participação cidadã, deve assumir-se como um princípio orientador para os projetos de Espaço Público, uma vez que estes visam ser acessíveis e usufruídos por todos os cidadãos, na perspetiva de melhorar a sua qualidade de vida, garantindo uma melhor adaptação do projeto à realidade física e social local.

Conclusão

A coesão territorial configura-se através da continuidade da malha urbana e ambiental, da fácil mobilidade e garantia de acessibilidade, da permeabilidade visual, da criação de centralidades que garantam um misto de usos e que se traduza numa coesão ao nível social e económico e para a qual o Espaço Público, como garantia da interligação,

conexão e coerência de diferentes espaços no território urbano, é um elemento estrutural que desempenha importantes funções urbanísticas.

As diferentes escalas territoriais devem ser tidas em consideração no planeamento dos espaços públicos e para tal, são definidos os princípios orientadores, que têm influência nos fatores de natureza ambiental, social, económico e também formal, que interfiram não apenas à escala local, mas que tenham repercussão a escalas mais alargadas, desde o bairro, à cidade, à região, de modo a que se constituam efetivamente como coesores territoriais.

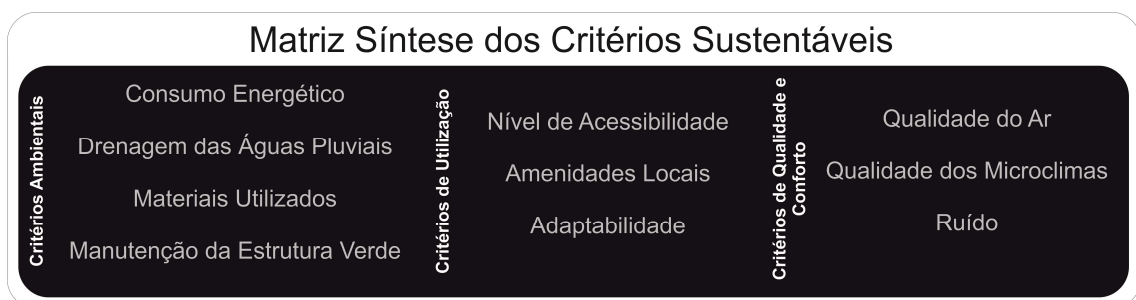
A verdadeira coesão num território só é atingida quando o raio de influência de um projeto de espaço público tenha por base princípios orientadores que definam de forma integrada não apenas área de inserção ou da sua influência direta, mas que tenham impacto ao nível da sua envolvente urbana e do território em que se inserem.

Os territórios menos consolidados, por oposição às grandes áreas consolidadas, onde se verifica um menor desenvolvimento económico, com condições de vida precárias e com um menor desenvolvimento das redes de transporte, têm no planeamento e programação dos espaços públicos um importante fator para o seu desenvolvimento económico e da melhoria das condições de vida das suas populações, desde que estes se configurem como promotores para a coesão territorial, criando espaços urbanos coerentes e inclusivos, orientados por princípios que de forma integrada possam constituir um impulso para o desenvolvimento e competitividade de um território.

2.2. Sustentabilidade

Para qualquer intervenção arquitetónica no Espaço Público, os critérios para uma intervenção sustentável são fundamentais para garantir a sua correta utilização, a sua qualidade ambiental e o seu conforto urbano.

Figura n.º 1 – Matriz Síntese dos Critérios Sustentáveis



Fonte: Pedro Courinha

Critérios Ambientais

Os Critérios Ambientais abrangem o consumo energético, a drenagem e utilização das águas pluviais, os materiais utilizados e a manutenção da estrutura verde.

Consumo Energético

Os Espaços Públicos estão repletos de atividades com consumo energético, entre elas, o sistema de transportes, o sistema de semáforos e o sistema de iluminação pública.

A iluminação pública desempenha um papel de enorme relevância no desenho dos Espaços Públicos, bem como, no ambiente urbano em geral, contribuindo para a valorização do espaço e para gerar segurança no seu uso por parte da população.

As soluções a adotar devem privilegiar as tecnológicas:

Ao nível dos tipos de lâmpadas a substituição das tradicionais de mercúrio que emitem uma luz branca por aplicação de LEDs, cujo consumo energético é mais eficiente, têm uma maior durabilidade, um baixo consumo energético, têm maior segurança devido à baixa produção de calor, são mais amigas do ambiente por não conterem mercúrio e têm um baixo custo de manutenção;

Ao nível dos aparelhos de iluminação a substituição dos aparelhos de iluminação por aparelhos com refletores, uma vez que são mais eficientes, por permitirem a utilização de lâmpadas de menor consumo.

Ao nível da utilização das energias renováveis:

- Utilização de energia hídrica na iluminação dos Espaços Públicos;
- Utilização de aparelhos de iluminação, que englobem painéis solares e permitam a acumulação de energia ao longo do dia para a sua utilização noturna;

Figura n.º 2 - Candeeiros de iluminação através de Leds, Arraiolos.



Fonte: <http://www.schreder.com> (Alterado por Pedro Courinha)

- Utilização de painéis fotovoltaicos, que podem ser adaptados aos diversos elementos que compõem o Espaço Público, tais como, muros, vedações, palas de sombreamento, paragens de autocarro, placares de publicidade, de modo a conseguir produzir energia que poderá vir a ser utilizada para além do Espaço Público.

Gestão da Água

A diminuição dos consumos da água nos Espaços Públicos é a base para a sua gestão sustentável. A manutenção da estrutura verde, a lavagem das vias públicas, passeios e das vias rodoviárias são as atividades onde se regista maior consumo de água e para onde se torna necessário implementar medidas.

O aproveitamento das águas pluviais é um dos critérios ambientais de sustentabilidade a aplicar na gestão da água nos Espaços Públicos.

A drenagem das águas pluviais depende do tipo de solo e do relevo, podendo ser efetuada porque:

- Permite maximizar as superfícies permeáveis ao nível do solo, evita a sobrecarga das condutas das águas residuais, e evita as cheias;

- Permite criar mais zonas verdes permeáveis, com superfícies de vegetação rasteira;
- Possibilita a utilização de pavimentos drenantes, que podem ser aplicados em percursos pedonais e nas zonas estacionamento.

Recolha para um Sistema de Drenagem:

Quando as condições do solo ou a função do espaço não permite áreas de solo permeáveis capazes de captar as águas pluviais.

A recolha das águas, através de um sistema de pendentes, com encaminhamento para caleiras contidas no pavimento ou para sumidouros nas zonas laterais dos arruamentos com acesso ao sistema de drenagem permite:

- Intervenções arquitetónicas ao nível da reabilitação do Espaço Público com aproveitamento destas águas para criação de lagos, espelhos de água ou jogos de água, conseguidos com a drenagem através de pendentes para recolha das águas o que permite um maior conforto aos seus utilizadores, criando humidade no ar;
- Intervenções em terrenos planos através da aplicação de pavimentos semipermeáveis e com criação de um sistema oculto para recolha das águas para reutilização no Espaço Público.

Estrutura Verde

A manutenção da estrutura verde é um dos critérios ambientais para a sustentabilidade dos espaços públicos.

Como um dos elementos constituintes da estrutura urbana, o desenho da estrutura verde deve ser mais um elemento arquitetónico na definição de eixos visuais, de diferenciação das funções dos espaços e contribuir para a definição de hierarquias, bem como através das qualidades plásticas das suas cores, formas e texturas contribui para a ornamentação do ambiente urbano.

Uma estrutura verde cuidada contribui para melhorar a qualidade do ar diminuindo a poluição, para produzir sombras, funcionando como elemento regulador da temperatura aumentando o conforto bioclimático, para atenuar o ruído, para controlar a erosão do solo, para aumentar a biodiversidade.

Assim de modo a garantir a sustentabilidade de uma estrutura verde devem observar-se os seguintes princípios:

- Correta implantação das espécies arbóreas, de modo a terem uma boa absorção da água consoante a disponibilidade do solo, devendo as caleiras serem proporcionais

ao seu tamanho e sempre que possível cobertas com casca de pinheiro de forma a garantir a humidade do solo;

- A escolha do tipo de vegetação deve ser adaptada às características do solo, bem como da sua inclinação, de modo a garantir a harmonia e coerência entre o tipo de solo e o tipo de utilização do espaço;
- Adequação do tipo de vegetação à sua funcionalidade, tal como servir de elemento de sombreamento, protetor do vento ou do ruído, bem como adaptada às áreas que são de permanência ou de percurso.

Materiais Utilizados

Os materiais a usar para garantir um critério ambiental sustentável para o Espaço Público, devem obedecer a determinados princípios, entre eles:

- A utilização de materiais locais, de modo a criar uma identidade e diminuir as necessidades de transporte;
- A aplicação de materiais reciclados, de modo a reduzir a extração de novos e o desgaste ambiental;
- A utilização de materiais com certificado ambiental ou outros sistemas de certificação reconhecidos;
- A utilização de materiais resistentes face à sua exposição ambiental e utilização, de modo a diminuir os gastos de manutenção.

2.3. Utilização

Os Critérios de Utilização abrangem os níveis de acessibilidades, as amenidades locais e a adaptabilidade.

Acessibilidade

O nível de acessibilidade de um Espaço Público define o nível de qualidade desse espaço e consiste em garantir o fácil acesso e condições de mobilidade a todo o tipo de utilizadores incluindo todas as faixas etárias e as pessoas com mobilidade reduzida.

Para tal devem ser garantidos os seguintes princípios a fim de garantir os critérios de utilização sustentáveis, devem ser eliminadas as barreiras que dificultem ou impeçam o atravessamento do Espaço Público tais como:

- Proibição do tráfego automóvel em determinadas áreas;
- Criação de limites de velocidade;
- Limitações ao estacionamento automóvel;
- Rebaixamento do lancil do passeio em toda a extensão das passeiras de peões;
Utilização de rampas em detrimento de escadas;
- Em atravessamentos de praças deve considerar-se a inclinação do terreno, que em casos de grandes desníveis deve ser estudada uma solução conjunta de rampas e escadas; a distância a percorrer, que em percursos longos deve ser complementado com infra-estruturas urbanas, tais como, a iluminação pública e o mobiliário urbano;
- Os pavimentos utilizados devem resultar de uma relação de diversos parâmetros, como, os custos, facilidade de implementação, durabilidade e resistência, integração na envolvente e facilidade de reposição;
- Utilização de pavimentos mais rugosos e anti-derrapantes em situações de atravessamento, que, pelo efeito de desconforto, transmitem maior insegurança, ao invés da utilização de pavimentos com uma superfície mais regular que oferecem maior conforto;
- Diferenciar percursos, distinguindo os que têm por objetivo aceder a um local da forma mais direta e cujo traçado e direção devem ser pensados de um modo lógico e coerente, dos que têm por objetivo o lazer cujo traçado e direção podem ser do tipo deambulatório com a finalidade de conduzir ao passeio, e ao lazer;
- Integração de percursos alternativos para diferentes meios de locomoção, tais como as ciclovias, permitindo meios de deslocações alternativos.

Amenidades

Como critérios de utilização sustentáveis, as amenidades de um local caracterizam-se por serem elementos organizados do espaço urbano, que garantam uma melhor qualidade na vivência do Espaço Público.

As amenidades sociais, caracterizam-se por serem aquelas que são úteis para os seus utilizadores e garantem o dinamismo de um Espaço Público, como as atividades terciárias.

A multifuncionalidade é essencial para que fiquem garantidas as necessidades de um determinado local, da sua população, bem como, a gestão das suas questões económicas, e nesse sentido a atividade comercial diversificada, com produtos acessíveis

às várias camadas etárias e económicas, é essencial para atrair população ao Espaço Público e assim, torná-lo rentável.

A localização, a forma, a dimensão, o tipo de envolvente e o tipo de população local, definem o tipo de amenidades que devem constituir o Espaço Público, para garantir a sustentabilidade da sua utilização, tais como, as áreas de comércio garantirem áreas de permanência no Espaço Público, por exemplo através de esplanadas, as áreas residências serem dotadas de espaços de parques infantis e jardins e as praças serem dotadas de parques de estacionamento subterrâneos ou de silos automóveis.

Adaptabilidade

A adaptabilidade como critério de utilização sustentável deve ter em consideração a dinâmica permanente a que deve estar sujeito qualquer espaço, devendo para isso assumir o princípio da transitoriedade de qualquer projeto de Espaço Público.

Apesar dos usos existentes no local, da forma, da dimensão e do modo como o Espaço Público está inserido na envolvente determinar o seu grau de adaptabilidade, o seu desenho deve para além de definir claramente o tipo de função de cada espaço, tais como, os de atravessamento, os de permanência ou os de superfícies vegetais, não ser impeditivo de o mesmo poder vir a ter outro tipo de funcionalidades ou de ser dotado de novas atividades.

Os Critérios de Qualidade e Conforto abrangem a qualidade ambiental e os níveis de ruído.

Qualidade Ambiental

A qualidade ambiental como critério de conforto e qualidade sustentável de um Espaço Público está relacionada com o nível de apropriação e vivência, que os elementos que o constituem, as ruas, as avenidas e as praças, conseguem obter por parte da população local.

A qualidade do ar nos diversos Espaços Públicos interfere no modo como estes são vividos, sendo diversos os fatores que podem influenciar a sua qualidade, tais como, a poluição causada pelo tráfego automóvel ou pela indústria, os microclimas, a forte exposição solar ou aos ventos.

As estratégias a adotar para o tipo de intervenção irá depender do tipo de clima e das geometrias urbanas de cada local:

- Em temperaturas elevadas e com humidade baixa, a qualidade ambiental deve ser garantida através do sombreamento dos Espaços Públicos de permanência, dos

percursos pedonais e das ciclovias conseguido pela alteração da volumetria construída quer pela introdução de estrutura verde;

- A introdução do elemento água pode contribuir para aumentar a humidade do ar, cuja evaporação proporciona uma descida da temperatura geral, bem como, pode ser um elemento valorizador do conjunto através de uma melhoria do desenho arquitetónico do espaço.

Figura n.º 3 – Jogo de água - Lørenskog, Norway/ Adams-Sangamon Park, Chicago



Fonte: <http://www.landezine.com/> <http://inhabitat.com> (alterado por Pedro Courinha)

- Deve optar-se por superfícies que reflitam a radiação, com preferência para superfícies claras, devendo evitar-se o betão e os materiais espelhados ou aluminizados, para os pavimento e para as fachadas voltadas a Sul e Poente, bem como nos locais com permanência de pessoas ou junto aos percursos pedonais;
- Para o controlo dos ventos nos Espaços Públicos deve ser efetuado através da modelação do terreno, da geometria urbana e do desenho da estrutura verde. Contudo, a circulação do ar não deve ser de todo limitada, pois os ventos também funcionam como um contributo para a qualidade do ar, na medida em que também eliminam a poluição;

- A localização geográfica, a topografia e a envolvente construída são fatores que influenciam a radiação solar de um Espaço Público, pelo que as funções a que ele se destina deve ter em atenção a exposição solar a que estará sujeito, evitando os de fraca exposição solar que se tornam ambientes escuros e sombrios, aumentando a insegurança, bem como os ambientes que pela forte exposição solar se tornam tórridos e desconfortáveis.

Para garantir a qualidade ambiental de um Espaço Público ao longo das estações do ano, o mesmo deve estar adaptado às alterações climáticas e utilizar sistemas adaptáveis, tais como:

- As zonas de permanência devem ser escolhidas em função das construções contíguas;
- Os cheios e vazios urbanos podem criar sombras no Verão e sol no Inverno;
- A vegetação de folha caduca permite criar sombras no Verão e sol no Inverno;
- A utilização de palas de baixa transmissibilidade, que no Verão sirva para criar penumbra e no Inverno para proteger da Chuva.

Ruído

O tráfego automóvel é o principal responsável no ambiente urbano pelos níveis elevados de ruído.

Para garantir os critérios de qualidade e conforto do Espaço Público, os níveis de poluição sonora devem ser ambientalmente aceitáveis de modo a garantir uma vivência confortável do espaço.

As medidas a implementar são essencialmente ao nível dos pavimentos viários, adotando-se pavimentos que sejam redutores do ruído. Podem complementarmente ser adotadas outras medidas, tais como, a colocação de vegetação junto das vias, com vista a criar barreiras à propagação do ruído, bem como em alguns casos a adoção de painéis sonoros.

Tecnologias de Informação

Além dos critérios sustentáveis descritos, para garantir um uso do Espaço Público adaptável à realidade contemporânea, é necessário que o mesmo seja dotado de uma série de inovações tecnológicas, que cada vez mais fazem parte da vida da população, entre elas, o acesso à internet nos Espaços Públicos tornou-se uma necessidade.

2.4. Circulação

- Os pavimentos devem estar devidamente dimensionados com o número suficiente de sarjetas, de modo que não permitam a acumulação de água nas vias;
- O sistema de trânsito deve ser reestruturado, de modo a minimizar os pontos de conflito, tais como, os cruzamentos e interferências com as zonas pedonais;
- Criação de condições para que sejam respeitados os limites de velocidade, tanto ao nível de relevos no pavimento, como pela introdução de zonas de perda de prioridade, como por exemplo, rotundas;
- Nas imediações dos cruzamentos devem existir passadeiras para peões, sendo que o local deve estar liberto de quaisquer barreiras físicas que impeçam a continuidade dos percursos pedonais;
- As áreas destinadas a estacionamento devem possuir uma dimensão adequada, de modo a evitar a sua desorganização;
- Devem estar previstos elementos de proteção aos elementos arbóreos junto às áreas de estacionamento;
- Nas áreas históricas, os materiais a aplicar nos pavimentos dos estacionamentos, devem respeitar os pavimentos pré-existentes e que tenham valor histórico;
- A colocação de mobiliário urbano, de sinalética e de vegetação deve prever uma localização adequada, de modo a ter um papel interativo e contribuir para o desenvolvimento das atividades que existem nos edifícios que delimitam o espaço;
- Os lancis dos passeios devem ser dimensionados de modo a permitir uma fácil circulação, devendo contudo, constituir-se como um elemento dissuasor do estacionamento em cima de passeios e impeditivo da invasão das águas. Nas ligações às garagens, os perfis devem ser dimensionados de forma a evitar grandes desníveis de cotas no seu acesso;
- Os passeios devem ter uma largura adequada a uma confortável utilização, de modo, a que funcionem como espaços canais e permitam a fácil passagem e cruzamento de peões;
- Os materiais e a geometria utilizada nos pavimentos deve permitir uma boa circulação e a diferenciação dos espaços consoante o tipo de atividades a desenvolver e ainda permitir uma unidade entre o próprio espaço, o desenho dos pavimentos e os diversos elementos existentes;
- O recurso a escadas e rampas deve ser evitado, prevendo-se pavimentos com pendentes ou desníveis. Na existência de escadas, os espelhos dos degraus devem ser bem dimensionados de modo a permitir o maior conforto e de materiais

adequados. Em casos de declives acentuados devem prever-se percursos alternativos;

- Os materiais dos pavimentos devem ter em atenção as condições climatéricas, de modo a evitar poeiras ou lamas e a sua degradação;
- Nos espaços de maior dimensão devem ser previstas inclinações e linhas de drenagem para o escoamento das águas pluviais;
- A introdução de elementos vegetais e arbóreos deve ser adequado ao seu espaço envolvente e ao tipo de clima, devendo ainda serem utilizados diversos tipos de elementos e pavimentos na zona envolvente à implantação das diversas espécies vegetais.

2.5. Elementos Caracterizadores

Na reabilitação dos Centros Históricos e modo a garantir a qualidade do seu Espaço Público há parâmetros que devem ser tidos em consideração de modo a que o sentido de lugar seja reforçado e apropriado pelos seus utilizadores.

Um dos elementos que influenciam o ambiente urbano ao nível dos seus Espaços Públicos é a delimitação deste pelo edificado que o envolve, pelo que, é necessária a adoção de princípios de intervenção no edificado.

Ao nível das fachadas dos edifícios, enquanto definidoras de ambientes urbanos através dos ritmos dos seus vãos e pela grande variedade de eixos e simetrias que projetam, devem ser evitados: os conflitos ao nível da volumetria com o conjunto edificado envolvente gerados pelo aumento do número de pisos; a inserção de elementos tecnológicos, como os aparelhos de ar condicionado, ventiladores, antenas de televisão, cabos de telefone e eletricidade e painéis solares; a colocação desajustada de painéis publicitários; a colocação de toldos, de materiais, dimensões e formas de aplicação inadequados; remoção ou substituição de caixilharias, chaminés, frisos, cornijas e outros elementos relevantes que pela sua remoção prejudiquem e comprometam a identidade do edifício ou local.

Ao nível do sistema de tráfego e para uma maior qualidade urbana é necessária a implementação de estratégias que condicionem a velocidade e o fluxo de tráfego prevendo uma reestruturação da hierarquia viária e do respetivo estacionamento.

Na perspetiva de devolver aos núcleos históricos a ideia de lugar e de rua, devolvendo os Espaços Públicos ao peão, é necessário limitar as entradas de automóveis

em algumas zonas urbanas, definindo períodos de tempo limitado para cargas e descargas, reestruturando de forma clara as diversas circulações.

As áreas de circulação pedonal devem constituir-se como áreas atrativas e seguras, de modo a estimular a permanência dos peões e devem estar servidas de bons acessos, tanto através da rede de transportes públicos como de privados, devendo para isso preverem-se áreas de estacionamento na sua envolvente.

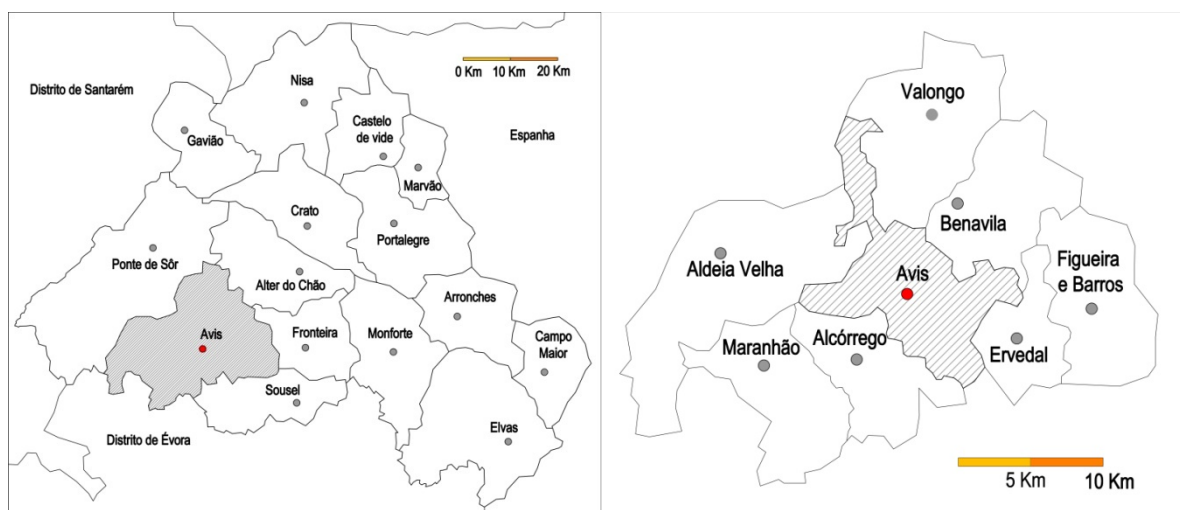
Na perspetiva destes espaços poderem contribuir para a melhoria da qualidade da vida urbana e do seu reequilíbrio ecológico, para que possam dar resposta às exigências dos seus utilizadores, devem ter em atenção uma série de fatores que contribuem para o seu sucesso. Devem constituir-se como espaços de manutenção e recuperação das estruturas edificadas, serem atrativos pela qualidade e adequação do seu mobiliário urbano, revitalizadores através da promoção de diversas atividades, promotores das circulações pedonais, pela criação de áreas de restrição do tráfego automóvel, e criação de bons acessos e condições de estacionamento e devem ser alvos de uma política de promoção e marketing.

1. Imagem Urbana do Centro Histórico de Avis

1.1. Estrutura e Forma Urbana

A vila de Avis, situada no distrito de Portalegre, localiza-se na Região do Alto Alentejo, sendo constituída por oito freguesias, designadamente, Aldeia Velha, Benavila, Figueira e Barros, Avis, Alcórrego, Ervedal, Maranhão e Valongo. Estas oito freguesias abrangem uma área total de 605,9 km².

Figura n.º 4 – Distrito de Portalegre/ Concelho de Avis



(Fonte: Alterado por Pedro Courinha)

O Concelho é circunscrito a Sul por Mora, do distrito de Évora, a oeste por Ponte de Sôr, a sudeste pelo concelho de Sousel, a este por Alter do Chão e Fronteira e a norte por Alter do Chão e Ponte de Sôr. No que diz respeito ao turismo, existem diversos pontos de referência cultural e histórico, designadamente a Barragem do Maranhão, o Convento de São Bento e a Muralha.

O concelho de Avis desfruta de um clima mediterrâneo, sendo o Verão constituído por uma estação muito seca. Entre os meses de Março e Outubro a precipitação ronda os 500 mm, e no mês mais seco, por volta de 170 mm.

Quanto à morfologia, é constituído por terrenos planos, caracterizados por alguns montes e planaltos de altitudes baixas, como o Alcórrego com 206 m e o da Torre com 221 m.

No que diz respeito à geologia, no concelho de Avis predomina o granito, o calcário, e com maior destaque, o xisto.

Quanto a recursos hídricos, possui a ribeira de Almadafe, a ribeira de Serrazola, a ribeira de Seda, a ribeira Grande e a ribeira de Cantarinho, assim como a albufeira do Maranhão.

Limites da Área de Intervenção/ Plano de Pormenor

Figura n.º 5 - Delimitação da área de intervenção (Área abrangida pelo PPSVCHA/ Área de Intervenção)



Fonte: Google Earth alterado por Pedro Courinha

Para a delimitação da área de intervenção desta dissertação foi escolhida a zona Intramuros, que de acordo com o Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Avis, corresponde à Área designada como Zona Consolidada por ser aquela onde se verifica uma maior carência de intervenção face ao avançado estado de degradação em que se encontra atualmente, consequência das limitações económicas e sociais da sua população.

É nesta área onde se identificam os bens de interesse cultural, histórico e patrimonial, e de grande potencial turístico, que definem a identidade da zona dentro do seu contexto urbano.

Figura n.º 6 - Área abrangida pelo PPSVCHA/ Área de Intervenção



Fonte: Google Earth/ Plano de Pormenor alterado por Pedro Courinha

Zona consolidada

O Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Avis tem como finalidade definir a ocupação, uso e transformação do solo na respetiva área de intervenção.

Na imagem apresentada encontram-se representadas as quatro zonas delimitadas no Plano identificadas como Z1, a que corresponde à Zona Consolidada, caracterizada por uma malha apertada de quarteirões consolidados, Z2, a que corresponde à Zona a Consolidar, na transição entre a Z1 e as restantes zonas envolventes, ZV1, a que corresponde à Zona Agro-Silvo-Pastoril, que abrange a envolvente não edificada e ZV2, a que corresponde à Zona Verde de Proteção, que se caracteriza por corresponder a áreas dentro do perímetro urbano onde não se permite a construção.

A zona de intervenção está abrangida pela zona Z1 correspondente à Zona Consolidada, e para a qual o plano de pormenor prevê vários tipos de requalificação e reabilitação.

Destacam-se as obras previstas para os Espaços Públicos, que consistem em revitalizar e devolver a estima pública ao Centro Histórico, através da promoção e

requalificação destes espaços, sendo que o plano prevê a intervenção em todos os terreiros, jardim e largos da área de intervenção, exclusão feita para o Jardim Passeio do Mestre de Avis, pelo facto de o mesmo já ter sido intervencionado.

Para os arruamentos e estacionamento também se prevê alterações, assim como para a sinalética e para as placas publicitárias.

Salientam-se também as obras de urbanização, que consistem num reforço das infraestruturas e dos equipamentos numa perspetiva de reutilização dos imóveis degradados e devolutos, de modo a salvaguardar os valores notáveis, a manter o equilíbrio morfológico, a eliminar as discrepâncias volumétricas, a reordenar a circulação viária e o estacionamento, a eliminação de barreiras arquitetónicas na tentativa de conciliar a relação peão/automóvel, a fim de possibilitar a fixação de novos habitantes permanentes numa perspetiva de promover a vivência regular dos espaços.

No que diz respeito às infraestruturas, ao equipamento urbano, ao mobiliário e à iluminação, os seus elementos acessórios, tais como, os armários de distribuição ou postes das redes de distribuição de energia elétrica e de iluminação pública, o equipamento e mobiliário urbano, devem ser colocados de tal modo, que não inibam a circulação pedonal, nem em situação que prejudique a composição arquitetónica e a leitura de qualquer pormenor notável do conjunto em que se integram.

O plano prevê também a possibilidade de alteração do uso habitacional para outros usos tais como, comércio, serviços, restauração e bebidas, equipamentos colectivos e indústria compatível com o uso habitacional, salvo os casos em que se considere que tal contribua negativamente para a circulação, estacionamento, ruído e poluição ou sempre que essa ocupação provoque sobrecargas de infra-estruturas, aumente o risco de incêndio, coloque em causa a estabilidade do edifício ou a segurança de pessoas e bens.

Quanto às caixilharias e materiais de revestimento das fachadas, o plano prevê limitações, bem como os edifícios em que as suas pilastras, molduras e socos possuam acabamentos como esgrafitos ou simulação de pedra, casos em que estes deverão ser preservados e restaurados.

Evolução Histórica e Estrutura Urbana

É discutível a data da fundação do povoado, assim como a origem do nome, sendo evidente que os inúmeros monumentos arqueológicos existentes permitem concluir que a região já era habitada na Idade Megalítica ou na Idade do Ferro, já que de ambas se encontram muitos vestígios. Também a existência de registos que referem desvios das principais vias romanas para Avis, que remontam ao século X, são reveladores da existência dum povoado dessa época, na zona.

Para Alfredo Saramago³, o lugar tem origem numa aldeia berbere com o nome de Albis, que antecedeu e originou o atual nome de Avis. Alfredo Saramago sustenta a sua tese na existência de alguns topónimos da época tais como Rua da Mouraria, Travessa da Mouraria, Rua da Mesquita.

A primeira referência documental a Avis remonta ao século XIII e está ligada ao estabelecimento da Ordem de Avis, que teve origem na Ordem Militar de São Bento, integrada na Ordem de Calatrava.

A Ordem teve origem numa confraria de cavaleiros criada por D. Afonso Henriques em 1187 e que foi reconhecida como Freire de Évora, integrando a Ordem de Calatrava existente em Castela.

O castelo foi construído num alto que já se chamava Avis, devido ao excessivo número de aves existente no local.

A Vila de Avis é toda cercada de muros antigos, teve em outros tempos seis torres cujos nomes são os seguintes: a Torre da Rainha, a Torre da Porta de Évora, a Torre da Porta de São Roque, a Torre da Porta de Santo António, outra Torre que hoje se chama também de Santo António, e a Torre de Omenagem.

A Independência da Ordem de Avis, em relação a Calatrava, consumou-se no reinado de D. João I (antes Mestre da Ordem, o que a ligou definitivamente à coroa), altura em que se alterou a cor da insígnia da Ordem que manteve a cruz florenciada de Calatrava, passando a cor de vermelho para verde.

O foral de Avis foi outorgado no século XIII por D. Martim Fernandes, Mestre da Ordem, mas o pelourinho situado no topo das escadas de acesso ao jardim municipal, é de construção mais tardia, provavelmente já no século XVII, como o demonstra a sua feição barroca.

De todo o conjunto monumental, e construções posteriores, restam imponentes ruínas do convento, ainda hoje o principal monumento da vila, três das seis torres das muralhas (S. Roque, Rainha), Igreja Conventual, Claustro, Cisterna, Refeitório e Sala do Capítulo do Convento, Igreja Matriz de Nossa Senhora da Orada, Pelourinho, antigos Paços do Concelho, Paço do Prior-Mor (Câmara Municipal), assim como outros de relevância histórica.

Evolução da Estrutura Urbana

³ Saramago, A. Livro Guia do Alentejo, 2007. Edição Assírio & Alvim, pág. 77.

Tudo leva a crer que, apesar do território de Avis ter sido doado em 1211, só em 1214 é que se verifica a tomada definitiva de posse do local pelo Mestre Fernando Enes⁴, altura que se principiou a construção da fortificação.

Na fortificação a muralha é fortalecida por seis torres de secção quadrangular, subsistindo atualmente apenas quatro delas, situadas junto das portas. A fortificação é também reforçada por dois torreões de secção sub-circular, situados na zona Sul. O reforço defensivo localizava-se nesta zona porque face às características do terreno, era a que apresentava capacidades defensivas mais débeis. Também as Portas da Vila, por serem um ponto vulnerável, tinham proteção reforçada pelas torres encrostadas ou situadas nas proximidades da muralha.

Um troço de muralha em alvenaria tornava a Alcáçova uma célula autónoma. A fortificação encontra-se dividida em duas áreas diferenciadas: uma de maior dimensão, onde se desenvolve a vila, e uma outra mais reduzida, a Alcáçova, onde se situa a sede da Ordem de Avis. Estas áreas encontram-se independentes sendo a comunicação entre elas garantida pela Porta do Convento.

Edificado a Nascente, o castelo prolongava-se para sudoeste, onde se situava uma barbaça que reforçava a sua proteção. A barbaça foi posteriormente ocupada por ferragiais e terras baldias, passando posteriormente a constituir o Resio (Rossio).

Do lado Oeste situava-se a vila intra-muro, ocupando 2/3 do espaço amuralhado e que atualmente ainda se encontra habitada. Ainda se conservam alguns troços da planta original das muralhas possibilitadoras duma reconstituição do seu antigo espaço mais extenso, continuando, no entanto, por definir toda a área que correspondia ao castelo.

A Alcáçova incluía o conjunto de estruturas relacionadas com o Mosteiro, organizadas ao longo da Rua Porta do Anjo. Na parte mais alta da Alcáçova, a Norte do Paço dos Mestres, situava-se a Torre de Menagem mandada reconstruir no século XV. E que já estando em ruínas no século XVII-XVIII foi totalmente destruída no século XX.

Na zona nascente da vila localiza-se o Mosteiro, fundado no século XIII e extinto em 1834. O conjunto monástico é composto por vários edifícios diferenciados, agrupados assim:

- Espaço primitivo do Mosteiro, situado a norte da Igreja, composto por cozinha, refeitório, dormitórios, e claustro;
- Mosteiro Novo composto por diversas dependências, datadas dos séculos XVII e XVIII, situadas a Sul da Igreja, a que corresponde um conjunto de grande dimensão atualmente em ruínas e um claustro com dimensões consideráveis;

⁴ Rego, Francisco, 1730, *Histórica e Crítica da Vila e Real Ordem de Avis*, Câmara Municipal de Avis, 1985, p.6.

- Igreja, núcleo do conjunto, influenciadora das outras construções.

No interior das muralhas, frente à Igreja, situavam-se as diversas dependências do Mosteiro nomeadamente zonas de armazenamento.

A Cerca situava-se na encosta, para Norte e Este, em direção à ribeira de Avis, delimitava os terrenos referentes ao Mosteiro e era o local onde se situavam as "hortas, moinhos e azenhas, assim como pequenas áreas de pasto para gado". (Macedo, 1995, p. 35).

A vila intra-muros, que tudo indica ter tido um traçado urbano muito semelhante ao atual, situava-se dentro de extensas muralhas e era limitada por uma rede viária, ainda hoje visível quase na totalidade, mantendo ainda a sua toponímia.

Nos finais do século XV, o povoado estende-se para os Arrabaldes, para Noroeste das muralhas, começando na Porta do Açougue/São Roque. Esta era a zona mais adequada para a fixação já que as terras para Sul eram pertença da Ordem.

O Crescimento de Avis, Século XIV ao Século XVI

A especificidade do terreno, nomeadamente a situação e relevo com ótimas características defensivas, contribuiu decisivamente para a construção da vila de Avis.

Figura n.º 7 – Evolução Urbana séc. XV – XVI



Fonte: Plano de Pormenor de Avis, alterado por Pedro Courinha

Durante os séculos XIV e XV descrevem-se algumas das principais ruas dentro das muralhas da vila com o seu característico traçado que se foi mantendo pelos vários séculos e ainda hoje prevalece. O burgo medieval e secular ficava separado do espaço sagrado ocupado pela comunidade da Ordem Religiosa que ocupava o espaço Este do perímetro amuralhado, enquanto a Oeste, já na área do burgo propriamente dito, muros e cercas separadoras contribuían para essa separação.

A planta na vila medieval organizava-se a partir de um centro público situado a Noroeste constituído pelos principais edifícios da comunidade, a Igreja Matriz, os Paços do Concelho, pólo simbólico do legítimo poder concelhio. Próximo destes edifícios situava-se a Praça com o seu o pelourinho e que era o núcleo económico do burgo já que era nela que se procedia à troca e venda de géneros diversos. A partir deste núcleo ordenavam-se os principais arruamentos destacando-se cinco ruas orientadas no sentido Sul/Norte, sendo elas, a Rua das Portas de Évora, a Rua dos Calados, a Rua da Mourinha, a confluir numa das Portas Novas, atualmente a Travessa da Mouraria. No sentido Este/Oeste, surgiam a Rua do Convento e a Rua do Açogue ou Navalha, dispostas longitudinalmente.

Fora do contorno da muralha a vila cresceu para os Arrabaldes, a Noroeste, onde se situavam várias ruas sendo as mais relevantes a Rua do Meio, no seguimento da Rua do Açogue, a Rua dos Videiras e a Rua dos Mercadores.

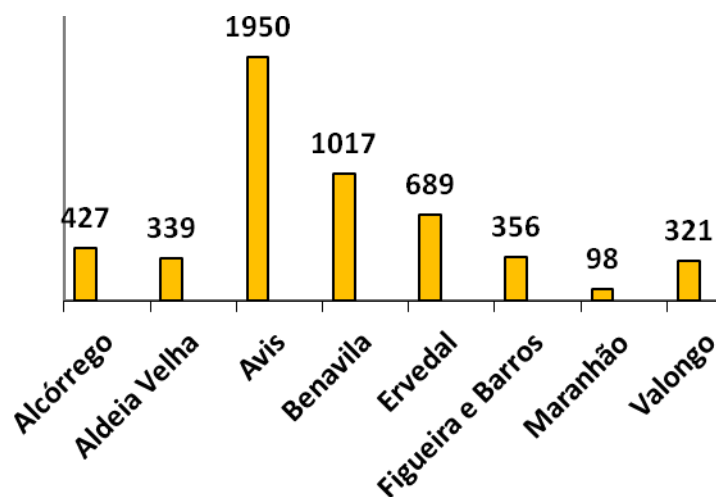
O perímetro urbano caracterizava-se por dois pólos de importância orgânica, a saber o pólo correspondente aos espaços considerados de civilidade, com o Pelourinho e os

dois Paços do Concelho, e os pólos medieval e seiscentista. Os arruamentos da malha urbana tinham características de ocupação medieval, merecendo destaque o Adro do Convento, Pomar dos Mestres (frente ao Município de Avis), Adro de Santo Ildefonso, Rua da Mouraria, Rua do Convento (atuais Rua Juiz de Fora e Rua Dr. Manuel de Arriaga), Praça Velha (Passeio Dr. Manuel Lopes Varela e Largo Miguel Bombarda), Rua da Carreira (Rua José Alpoim), Rua de Baixo, Rua das Portas de Évora, Rua dos Calados, Rua das Cisternas. O arrumo do tecido urbano foi estabelecido pela presença da Ordem Militar, componente polarizador a partir do qual se constituíram os principais edifícios de importante significado histórico assim como a suas ruas, realçadas nos vários elementos iconográficos e iconológicos alusivos, bem exemplificados na Rua das Portas de Évora (numa clara alusão à origem do primeiro estabelecimento da Ordem). Nesse arrumo detetam-se quatro quarteirões separados por um traçado regular de três ruas principais, Rua da Misericórdia, Rua das Portas de Évora e a Rua dos Calados orientadas no sentido Norte/SUL, e outras orientadas transversalmente a estas, no sentido Este/Oeste como a Rua do Açougue, a Rua da Mouraria, a Rua da Carreira e a Rua das Cisternas.

Caracterização da População do Concelho de Avis

A seguinte caracterização da população do concelho de Avis efetuou-se com base nos Censos de 2001, através da análise crítica de alguns dos seus quadros e gráficos.

Gráfico n.º 1 – População Residente das Freguesias do Concelho de Avis



(Fonte: Instituto Nacional de Estatística/ Censos 2001)

Da análise do gráfico referente à população residente por freguesia, verifica-se que a de Avis é a que possui maior número de residentes, com 1950 pessoas, seguida de Benavila, Ervedal, Alcórrego, Figueira e Barros, Aldeia Velha, Valongo e Maranhão.

O grupo etário que se destaca situa-se entre os 25 e os 64 anos, num total de 2475 indivíduos, seguido do grupo que tem mais de 65 anos, num total de 1500 indivíduos, sendo que a população do sexo feminino com 2684 mulheres é superior à do sexo masculino com 2513 homens.

O Concelho possui 3488 edifícios, tendo sido entre 1971 e 1990 que se construíram o maior número destes edifícios, num total de 941, sendo que, quanto à tipologia dos alojamentos e à sua forma de ocupação, verifica-se predominância dos alojamentos ocupados para residência habitual, num total de 1979, face a 955 ocupados sazonalmente ou com uso secundário.

As famílias residentes contabilizam-se em 2022, sendo que, 703 constituem-se por duas pessoas. Verifica-se assim predominância de casais sem filhos ou casais de idosos, considerando que se trata de uma população envelhecida.

Quanto aos alojamentos familiares de residência habitual, 1718 são alojamentos clássicos próprios, 176 são arrendados ou sub-arrendados e 66 encontram-se noutras situações.

A freguesia de Avis, como sede do concelho, foi onde se verificou um aumento significativo do número de habitantes, os quais em 2001 se contabilizavam em 2036.

Características da População do Centro Histórico de Avis

Como forma de caracterizar a população residente, as suas condições de habitabilidade, bem como opiniões sobre situações concretas suscetíveis de afetarem esta população, foram utilizados os censos e questionários⁵ porta a porta, aleatoriamente a um dos componentes do agregado familiar.

A população residente e a sazonal, os proprietários e/ou trabalhadores do comércio, indústria, serviços e restantes atividades económicas, constituíram os alvos destes questionários.

Com a conclusão, procedeu-se à sua análise e à representação dos resultados através de gráficos, de forma a possibilitar uma leitura mais rápida e direta dos mesmos.

Na área específica do Centro Histórico, contabilizou-se um total de 511 indivíduos residentes, sendo que, a maioria dos imóveis têm uso habitacional, numa percentagem de 58%, salientando-se que a percentagem de imóveis devolutos é bastante expressiva, o que

⁵ Questionários realizados para a elaboração do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Avis

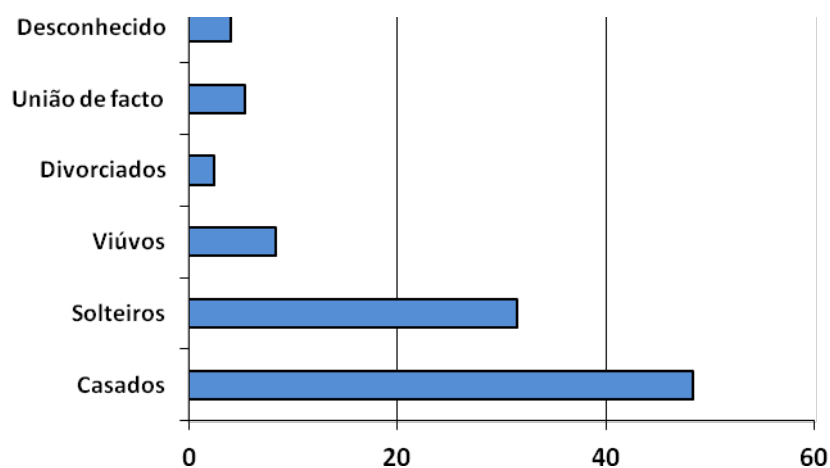
denuncia uma degradação progressiva da imagem desta área delimitada pelo Centro Histórico.

Quanto aos usos não habitacionais, o comércio não alimentar e os serviços, são os que ocupam a maior percentagem com 20% de ocupação, seguindo-se com 16% os restaurantes e similares, com 14% os serviços públicos e os serviços pessoais ou domésticos, com 8% os locais de culto e com 6% o comércio alimentar.

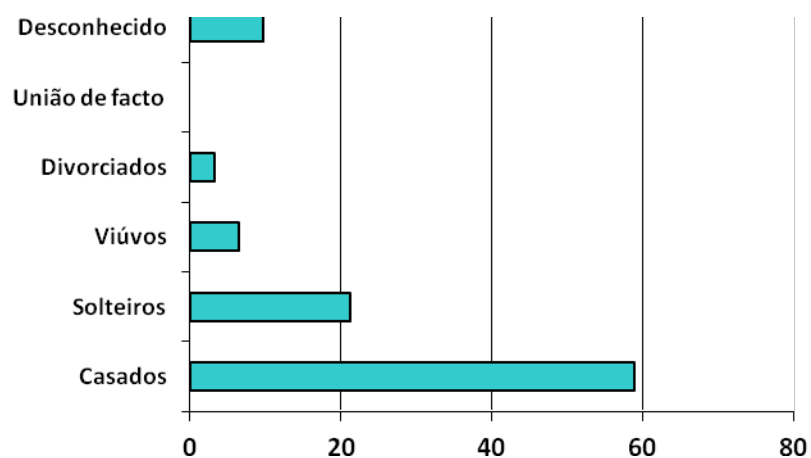
O regime de propriedade das frações é de 62,5% em regime próprio e de 29,9% em regime de arrendamento, sendo que, no total dos fogos inquiridos, 87% são de residência habitual e 13% são de uso sazonal, sendo de salientar a discrepância verificada.

Gráfico n.º 2/ 3 – Distribuição dos Residentes por Estado Civil

Residentes Habituais



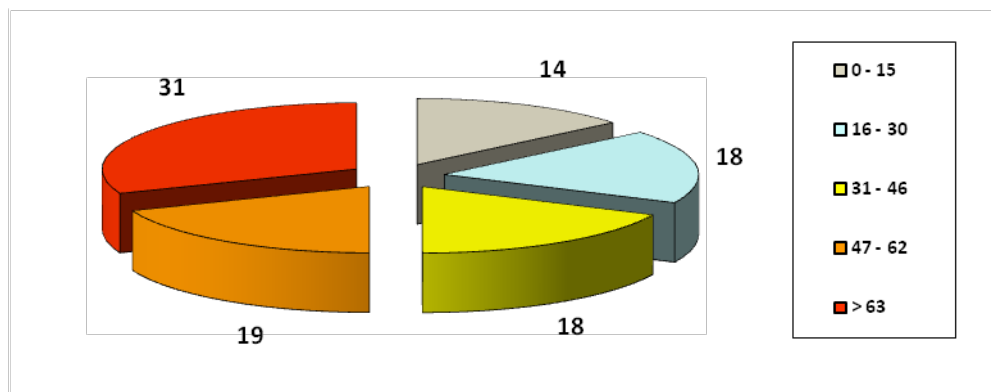
Residentes Sazonais



Fonte: INE, alterado por Pedro Courinha

Da análise do gráfico relativo aos residentes habituais, a maioria é casada numa percentagem de 48,3%, seguindo-se os solteiros com 31,5% e os viúvos com 8,3%. A situação dos moradores sazonais assemelha-se em percentagens aos dos moradores habituais.

Gráfico n.º 4 – Faixa Etária dos Residentes



Fonte: INE, alterado por Pedro Courinha

Da análise do gráfico referente à faixa etária dos residentes, verifica-se que metade (50%) dos residentes no Centro Histórico possui mais de 47 anos de idade, ao que se segue a percentagem de 31% referente aos indivíduos com mais de 63 anos. As faixas etárias entre os 16 e os 30 anos e os 31 e os 46 anos representam ambas 18%, enquanto a faixa etária entre os 0 e os 15 anos representa 14% dos residentes. Através destas percentagens fica explícito o envelhecimento da população residente no Centro Histórico.

Análise comparativa da estrutura e crescimento demográfico do concelho e da área de intervenção:

De acordo com a informação fornecida pelos Censos de 2001, o Concelho de Avis, que tem uma população de 5197 habitantes, tem sofrido ao longo dos tempos uma diminuição acentuada da população presente e residente, num decréscimo demográfico de 8,2%.

Os fatores que têm contribuído para este declínio, devem-se, fenómenos migratórios que na sua maioria ocorreram na década de 70, ao que acresceu a diminuição da taxa de natalidade, cujos valores são inferiores ao da taxa de mortalidade, dando origem a uma quebra da população, a qual se torna cada vez mais envelhecida. Outro fator que contribui para a perda de população é a falta de oferta de emprego no Concelho, o que além de ter um efeito de expulsão da população, acarreta problemas de precariedade para a população que continua residente.

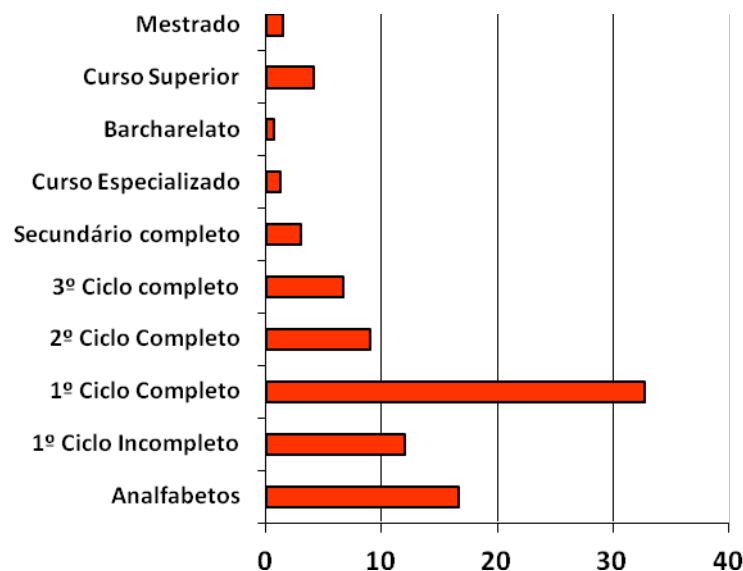
Quanto a Centro Histórico o cenário é idêntico ao do concelho, com um abrandamento do crescimento populacional, sendo que, a população do Centro Histórico é também bastante envelhecida, uma vez que 50% dos residentes têm idade superior a 47 anos, sendo que os pensionistas e reformados representam uma percentagem de 61%. Os residentes estudantes representam apenas 22%, enquanto as crianças entre os 0 e os 6 anos representam apenas 9,2%.

Salienta-se contudo, que a percentagem de população estudante, caso viesse a ter oferta de emprego, poderia contribuir para o aumento da população ativa e residente.

Caracterização dos Agregados Familiares

Na área de intervenção verifica-se a predominância de agregados familiares constituídos apenas por duas pessoas e que representam uma percentagem de 35%, ao que se segue os agregados familiares constituídos apenas por uma única pessoa representando 28% do total. Os agregados familiares constituídos por três pessoas equivalem a 20%, sendo que os restantes que correspondem a mais de quatro pessoas por agregado familiar, não ultrapassam os 17%.

Gráfico n.º 5 – Habilitações Literárias da População do Centro Histórico



Fonte: INE, alterado por Pedro Courinha

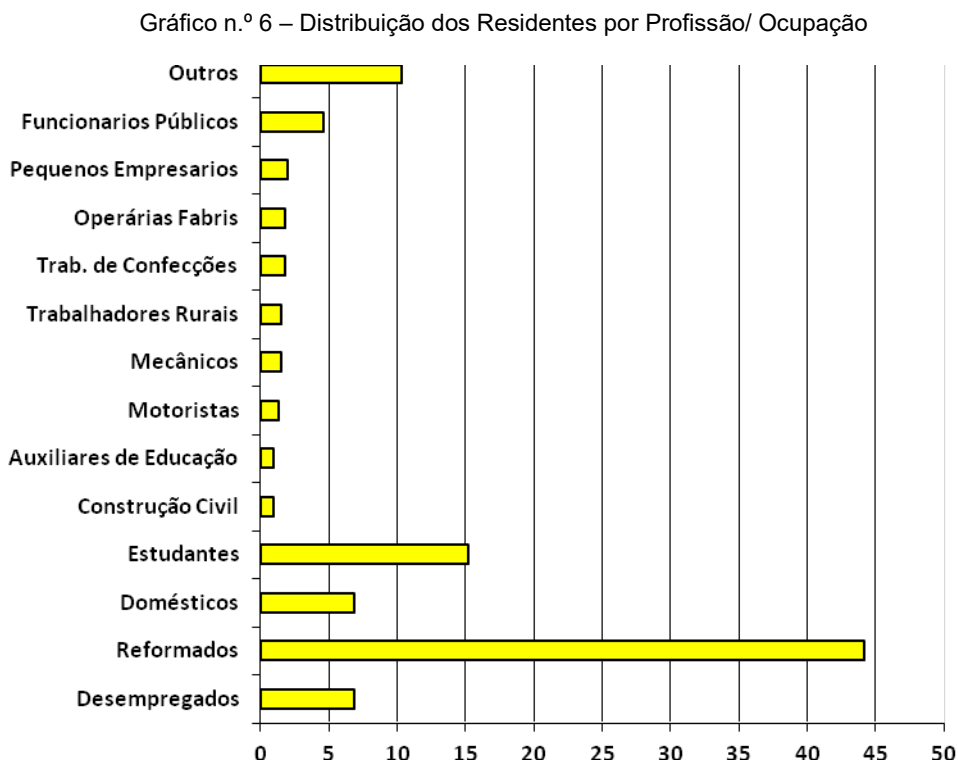
Considerando que o grau de desenvolvimento de uma região é proporcional à evolução do nível de escolaridade da sua população, ambos traduzem os seus progressos e as suas transformações sociais.

Da análise do gráfico referente às habilitações literárias da população do Centro Histórico, a maior percentagem corresponde aos que possuem o 1.º ciclo completo (4.º ano) e é de 32,8%, ao que se segue a taxa que representa o analfabetismo e que corresponde a 16,7%. Os que possuem o 1.º ciclo incompleto representam 12%, enquanto 9% possuem o 2.º ciclo completo (6.º ano) e apenas 6,7% possuem o 3.º ciclo completo (9.º ano). Os residentes que possuem licenciatura correspondem a 4,1%, percentagem superior aos que possuem o ensino secundário completo (12.º ano) e que representam apenas 3%.

Os residentes com qualificações superiores, tais como, cursos especializados, bacharelato, licenciatura, pós-graduação e mestrado representam apenas 7,5% do total de moradores do Centro Histórico.

Como reflexo da atividade económica na área de intervenção, verifica-se que a maioria da população é inativa e representa 58%, correspondendo os restantes 42% à população considerada ativa. Estas percentagens refletem o envelhecimento populacional do Centro Histórico e que uma parte relevante da população inativa está a cargo da família.

Ainda se verifica, da sua análise, que a maioria dos residentes são reformados, representando 60,8%, os estudantes representam 21,9% e que 9,2% são crianças. O grande impacto reflete-se na população que está empregada e que representa 89% do total, face à percentagem de 11% que corresponde aos desempregados.



Fonte: INE, alterado por Pedro Courinha

Na área de intervenção verifica-se predominância de três tipos de ocupação, maioritariamente representados com 68% e que definem o tipo de profissão da população residente, que por ordem decrescente, representam 44,2% respeitantes a reformados e pensionistas, 15,2% respeitantes a estudantes e 6,9% respeitantes a domésticas. Esta percentagem representa a clara predominância da população inativa, cujas consequências têm reflexo na diminuição da produtividade e na redução do poder de compra.

A população estudante tem uma percentagem significativa e que corresponde a 60% dos residentes.

As restantes profissões da população são diversas, destacando-se a percentagem de funcionários públicos de 4,6%, representando a Câmara Municipal, um dos maiores empregadores do Concelho.

É no sector terciário onde está empregada a maioria da população residente no Centro Histórico, representando 76%, seguindo-se o sector secundário com 14% e por último o sector primário.

Verifica-se correspondência entre os valores verificados para o Centro Histórico e os registados a nível do Concelho, de acordo com os Censos de 2001, sendo os sectores terciários e secundário, com percentagens respetivas de 52% e 29%, que são predominantes em termos de emprego da população. O sector primário corresponde apenas a 19% face à população empregadora, o que apesar de registar um valor superior ao registado a nível nacional, este tem vindo a diminuir.

Constata-se que é o sector terciário, limitado pela atividade comercial de abastecimento quotidiano e de serviços associados ao funcionamento da administração pública, com destaque para os sistemas de ensino e da autarquia, que concentra o maior número de população ativa do concelho.

Quanto aos espaços de convívio e lazer utilizados pela população, o próprio local de residência e a rua são os elegidos e representam a maior percentagem com 48%. Os cafés são eleitos por 23% da população, o cinema é referido numa percentagem de 10% e os jardins e associações são eleitos como espaços de convívio e lazer por 7%.

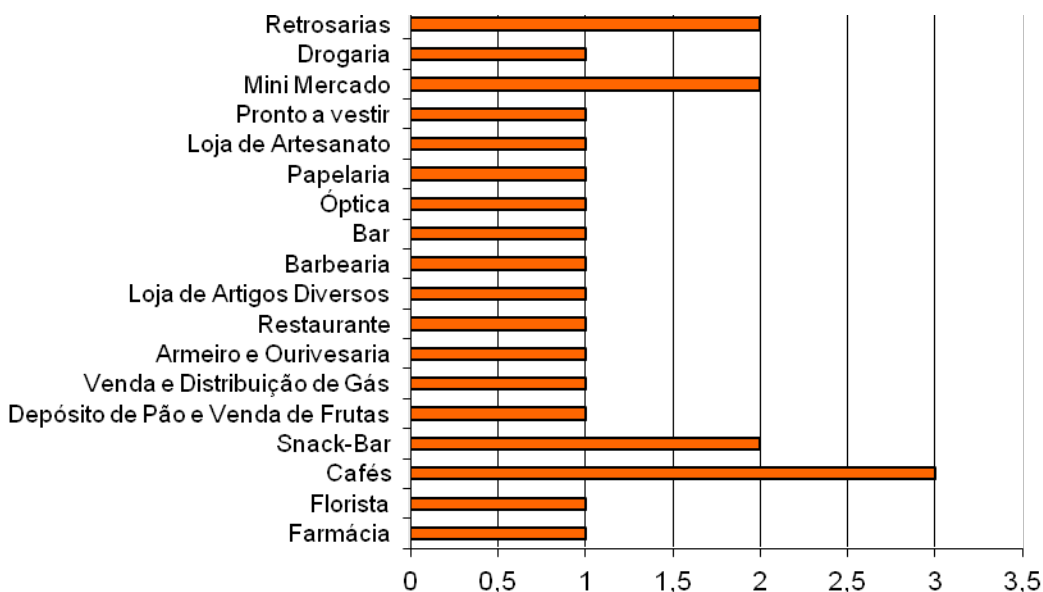
Os tempos livres são ocupados pela maioria da população a ver televisão, por se constituir como o modo mais acessível e cómodo, enquanto ouvir música foi referido por 20% dos inquiridos, seguido do convívio com os amigos com 18% e os passeios com 16%.

Face à informação obtida com os questionários aos principais agentes económicos e sociais do Centro Histórico de Avis, a área do comércio é a mais representativa, sendo

que nesta área existem 23 estabelecimentos comerciais sendo o tipo de atividade mais abundante são os cafés, retrosarias e mini mercados.

É de realçar a Praça Serpa Pinto como sendo o local na área de intervenção com mais comércio.

Gráfico n.º 7 – Atividades Comerciais disponíveis no Centro Histórico de Avis



Fonte: Plano de Pormenor de Avis, alterado por Pedro Courinha

Os dados revelam que a maioria dos estabelecimentos comerciais é de nome individual e representam empresas familiares, com formas de gestão tradicionais, sem recurso à gestão informatizada de vendas e stock ou sequer de contabilidade organizada, sendo que a maioria dos estabelecimentos está em regime de propriedade.

1.2. Pontos Notáveis (Centralizados)

Apesar da maioria dos imóveis existentes no Centro Histórico de Avis possuir características habitacionais, dos que não constituem tipologias habitacionais, salientam-se como relevantes, as tipologias religiosas, que se destacam no conjunto da malha urbana.

O Mosteiro de S. Bento

Figura n.º 8 - Planta de Localização/ Mosteiro de S. Bento



Fonte: Google alterada por Pedro Courinha/ Pedro Courinha

Na aproximação pelo lado Este à vila de Avis, confrontamo-nos imediatamente com o Mosteiro de São Bento, classificado como Edifício de Interesse Público, localizado no Largo Cândido dos Reis, com os seus enormes paramentos a Sul da Igreja. Esta é a tipologia religiosa de maior relevância, assumindo um lugar de destaque na malha urbana.

O imóvel é constituído por um conjunto diversificado de edifícios que se interligam, sendo diversas as funções que coexistem nos diferentes espaços e que o formam, que vão desde serviços públicos a habitações particulares faltando o comércio.

A Igreja é o elemento orientador da sua constituição. A Norte estão localizados os edifícios que constituíram o núcleo antigo do Mosteiro e o Paço dos Mestres. A Sul, existem as construções erguidas depois dos séculos XVII e XVIII, nomeadamente, o dormitório de S. Lambert e a Hospedaria, cujas construções excederam o perímetro das muralhas e verosimilmente foram até utilizados os seus paramentos.

No antigo Paço dos Mestres funciona a Câmara Municipal de Avis, as Finanças, a Conservatória e o Tribunal, sendo que, outros serviços da Autarquia ocupam ainda o refeitório do Mosteiro, constituindo esta ocupação uma desqualificação do valor deste espaço.

A Sul da Igreja localiza-se o dormitório de S. Lambert, o segundo dormitório a ser edificado e que está pontualmente ocupado por habitações unifamiliares e por um serviço de restauração.

A imagem arquitetónica do Mosteiro é a de uma enorme massa construída, em que o último piso é apreendido pelo exterior, como uma enorme parede cenário, por ser constituída por vãos sem qualquer tipo de construção no interior, sendo que, as construções

que existem, têm telhados de duas águas que se localizam a um nível mais baixo que as paredes exteriores que delimitam o Mosteiro.

Figura n.º 9 - Paredes Cenário do Mosteiro



Fonte: Pedro Courinha

No antigo Paço dos Mestres, onde está instalada a Câmara Municipal, os cunhais e os contrafortes são de granito que atingem os 23 metros de altura, a pedra encontra-se aparelhada com acabamento almofadado boleado. Os paramentos a Sul e a Este são rebocados, em algumas áreas com argamassas de cimento. No piso térreo, do lado Sul, existe ainda uma argamassa a imitar a estereotomia da pedra, em tons de ocre.

A Igreja e Hospital da Misericórdia

Figura n.º 10 - Planta de Localização/ Igreja e Hospital da Misericórdia



Fonte: Google alterada por Pedro Courinha/ Pedro Courinha

O imóvel que hoje abrange a Igreja e o Hospital da Misericórdia tem uma tipologia, que como resultado das diversas intervenções que o mesmo sofreu ao longo do tempo, é bastante indefinida, contudo, este foi edificado como hospital.

É constituído por dois pisos e tem um extenso paramento sobre a Rua das Cisternas e duas frentes para a Rua da Misericórdia, uma do lado dos números ímpares, junto ao portal da igreja e outra para o lado dos números pares. O edifício tem duas abóbadas de arestas sobre a Rua da Misericórdia, cujo volume tem acesso pelo exterior, através de um lance de escadas lateral junto à igreja, sendo o arco que remata a Rua da Misericórdia, a sua frente mais trabalhada. Atualmente, grande parte do conjunto encontra-se devoluto, possuindo ocupação apenas o piso térreo com habitações unifamiliares.

A Igreja que hoje se constitui como um volume autónomo e isolado do restante conjunto, possuiu ligação pelo interior com o piso superior do restante edifício, como denota um vão que se encontra entaipado, sendo que, este volume caracteriza-se por ser uma divisão ampla apenas rematada pela zona do altar.

O alçado da Rua da Misericórdia é o único que se mantém original, sendo que, o alçado da Rua das Cisternas, já foi alvo de diversas intervenções que denotam as transformações que o edifício sofreu ao longo dos tempos.

Os Paços do Concelho Medievais

Figura n.º 11 - Planta de Localização/ Paços do Concelho Medievais



Fonte: Google alterada por Pedro Courinha/ Pedro Courinha

Os Paços do Concelho Medievais constituem um imóvel isolado na malha urbana, com os quatro alçados livres, que se localiza entre a Igreja Matriz e a Rua da Mouraria e que possui dois pisos independentes, sendo o acesso ao piso térreo efetuado pela fachada

principal e o acesso ao piso superior é efetuado através de um lance de escadas exterior adossado ao paramento oposto ao do outro acesso.

Atualmente encontra-se devoluto e em estado avançado de degradação, sem cobertura e sem revestimento nos paramentos e as abobadilhas encontram-se em risco de ruína.

Figura n.º 12 - Rua de S. Roque/ Torre de S. Roque/ Igreja Matriz



Fonte: Pedro Courinha

A identidade de um Centro Histórico é definida por um conjunto de características que o distingue dos demais.

O Centro Histórico de Avis é claramente identificado pela sua fortificação e respetivas torres, pelas torres das igrejas e pelas chaminés das habitações, que extrapolam o seu valor doméstico, marcando o ritmo de alguns enfiamentos visuais, definindo uma determinada imagem urbana e constituindo-se como elementos de referência que pontuam o contorno do edificado e possibilitam a identificação dos diversos sítios.

O Largo Miguel Bombarda é o Espaço Público com maior destaque na imagem urbana, por ser o espaço onde se interligam um grande número de arruamentos, o que define um grande número de enfiamentos visuais, quer por ser o local onde se localiza a Igreja Matriz, um dos elementos arquitetónicos de relevância no conjunto urbano.

A implantação da Igreja Matriz neste Largo e a altura das suas torres, tornam-na num elemento que condiciona a imagem urbana para além da sua envolvente imediata, como uma presença visual constante em todo o aglomerado urbano e com influência na silhueta da vila.

Em torno da Igreja Matriz desenvolve-se o Passeio Dr. Manuel Lopes Varela, onde se localiza o Pelourinho e o Coreto e que se interliga espacialmente ao Largo Miguel Bombarda através de um lance de escadas, constituindo ambos, uma das imagens urbanas principais do Centro Histórico de Avis, cujos enfiamentos visuais devem ser preservados.

1.3. Estrutura Edificada

É intenção identificar a variedade tipológica dos imóveis habitacionais e não habitacionais existentes no Centro Histórico de Avis, com o objetivo desta análise poder constituir uma base de estudo, considerando que "tipificar constitui uma ação metodológica genérica que visa a identificação e caracterização dos invariáveis que verificam e distinguem classes ou tipos, neste caso, de edifícios" (Aguar e Cabrita, 1992, p.23).

Considerando que a análise das tipologias para a caracterização de uma malha urbana é fundamental na definição de propostas, procura-se, ao definir a estrutura habitacional, caracterizar o modo como se reflete um programa funcional e os modos de habitar e de usufruir os imóveis, assim como, os Espaços Públicos presentes.

1.3.1. Tipologia

As diversas tipologias habitacionais resultam das transformações arquitetónicas, que foram sendo introduzidas desde a época medieval e constituem um testemunho da evolução das diferentes épocas de construção, refletindo a sua evolução.

Habitação Popular de Raiz Medieval

A habitação popular de raiz medieval, constitui um dos modelos mais característicos que predomina na região do Alentejo e está associada à vivência agrícola dos ganhões, que eram agricultores que trabalhavam a terra de outros proprietários.

Define-se pelas suas formas simples e de dimensões reduzidas e pela utilização dos materiais da região. Este tipo de habitação é caracterizado por casas térreas, implantadas em lotes pouco profundos e com frentes reduzidas.

A fachada principal é marcada por um único vão de porta, com postigo para iluminação e ventilação, sem cantaria e na maioria das vezes sem qualquer moldura de argamassa saliente. Um dos elementos arquitetónicos que marcam esta tipologia são as enormes chaminés de fumeiro, "em forma de caixa que se encostam às paredes do rés-do-chão" (Oliveira/ Galhano, 1998, p. 157), salientes em relação à fachada e que muitas vezes são decoradas e marcam o ritmo das ruas onde predominam estas tipologias populares.

A estrutura interior é bi-partida e constitui-se pela divisão da entrada, que funciona como cozinha e sala e que alberga o fumeiro, sempre de grandes dimensões, possuindo na parte traseira uma outra divisão que serve de quarto e que tem ligação ao logradouro, quando este existe.

Algumas destas tipologias, encontram-se atualmente alteradas, através do aproveitamento dos forros do telhado para criação de mais quartos, cujo acesso é feito por uma escada muito inclinada, de um lance e adossada à parede meeira ao fumeiro, acrescentando a chaminé e criando mais um vão de janela por cima da porta.

Este modo de construir e de viver tem sofrido muitas adulterações ao longo dos tempos, consequência de muitas destas habitações terem uma área muito reduzida, verificando-se casos em que algumas ainda não têm sequer instalação sanitária, encontrando-se assim desajustadas aos modos de vida atuais, o que implica muitas vezes a destruição completa das tipologias originais.

Habitação Popular – Tipo II

A habitação popular tipo II caracteriza-se por uma tipologia semelhante à habitação popular de raiz medieval, contudo, a sua formação é mais recente e por isso mais adaptada a modos de vida mais próximos dos atuais.

Estas tipologias localizam-se em áreas de crescimento urbano mais recente e caracterizam-se por não confinarem diretamente com o arruamento, possuindo um pequeno jardim na parte da frente da casa, limitado por um muro com um portão de entrada.

À semelhança da habitação popular de raiz medieval, caracteriza-se por casas de piso térreo, mas construídas em lotes de maiores dimensões, o que possibilita um maior número de divisões interiores. Com quatro divisões, a organização interior também é diferente, passando a cozinha a estar junto do logradouro e a chaminé de fumeiro, apesar de continuar a ser o elemento principal da casa, não é nestes casos, um elemento arquitetónico que marca as fachadas. Nesta tipologia a fachada é constituída por três vãos, um de porta central e dois de janela laterais.

Tipo Rua Machado dos Santos

As habitações da Rua Machado dos Santos caracterizam-se por serem de uma tipologia específica, consequência da diferença de cotas a que se localiza o arruamento e o logradouro atrás deste, o que possibilitou a existência de uma semi-cave, cujo teto tem a característica de ser de abobadilhas. Normalmente estas caves não possuem utilização habitacional e funcionam como um complemento ao logradouro, o qual é na maioria dos casos cultivado.

Caracterizam-se por serem casas de dois pisos, cuja organização espacial é semelhante à das tipologias populares, sendo muitas vezes uma adaptação destas, constituídas por uma cozinha localizada nas traseiras e com chaminé de fumeiro. Na fachada são acrescentados elementos com um vocabulário mais erudito, tais como, pilastras, guarnições em reboco e frisos com motivos decorativos.

Habitação de Latifundiário

As habitações de latifundiário caracterizam-se por serem construções inseridas no interior da malha medieval, posteriores às de habitação popular de raiz medieval e que se destacam pela sua escala e características arquitetónicas, localizando-se alguns destes exemplos, junto ao Terreiro do Mosteiro de S. Bento de Avis, na Rua Dr. Manuel de Arriaga.

As suas características são diversas, existindo algumas com frente para mais do que um arruamento, sendo as mais comuns, as que possuem dois pisos, com acessos diferenciados para cada um deles, em virtude do piso térreo nem sempre ter uso habitacional.

A habitação do n.º 47 a 49 da Rua José António de Almeida é um exemplo com um carácter excecional por ter vestígios de um reaproveitamento de uma construção anterior, localizada no exterior da fortificação medieval, junto à antiga Porta de Évora e adossada a um fortim abaluartado, situado sob o jardim do Mestre de Avis. Ressalta pela sua monumentalidade e decoração, sendo que, neste caso, as funções não habitacionais estão localizadas na semi-cave, existente devido à topografia do terreno.

1.3.2. Materiais

O xisto como material predominante na região é também o material por excelência utilizado na construção, sendo utilizado na construção de alvenarias, em revestimentos exteriores, bem como em pavimentos interiores, nas soleiras e nos peitoris dos vãos.

Os paramentos de grande espessura em alvenarias de xisto desempenham funções estruturais, funcionando também como um bom isolamento face às condições climáticas do exterior, protegendo as habitações do calor, no verão e do frio, no inverno, estação na qual, a chaminé de fumeiro desempenha a uma função conjunta de aquecimento e de ventilação, uma vez que as habitações são parcas em aberturas exteriores.

No interior, a madeira é utilizada nos tetos do piso térreo e no pavimento do piso superior, através de uma estrutura de madres de madeira com tabuado corrido no pavimento.

As coberturas têm telhados de duas águas ou duas coberturas de uma só água, com alturas diferentes, que assentam numa parede estrutural, mais ou menos a meio da construção, cuja estrutura de suporte é feita em madeira através da aplicação de traves mestras sobre as quais assentam os barrotes que sustentam a forra.

O imóvel da Rua António José de Almeida é um exemplo em que o sistema construtivo da cobertura é independente do dos tetos, sistema muito frequente nas habitações nobres e de latifundiário.

O tijolo maciço é utilizado na execução de paredes divisórias ou tabiques e nas diversas abóbadas, onde os tijolos maciços de barro são colocados a cutelo e nas abobadilhas, onde são colocados na horizontal e revestidos com argamassas de cal, areia e caiados de branco. Estas abobadilhas são características dos pisos térreos das habitações dos séculos XVII e XVIII, em que este piso não era utilizado como habitação.

Os revestimentos interiores e exteriores são à base de cal e areia com caiação final, que é aplicada pelo menos uma vez por ano.

Revestimentos Tradicionais

Ao contrário do que se verifica atualmente, o Centro Histórico de Avis era marcado por uma variedade policromática dos seus revestimentos, a qual foi substituída pela homogeneidade dos seus revestimentos bicromáticos a branco e ocre.

A técnica tradicional aplicada nos revestimentos é o esgrafito, que se constitui como uma técnica muito utilizada no Alentejo e nomeadamente, em Évora.

Esta técnica consiste na aplicação de camadas sobrepostas de argamassa de cal com colorações diferentes, as quais podem ser conseguidas pela adição de pigmentos, ou pela escolha dos inertes a utilizar, nomeadamente, pó de pedra. Após o desenho de figuras sobre a última camada, esta é removida enquanto se encontra húmida, de modo a deixar à vista a camada inferior. A aplicação desta técnica possui a particularidade de articular as cores com o jogo de volumes, conseguido pela reentrância entre planos paralelos. "Neste sentido devemos aplicar a palavra esgrafito aos ornatos de baixo-relevo realizados em argamassa de cal (...)." (Salema, 2003, p. 194)

As características tipológicas de um determinado conjunto de edifícios determinam a imagem arquitetónica do conjunto urbano, sendo várias as características que influenciam a sua imagem, tais como, os elementos que constituem a fachada de um edifício, o desenho dos seus vãos, caixilharia e cor.

Assim, as diferentes tipologias arquitetónicas interferem na elaboração de uma determinada decoração, na riqueza dos guarnecimentos e dimensão dos seus vãos.

As tipologias populares possuem vãos de dimensões mais reduzidas, sendo os vãos de porta, de folha única com postigo, que serve ambas as funções de iluminação e ventilação.

As tipologias mais eruditas possuem vãos de maiores dimensões, possuindo os vãos de porta duas folhas, com bandeira superior, numa proporção mais esguia, guarneçados com molduras em massa saliente ou em casos raros, mesmo em pedra.

Os vãos de janela têm aro fixo e dois batentes, possuindo portadas no interior dos vãos. Normalmente são de cor branca, sendo que as tipologias de maior dimensão possuem, no piso superior, janelas de sacada, com uma pedra de base em mármore e gradeamento em ferro pintado. Dentro da área de intervenção, as caixilharias são de madeira e ferro, pintadas em diversos tons de castanho e verde, encontrando-se também, em vermelho e azul-cobalto e até caixilharias de alumínio com acabamento anodizado.

Outro dos elementos que caracteriza o Centro Histórico da Vila de Avis é a chaminé de fumeiro, que se constitui como o elemento, à volta do qual, se organiza toda a estrutura interior das habitações e que define a imagem das diversas edificações, sendo que, nas tipologias mais eruditas não está adossada à fachada principal, mas está nas tipologias populares e constitui um dos elementos com um papel importante, pela sua posição e decoração, na marcação e ritmos da malha urbana. As que não são salientes em relação à fachada e são visíveis apenas sobre as coberturas são em maior número, contudo, as da arquitetura popular devem constituir-se como um elemento importante a preservar.

O tipo mais frequente são as que possuem forma paralelepípedica, em que a saída dos fumos é executada com tijolos maciços a cutelo, sobre os quais são colocados outros na horizontal, encontrando-se ainda algumas com secção quadrangular e as cilíndricas, rematadas com cúpulas. Muitas são decoradas com pinturas geométricas ou decoradas com motivos variados, sendo algumas delas datadas.

2. Espaços Públicos

2.1 Tipologias do Espaços Públicos

Figura n.º 13 - Largos/ Praças/ Jardins



Imagem: Google earth modificada por Pedro Courinha - Fotos: Pedro Courinha

- 1 - Largo Cândido dos Reis 2 - Passeio do Mestre de Avis D. João 3 - Praça Serpa Pinto 4 – Largo Dr. Manuel Lopes Varela 5 - Largo Miguel Bombarda 6 – Largo José Valentim Varela 7 – Largo Sérgio de Castro

O Largo Cândido dos Reis, o Jardim do Mestre de Avis D. João, o Passeio Dr. Manuel Lopes Varela, o Largo José Valentim Varela, o Largo Miguel Bombarda, a Praça Serpa Pinto, e o Largo Dr. Sérgio de Castro são os espaços exteriores públicos não lineares. Os espaços lineares são todos os arruamentos.

Definiram-se as seguintes tipologias nos espaços públicos não lineares: Largo, Terreiro, Arruamento e Jardim.

Destaca-se no Centro Histórico de Avis algumas tipologias de espaço que não coincidem com a respetiva toponímia, caso do Largo Cândido dos Reis, ao qual está atribuída a toponímia de terreiro, bem como, a Praça Serpa Pinto.

Algumas designações toponímicas foram alteradas, para outras de carácter mais popular, sendo que, a que mais amplamente é utilizada é a de Largo, exemplo, do Largo do Pelourinho, o Largo Miguel Bombarda, o Largo Dr. Sérgio de Castro, em que todos têm utilizações distintas, contudo, destacam-se por serem um conjunto de espaços que se encontram nas proximidades uns dos outros.

O Largo Cândido dos Reis é o que tem maior importância no conjunto urbano, por ser o espaço de maior dimensão, no qual o seu desenho está intimamente relacionado com a sua frente edificada destacando o edifício da Câmara Municipal de Avis, o Convento da Ordem de São Bento de Avis, entre Outros.

O único espaço do Centro Histórico, localizado no seu limite Sul e ao qual pode ser atribuída a tipologia de jardim, é o Jardim do Passeio Mestre de Avis.

Apesar da degradação a que se assiste em todo o núcleo urbano do Centro Histórico de Avis, todos os seus Espaços Públicos possuem uma tipologia que é facilmente atribuível, sem gerar grandes dúvidas de interpretação face às suas características, não existindo espaços vazios ou residuais.

As funções dos Espaços Públicos do Centro Histórico de Avis são maioritariamente de atravessamento, dada a forte presença de espaços lineares na vila. Apesar de só dois dos espaços considerados não lineares desempenharem a sua função de valorização e de enquadramento face ao conjunto urbano, designadamente, o Largo Cândido dos Reis e o Largo José Valentim Varela, os restantes, possuem várias funções simultaneamente.

Alguns dos Espaços Públicos funcionam como espaços de estadia e de lazer, contudo, são espaços subaproveitados e que não estão adaptadas face às potencialidades desses espaços.

2.1.1. Arruamentos

O Centro Histórico caracteriza-se por uma grande variedade de arruamentos em toda a sua malha urbana, destacando-se o Largo Cândido dos Reis, bem como o Largo do Pelourinho, que têm ligação a outros arruamentos com funções distintas.

A maioria dos arruamentos é de dimensões reduzidas, bastante estreitos e de traçado sinuoso, os quais possuem em simultâneo, circulação automóvel e circulação pedonal.

Consequência da sua dimensão, a maioria deles também não possui qualquer tipo de vegetação, sendo que, apenas a Rua Machado dos Santos e a Rua da Cantina possuem alinhamentos arbóreos de «Citrus Sinensis» que é a espécie dominante.

Figura n.º 14 - Rua Machado dos Santos



Fonte: Pedro Courinha

Nos arruamentos onde existe circulação automóvel, predomina o pavimento em calçada de granito de 0.11m x 0.11m, com passeios em calçada de granito de 0.05m x 0.05m de formas variadas.

Os pavimentos da Praça Serpa Pinto são mais um elemento definidor da sua importância, os quais, são em calçada de pedra calcária e pedra mármore, os quais formam um desenho que contrasta com os restantes pavimentos dos passeios pela sua riqueza, denunciando a importância desta área, que se destaca também pela grande presença do comércio.

O mobiliário urbano dos diversos arruamentos é pouco e não diferenciável de espaço para espaço, reduzindo-se a alguns equipamentos para descanso, candeeiros de parede e luminárias.

2.1.2. Largos

A tipologia com maior incidência no Centro Histórico de Avis é o Largo. Salientam-se o Largo Dr. Sérgio dos Santos, o Largo Dr. José Valentim Varela e o Largo Miguel Bombarda, os quais são definidos por uma envolvente edificada de elevado valor patrimonial e de grande carga histórica, destacando-se o Convento de São Bento de Avis, a Igreja Matriz, o edifício da Câmara Municipal, bem como outros que atualmente foram adaptados para a função habitacional.

Alguns destes largos são utilizados atualmente como parque de estacionamento, não respeitando a sua função primordial de espaços de grande importância no conjunto urbano,

por na sua génese serem espaços de descompressão, e de permanência para a população, devendo estes ter uma continuidade física entre eles.

Figura n.º 15 - Largo Dr. José Valentim Varela/ Largo Dr. Sérgio de Castro/ Largo Miguel Bombarda



Fonte: Pedro Courinha

O único Espaço Público no Centro Histórico de Avis cuja classificação tipológica de jardim se adequa, é o Jardim do Passeio do Mestre de Avis, o qual se constitui como o espaço verde permeável por excelência e onde os diversos estratos de vegetação existente, condicionam, como uma pré-existência, o desenho do espaço.

Figura n.º 16 - Jardim Passeio Mestre de Avis



Fonte: Pedro Courinha

Assume-se assim, como um espaço de extrema importância e de contraste face aos restantes espaços, que são caracterizados por possuírem elementos inertes nos pavimentos e construção na sua envolvente.

2.1.3. Terreiro

O único Espaço Público no Centro Histórico de Avis ao qual é atribuída esta tipologia é o Largo Cândido dos Reis, o qual possui uma área de cerca de 0.3 ha e é completamente pavimentado com calçada de granito, sem quaisquer ornamentos, o qual se destaca exclusivamente pela sua envolvente edificada, destacando-se o Convento de São Bento de Avis, a Igreja e o edifício da Câmara Municipal, os quais são de grande importância histórica.

Figura n.º 17 - Largo Cândido dos Reis



Fonte: Pedro Courinha

2.1.5. Logradouros

Como espaços anexos às habitações, os logradouros constituem-se como espaços verdes permeáveis, que se podem definir como jardins ou pátios, fundamentais para o equilíbrio biológico do meio urbano e para uma melhor qualidade do ar, por permitirem uma maior circulação de ar entre o edificado, atenuando a radiação solar que incide sobre as fachadas dos edifícios diminuindo a temperatura.

O seu carácter permeável é essencial, porque se constituem como espaços para a infiltração das águas no solo.

O seu carácter quase sempre privado e a degradação do edificado contribuem para o abandono de muitos destes espaços que se verifica atualmente.

2.2. Características dos Espaços Públicos

2.2.1. Vegetação

A parte do núcleo urbano do Centro Histórico onde a sua morfologia é marcada por ruas muito estreitas, que impossibilitam a marcação de passeios pedonais e que correspondem ao casco mais antigo, é marcada pela ausência de quaisquer elementos arbóreos, por impossibilidade física na sua implantação.

Figura n.º 18 - Laranjeiras (*Citrus sinensis*)



Fonte: Pedro Courinha

Estes elementos arbóreos só surgem nas áreas onde os arruamentos são de maior dimensão, onde predominam as laranjeiras «*Citrus Sinensis*».

2.2.2. - Pavimentação

É predominante uma variedade de materiais e de tipos de pavimentação no Centro Histórico de Avis, entre eles, o betuminoso, a calçada com cubos de granito de 10cm x 10cm e 5cm x 5cm, a calçada em calcário, a calçada em calhau roliço, em «*touvenant*», ou ainda em lajes de xisto junto a portas e em degraus.

Nos pavimentos das vias são utilizados cubos de granito 10cm x 10cm e nos passeios de 5cm x 5cm. Com uma utilização menos frequente a pavimentação em calcário aparece apenas como um complemento decorativo, bem como a de lajes de granito apenas em alguns espaços pedonais.

Figura n.º 19 - Tipo de Pavimentação



Fonte: Pedro Courinha

No Centro Histórico, a utilização de pavimentos com materiais mais ricos está intimamente relacionada com a importância do Espaço Público onde estão aplicados, bem como da importância arquitetónica dos seus edifícios envolventes. Destaca-se assim, a pavimentação em placas de xisto junto à Igreja Matriz, bem como, a calçada em calcário e mármore na Praça Serpa Pinto e no Largo Cândido dos Reis. No prolongamento de alguns espaços privados habitacionais de importância arquitetónica, bem como em locais privilegiados de convívio existem pavimentações semelhantes.

Os pavimentos em «touvelant» e em terra batida encontram-se em alguns Espaços Públicos, mas sobretudo em espaços afastados do Centro, em zonas cujos acessos ainda não se encontram definidos, sendo que, este tipo de pavimentação apesar de permitir uma boa impermeabilização, provoca alguns problemas como a criação de lamas ou de poeiras não contribuindo para uma boa imagem urbana.

2.2.3. Iluminação

Em toda a área do Centro Histórico a iluminação revela-se como um problema por ser insuficiente, não constituindo um elemento valorizador, nem dos seus Espaços Públicos, nem do seu conjunto edificado.

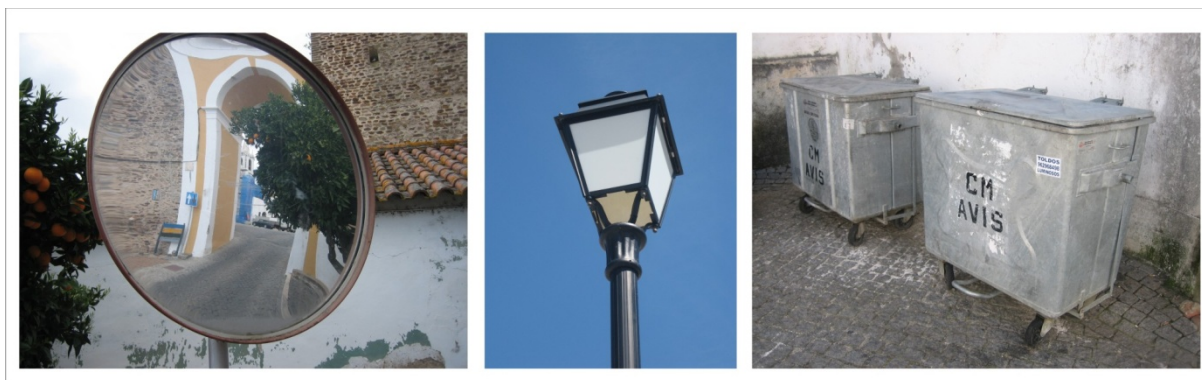
A iluminação é feita através de candeeiros encastrados na parede, de vários modelos, não contribuindo para a unidade do seu conjunto e sempre de fraca luminosidade, o que acarreta problemas de insegurança na utilização noturna dos Espaços Públicos.

2.2.4. Mobiliário Urbano

Os Espaços Públicos do Centro Histórico de Avis caracterizam-se por possuírem um mobiliário urbano em número bastante reduzido e desadequado face às necessidades contemporâneas, de um material descaracterizador e bastante degradado.

Este fator influencia no modo como a população vivencia os seus Espaços Públicos, que por não se constituírem como espaços atraentes e encontrando-se em avançado estado de degradação não potenciam todas as mais-valias da vila.

Figura n.º 20 – Mobiliário Urbano



Fonte: Pedro Courinha

2.2.5. Hierarquia Viária e Estacionamento

O Centro Histórico de Avis é marcado por uma rede de vias de largura reduzida, consequência da sua malha urbana de origem medieval, a qual não estava pensada para o transporte automóvel.

O acesso ao interior do perímetro da muralha é marcado por um estrangulamento viário, uma vez que é condicionado a apenas uma faixa de rodagem com dois sentidos, sendo que, no exterior a circulação automóvel é também dificultada, por apesar de as vias serem de maior largura, estas estão permanentemente ocupadas numa das faixas de rodagem com estacionamento. Este problema é agravado por a única área de estacionamento organizado no interior das muralhas, ser no Largo Cândido dos Reis, junto à Câmara Municipal, o que se torna claramente diminuto para toda a área que abrange.

As únicas ruas de trânsito proibido são as que se localizam em becos sem saída ou onde o dimensionamento das ruas não permite de todo o trânsito viário, sendo que, as ruas de acesso mais difícil, por serem mais estreitas, não são tão utilizadas, sendo as de trânsito regular as que acabam por ser mais utilizadas em alternativa às de trânsito mais intenso e congestionado.

2.2.6. Infra-estruturas

Toda a área do Centro Histórico de Avis possui rede elétrica e telefónica, a qual se encontra a descoberto e visível nas fachadas e está em razoável estado de conservação.

No sistema de segurança contra incêndios foi registada a rede de bocas-de-incêndio, existente na área de intervenção. Importa referir, que estas são em número reduzido relativamente à área em questão.

Foram localizadas bocas-de-incêndio que se encontravam ativas mas deparou-se com algumas dificuldades nas acessibilidades a estas, o que muitas vezes origina problemas de circulação e de acesso das viaturas dos bombeiros.

2.2.7. Barreiras Arquitetónicas

No Centro Histórico da vila de Avis, assim como na maior parte das vilas medievais, existem graves problemas de acessibilidades, o que dificulta a circulação pedonal, derivados em grande parte pela situação geográfica, que se traduz nos relevos acentuados dos terrenos e na sua forma orgânica, ao que acresce frequentemente, a desadequação do material utilizado no pavimento.

Para fazer uma avaliação da mobilidade no Centro Histórico foi realizada uma análise para aferir quais as zonas com maior ou menor circulação pedonal.

Através desta análise de circulação pedonal e de acordo com a legislação em vigor, foram identificados espaços pedonais com problemas de mobilidade, ou mesmo com situações que constituem uma barreira física.

Salienta-se que no caso das passadeiras a situação não é grave, registando um incómodo insignificante, salvo numa situação localizada na Rua da Porta de Évora.

A mesma situação já não se pode dizer quantos aos equipamentos, onde existe um grave problema em termos de acessibilidade, como são exemplo, os casos dos edifícios da Câmara Municipal de Avis, das Finanças e da Conservatória que se localizam no mesmo edifício, da Igreja Matriz e do Fórum Municipal da Cultura. Como espaço de fruição pública, é de salientar que o miradouro do Passeio do Mestre de Avis também carece de algumas intervenções no sentido de diminuição de barreiras arquitetónicas.

2.2.8. Problemas Detetados (Análise)

Tendo já muitos dos problemas detetados nos Espaços Públicos sido abordados, procede-se agora a uma breve caracterização através de uma análise mais temática e sintética dos problemas existentes mais graves.

Verificando-se que a principal tipologia viária existente no aglomerado urbano é a de arruamento, um dos problemas que podemos caracterizar é o conflito existente, em muitas das ruas antigas, entre o peão e o automóvel, que impossibilita o uso de determinados espaços, no sentido do usufruto de todas as suas potencialidades.

A falta de locais para estacionamento, apenas contemplado de uma forma intencional no Largo Dr. Sérgio de Castro, faz com que muitos espaços se apresentem degradados, tais como o Largo Miguel Bombarda e o Largo Cândido dos Reis, pelo estacionamento caótico e não planeado que aí se efetua.

O avançado estado de degradação dos espaços públicos, acrescido da não existência de mobiliário urbano adequado que suscite a permanência das pessoas, como é o caso do Largo Dr. Manuel Lopes Varela, leva a um não usufruto de locais de estadia e lazer que suscite a permanência das pessoas.

Importa ainda salientar, a inexistência de maciços vegetais nos Espaços Públicos existentes. A única vegetação existente, configura-se somente a árvores de alinhamento, localizadas nos arruamentos. A restante arborização dos Espaços Públicos, surge à semelhança da anterior, frequentemente mal podada e inadequada à sua função. A escolha da vegetação adequada e a sua poda parece ser também um grave problema dos Espaços Públicos: "O alterar do porte e imagem de cada espécie faz quase sempre que os exemplares fiquem atarracados e mutilados, contribuindo fortemente para a degradação da imagem dos Espaços públicos". (Simões, Paula, 1996, p. 13).

A questão da iluminação dos espaços públicos constitui-se num grave problema, por, em algumas áreas, ser claramente insuficiente, não proporcionando um ambiente urbano valorizador, nem segurança aos seus utilizadores. O tipo de iluminação existente materializa-se sobretudo em candeeiros encastrados na parede, de fraca luminosidade e de modelos muito distintos entre si.

A iluminação é, contudo, um elemento que quando bem pensado valoriza toda a imagem urbana.

A pavimentação, que predominantemente é de calçada de granito com medidas de 0.11m x 0.11m, é outro dos fatores que dificulta a circulação pedonal, bem como, a inexistência em muitas situações da distinção na estereotomia entre as áreas pedonal e de circulação automóvel, ao que acresce ser um elemento causador de grande ruído à passagem dos veículos automóveis.

PARTE III – MODELO DE INTERVENÇÃO

1. Identificação da Metodologia de Intervenção

Para a realização desta metodologia foram selecionados dois casos práticos de reabilitação em Portugal com sucesso e com características semelhantes à área de intervenção: é o caso do Centro Histórico Évora e do Centro Histórico Guimarães, ambas inscritas na lista de património mundial, e classificadas como Património da Humanidade pela UNESCO.

São exemplos de semelhanças:

- A malha urbana medieval, declives, ruas estreitas, falta de estacionamento;
- Espaço Público pouco utilizado e ao abandono derivado ao seu mau estado de conservação, falta de conforto e segurança, iluminação inadequada, pavimentação em mau estado, falta de mobiliário urbano, acessibilidades, conflitos entre automóvel e peão antes das intervenções realizadas;
- A ausência de critérios de sustentabilidade, nomeadamente, ambiental (consumo energético, materiais utilizados, gestão de água, estrutura verde), utilização (acessibilidades), conforto e qualidade;
- Infra-estruturas de saneamento e de comunicações como, telefones e introdução de TV por cabo desadequadas;
- Ausência de espaços destinados ao peão, e percursos pedonais.

Nesta fase pretende-se construir uma metodologia para a área de intervenção tendo em conta todos os conteúdos estudados desta dissertação com o objetivo de adaptar esse espaço à contemporaneidade ou seja, exigências dos dias de hoje, dando resposta as necessidades atuais.

Nas práticas estudadas foram implementados modelos mais específicos que tiveram êxito após a sua conclusão, sendo de realçar estas medidas, dado que são objetivos a alcançar na área de intervenção:

- A criação de pavimento diferenciado entre os espaços de circulação, de permanência e mesmo a demarcação a elementos de valor patrimonial, valoriza estes espaços e mesmo o património edificado construído;
- A eliminação de vários tipos de pedra utilizada no pavimento e a utilização de um único tipo de material consoante o papel desempenhado pelo espaço possibilitou a uniformização dos pavimentos, diferenciando assim o tipo de usos que o espaço desempenha;

- Modernização de mobiliário urbano e de equipamentos, como por exemplo, a adequação do tipo de mobiliário às exigências funcionais e estéticas atuais, enterramento das infra-estruturas de cabos elétricos e telefónicos, eliminação de antenas de TV, enterramento de contentores de lixo e de reciclagem criando assim uma valorização do Centro Histórico e melhor ambiente visual e urbano;
- Melhorias na iluminação geral do Espaço Público e criação de iluminação cénica valorizando assim o conjunto urbano e criando conforto e segurança aos utilizadores;
- Utilização de elementos que possibilitam aumentar o uso do Espaço Público como por exemplo jogos de água, sombreamentos, entre outros.

Para um aperfeiçoamento do modelo de intervenção foram selecionados também alguns aspetos a considerar para a reabilitação do Largo Cândido dos Reis assim como a opinião de grande relevância dos residentes, sendo também de realçar os critérios de sustentabilidade dando assim resposta às exigências dos dias de hoje.

É importante salientar a área de sustentabilidade principalmente em zonas com condições excelentes para a sua prática, podendo assim elevar o seu conforto a nível ambiental, gestão de água (reutilização de águas pluviais em, por exemplo, espelhos de águas para diminuir as temperaturas elevadas que se fazer sentir nas épocas de maior calor, e rega dos espaços verdes nos Espaços Públicos), consumos energéticos (diminuição do consumo energético a nível de iluminação do Espaço Público), estrutura verde (por exemplo, utilizar estes espaços para sombreamento e conforto visual), assim como aspetos muito relevantes para o conforto e bem-estar dos utilizadores (por exemplo, a internet).

2. Proposta de Intervenção

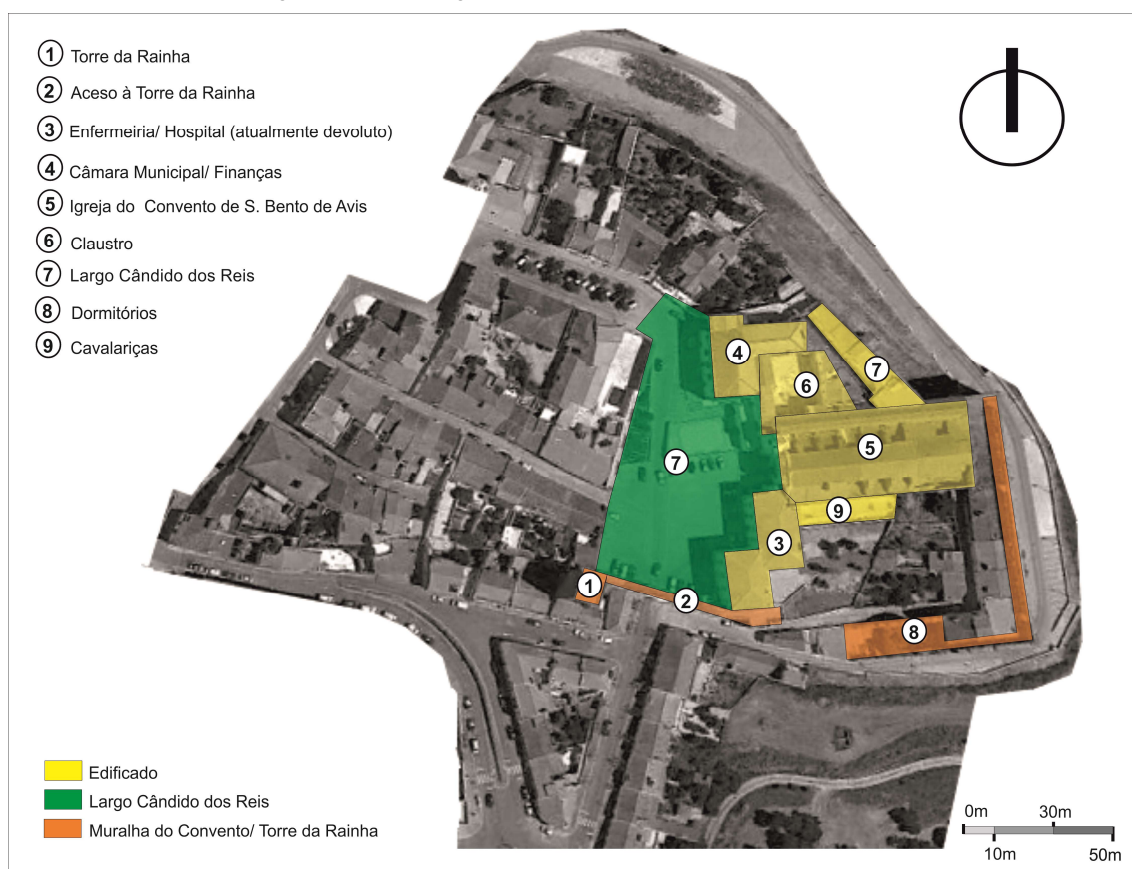
Após a análise do Centro Histórico de Avis, foram identificados alguns problemas existentes, pelo que foi estudada uma proposta para o Largo Cândido dos Reis. Este largo localiza-se no lado Este da Vila de Avis, e foi escolhido por ser o que tem maior importância no conjunto urbano, dada a sua dimensão (área de cerca de 0.3 ha) e história. Aqui predominam os edifícios com maior relevância do Centro Histórico, nomeadamente, a Igreja e Convento de São Bento de Avis e o Paço dos Mestres.

A Igreja e Convento de São Bento de Avis estão classificados como Edifício de Interesse Público, e no antigo Paço dos Mestres funciona atualmente a Câmara Municipal de Avis e as Finanças, sendo que, outros serviços da Autarquia ocupam ainda o refeitório do Mosteiro. Este conjunto edificado encontra-se em mau estado de conservação sendo o caso

do Convento completamente devoluto, e juntamente com um Espaço Público sem infra-estruturas urbanas, mobiliário urbano, entre outros elementos, deu origem a uma desqualificação do valor deste espaço.

Em conclusão, este largo encontra-se desadequado aos tempos de hoje, necessitando urgentemente de uma intervenção e é de salientar a inexistência de comércio terciário

Figura n.º 21 – Largo Cândido dos Reis/ Edificado Existente



Fonte: Pedro Courinha

Para uma melhor intervenção existem alguns conceitos a considerar e a alcançar:

- Implementação da Identidade;
- Introdução de conceitos de acessibilidade e mobilidade;
- Melhoramentos de conforto e segurança;
- Adaptação do Largo às exigências dos dias de hoje (Contemporaneidade);
- Implementação de Conceitos de Sustentabilidade;
- Melhorias das Condições de vida dos residentes e visitantes;

- Estabelecer ao Largo Cândido dos Reis características de Coesão Territorial;
- Valorização da Circulação Pedonal.

Implementação da Identidade

Pretende-se modernizar o Largo Cândido dos Reis, sem que este perca a sua identidade.

Como conceito, a identidade de um meio urbano, está intimamente ligada à sua população e às suas formas de apropriação do espaço, que se traduzem num sentimento de pertença, através de um conjunto de memórias, ideias, sentimentos, valores e significados.

A manutenção da identidade é feita através da apropriação largo pela população, promovendo a tipologia e tipo de utilização adequada, designadamente, dos equipamentos e mobiliário urbano, dos materiais e técnicas construtivas, dos pavimentos, da iluminação, da sinalética e das respetivas cores e texturas e ainda dos edifícios envolventes.

Introdução de conceitos de Acessibilidade e Mobilidade

O desenho do Espaço Público é essencial na definição de boas condições de acessibilidade e mobilidade, sendo estas um fator de valorização e sucesso dos Espaços Públicos na questão da sua apropriação pela população.

Pretende-se a melhoria das acessibilidades e mobilidade no Largo para isso é indispensável a aplicação de vários fatores, a considerar como delimitar a circulação automóvel em determinadas áreas, a criação de limites de velocidade, rebaixamento do lancil do passeio nas passadeiras, pavimentos rugosos nas zonas de atravessamento porque pelo efeito de desconforto transmitido tornam-se em zonas de atravessamento rápidas e antiderrapantes para criar segurança, evitar escadas e a criação de elevadores. Estes fatores são de grande importância para a valorização e sucesso do Largo Cândidos dos Reis na questão da sua apropriação pela população.

Pretende-se assim efetuar a valorização da área de intervenção com os conceitos estudados de maneira a que este Espaço Público possibilite a toda a população, tanto visitante como residente, boas condições de acesso e de apropriação deste espaço.

Melhoramentos de Conforto e Segurança

No Espaço Público devem prever-se critérios de segurança e conforto para a sua população, os quais têm forte relação com a sua maior ou menor utilização, para a sua implementação, potenciando o número máximo de utilizadores para estes espaços. No caso em particular do Largo Cândido dos Reis existe uma inexistência deste conceito, a ausência

de barreiras arquitetónicas para separar as diferenças entre o espaço de circulação automóvel e o circuito pedonal é escassa. É muito importante diferenciar este aspeto para tornar o espaço mais apropriado e seguro para os seus utilizadores, para isso é importante implementar nesta proposta a redução de zonas destinadas ao automóvel e criação de zonas condicionadas ao trânsito, permitindo só o acesso a cargas e descargas, acesso local e a veículos de emergência. É de referir que a redução de zonas para o automóvel na área de intervenção origina carência de estacionamento, para resolver essa situação é proposto um estacionamento alternativo fora do largo localizado junto à rua da Cerca da Convento. A colocação de novos aparelhos de iluminação pública, a utilização do tipo de vegetação adequada para servir de sombreamento e redutora de ruído, pavimentos com superfície mais regular para oferecerem mais conforto, colocação de pinos nas zonas em conflito com o automóvel, utilização de pavimento viários redutores de ruído, entre outros mencionados, são influenciadores de conforto e segurança.

Adaptação do Largo às Exigências dos dias de hoje (Contemporaneidade)

No que diz respeito à contemporaneidade, neste espaço, está ausente, que tal como já foi referido, parou no tempo. Nos dias de hoje os espaços públicos deverão ter em consideração este aspeto, que é fundamental para a sua valorização, contribuindo para melhorar as condições de utilização pelas pessoas que o utilizam, tanto residentes como visitantes. Para responder a essas exigências é importante a utilização de conceitos de sustentabilidade de maneira a que se reduzam os custos, assim como a utilização de materiais modernos, mas locais, para que o espaço mantenha a sua identidade, a multifuncionalidade do espaço, assim como a utilização de tecnologias, como por exemplo, de acesso à internet, que é um aspeto fundamental e que estamos completamente dependentes dela.

A reabilitação do edificado envolvente e a adaptação dos usos consoante as suas necessidades são importantes no aspeto da contemporaneidade.

Implementação de conceitos de Sustentabilidade

A sustentabilidade é atualmente um conceito incontornável e com o qual há muita preocupação nos últimos tempos. Uma correta utilização deste fator permite-nos economizar energia, bem como implementar várias técnicas de aproveitamento de recursos naturais contribuindo assim para uma melhor utilização e conforto do espaço. Estes aspetos são de grande importância, pelo que deverão ser implementados no caso do Largo Cândido dos

Reis, sempre que possível, onde mais uma vez estes critérios se encontram ausentes. Com estes recursos podemos, no caso de estudo, atingir objetivos completamente importantes a nível energético, materiais utilizados, conforto na sua utilização, entre outros, tal como referido neste estudo.

Estabelecer ao Largo Cândido dos Reis características de Coesão Territorial

O Largo Cândido dos Reis por si não é sustentável, o que significa que necessita da sua envolvência, tanto a nível territorial como em várias escalas. Neste aspeto é importante realçar também que a sua envolvência é de extrema importância para que este estudo seja considerado um sucesso. Falamos da sua envolvência a nível territorial, local e como não podia deixar de ser, no seu próprio espaço. A maneira como se alcança o espaço de intervenção, o Largo Cândido dos Reis, é um aspeto de grande consideração, pois sem este fator nunca se poderia conseguir os objetivos pretendidos. Neste campo é de realçar a importância da envolvente a nível do edificado, onde é de extrema importância existir comércio, terciário e de atividades económicas, que também são de grande importância para a sustentabilidade do Largo. É de referir que neste largo existem alguns fatores de grande importância para a manutenção da sua identidade e sustentabilidade, como por exemplo, o Paço dos Mestres, atualmente a Câmara Municipal de Avis, e as finanças. Como conclusão, poderemos referir que é um objetivo de relevância, propor conjugação de todas as atividades.

Valorização da Circulação Pedonal

A circulação pedonal é um elemento fundamental para a área de intervenção, pois, como referido, o Largo Cândido dos Reis é o de maior influência e dimensão do Centro Histórico, motivo este para ser o local escolhido nesta dissertação, onde mesmo com a ausência de todos os aspetos estudados, é o único onde existe maior abundância, é um espaço onde a circulação é feita com maior intensidade derivado dos serviços existentes, apesar da ausência de comércio terciário entre outros. Por isso, a circulação pedonal está deteriorada, logo é um fator de desvalorização deste Largo, sendo aqui onde se encontra o maior conflito entre o circuito pedonal e automóvel, onde a segurança é escassa.

Esta segurança só é conseguida com a redução da circulação automóvel e através da criação de fatores, já aqui referidos como por exemplo, a colocação de pinos nos conflitos com o automóvel, pavimento adequado e diferenciado, lancil rebaixados nas zonas das passadeiras, entre outros, são essenciais para valorização da circulação pedonal do Largo Cândido dos Reis.

Todos estes fatores e elementos são de muita importância para o conforto, segurança e utilização do Largo Cândidos dos Reis para que o resultado final seja considerado como um sucesso.

O Centro Histórico de Avis parou no tempo, o que originou a necessidade de implementação de várias intervenções, ora para estabelecer uma proposta mais satisfatória será necessário contemplar também na área de intervenção vários elementos que completam os conceitos referidos nesta proposta.

Mobiliário Urbano:

- Colocação de mobiliário urbano, adaptando-os as exigências funcionais atuais, mas não esquecendo que estes podem-se transformar em barreiras arquitetónicas;
- Utilização de materiais locais, de modo a manter a identidade e diminuir os custos com transporte dos mesmos;
- Utilizar materiais resistentes e de durabilidade elevada, reduzindo assim a degradação, vandalismo e gastos de manutenção a que estes estão sujeitos;
- Utilização de materiais reciclados sempre que possível;
- Colocação de barreiras arquitetónicas nomeadamente pinos entre as zonas de circulação automóvel e pedonais;
- Colocação de painel informativo de monumentos e de pontos relevantes para fins turísticos;
- Guardas de proteção nos miradouros e passadiços.

Infra-estruturas:

- Colocação dos cabos telefónicos, elétricos por baixo da superfície;
- Colocação dos cabos de televisão por baixo da superfície com a consequente eliminação de antenas de televisão;
- Enterramento de contentores de reciclagem e de resíduos sólidos;
- Colocação de sistema de drenagem de águas pluviais para a sua reutilização.

Iluminação:

- Melhorias gerais na iluminação no Largo e criação de iluminação cénica valorizadora do conjunto urbano;
- Aplicação de iluminação de LEDs;
- Colocação de iluminação com refletores;

- Colocação de aparelhos de iluminação, que englobem painéis solares;
- Iluminação cénica de monumentos ou elementos estratégicos no Largo Cândido dos Reis;
- Introdução no pavimento luzes ambientais nas zonas de interesse relevante.

Pavimentação:

- Evitar pavimentos de materiais escorregadios de maneira a evitar acidentes;
- Utilização de materiais locais, de modo a manter a identidade e diminuir as necessidades de transporte;
- Deferenciamento do tipo de material utilizado para circulação automóvel e pedonal;
- Possibilitar a permeabilização do solo caso seja impossível, utilizar um sistema de drenagem de águas pluviais para a sua reutilização no caso de espaços com piso impermeáveis;
- Utilização de materiais nos pavimentos que permitem uma boa circulação da água;
- Utilização de pavimentos mais rugosos e antiderrapantes em situações de atravessamento que, pelo efeito de desconforto, transmitem maior insegurança;
- Redução da variedade de tipos de materiais de pavimentos, com a adoção do granito como o material base;
- Utilização do xisto (material local) para intervenções pontuais de relevância;
- Implementar pavimentos que sejam redutores do ruído na circulação automóvel.

Zonas Pedonais e Acessibilidades:

- Lances rebaixados nas zonas de passagem de peões;
- Utilização de rampas sempre que seja possível assim como evitar zonas com relevos;
- Criação de passeios ou zonas destinadas para o mesmo fim com largura adequada a uma confortável utilização;
- Prolongamento da pavimentação de zonas pedonais, entre cruzamentos perpendiculares mesmo com menor importância de modo a criar percursos contínuos;
- A criação de pavimento diferenciado entre os espaços de circulação, de permanência e mesmo a demarcação a elementos de valor patrimonial;
- Valorização da Torre da Rainha e miradouro da Vila Graça e a criação de circuito sobre a muralha do convento.

Amenidades:

- Criação de esplanada;
- Criação de espelhos de água ou jogos de água através da reutilização de águas pluviais;
- Acesso à internet no Espaço Público;
- Garantir multifuncionalidade do Largo;
- Parque infantil.

Vegetação:

- Implantação das espécies arbóreas adequadas;
- Utilização de caldeiras proporcionais ao seu tamanho e sempre que possível cobertas com casca de pinheiro de forma a garantir a humidade do solo;
- Adequação do tipo de vegetação à sua funcionalidade, tal como servir de elemento de sombreamento, protetor do vento ou do ruído;
- Colocação de vegetação de folha caduca permitindo criar sombras no Verão e sol no Inverno.

Estacionamento e Circulação Automóvel:

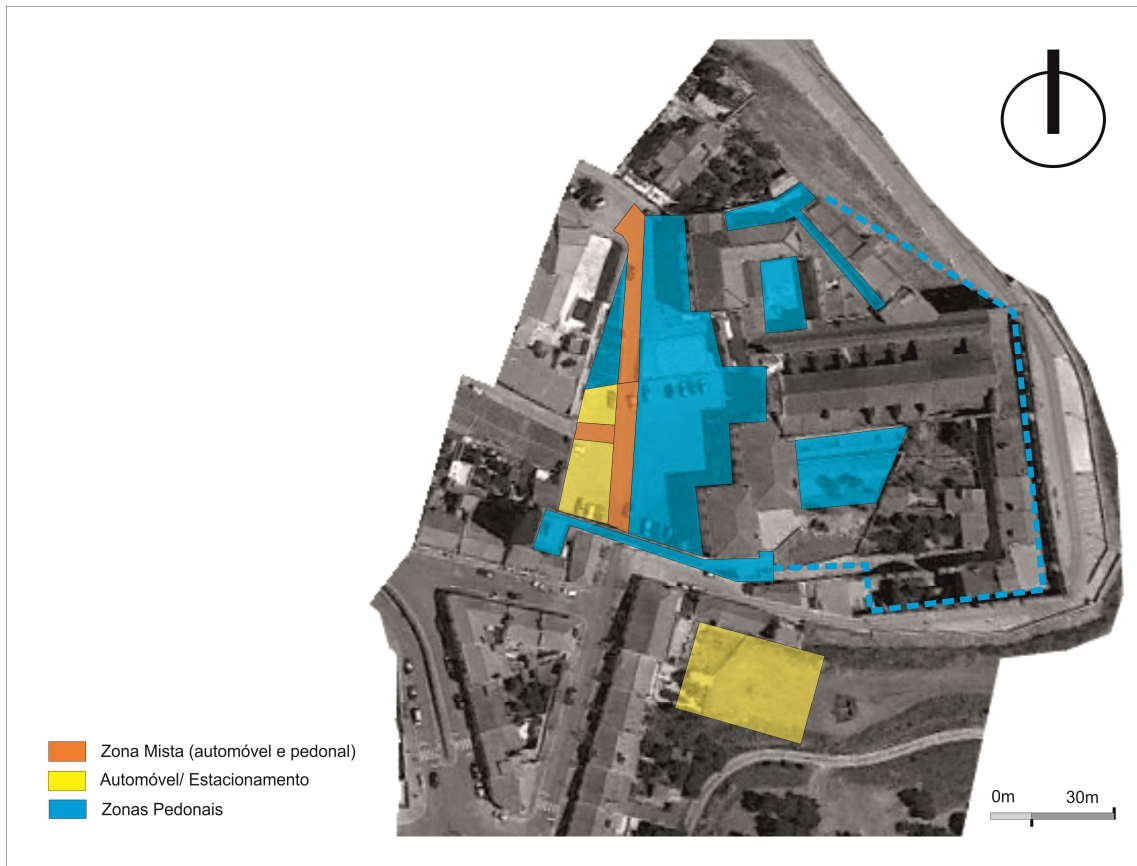
- Colocação de barreiras e pinos para controlar a velocidade dos veículos e proteger as zonas pedonais;
- Criação de parque de estacionamento fora da Muralha.
- Limitações ao estacionamento automóvel;
- Criação de limites de velocidade para os automóveis.

Qualidade Ambiental:

- Criar sombreamento de permanência através de objetos arquitetónicos ou de introdução de estrutura verde;
- Introdução de elementos água para aumentar a humidade do ar, cuja evaporação proporciona uma descida da temperatura geral nas estações de maior calor.

Para completar esta proposta necessitam-se de esquemas estratégicos, para melhor compreensão foram criadas imagens síntese de modo a demonstrar os objetivos a alcançar. Estas estratégias consistem na intervenção em vários pontos, onde se situam elementos fundamentais para a valorização do Largo Cândido dos Reis e o que eles contêm, completando os pontos anteriormente referidos.

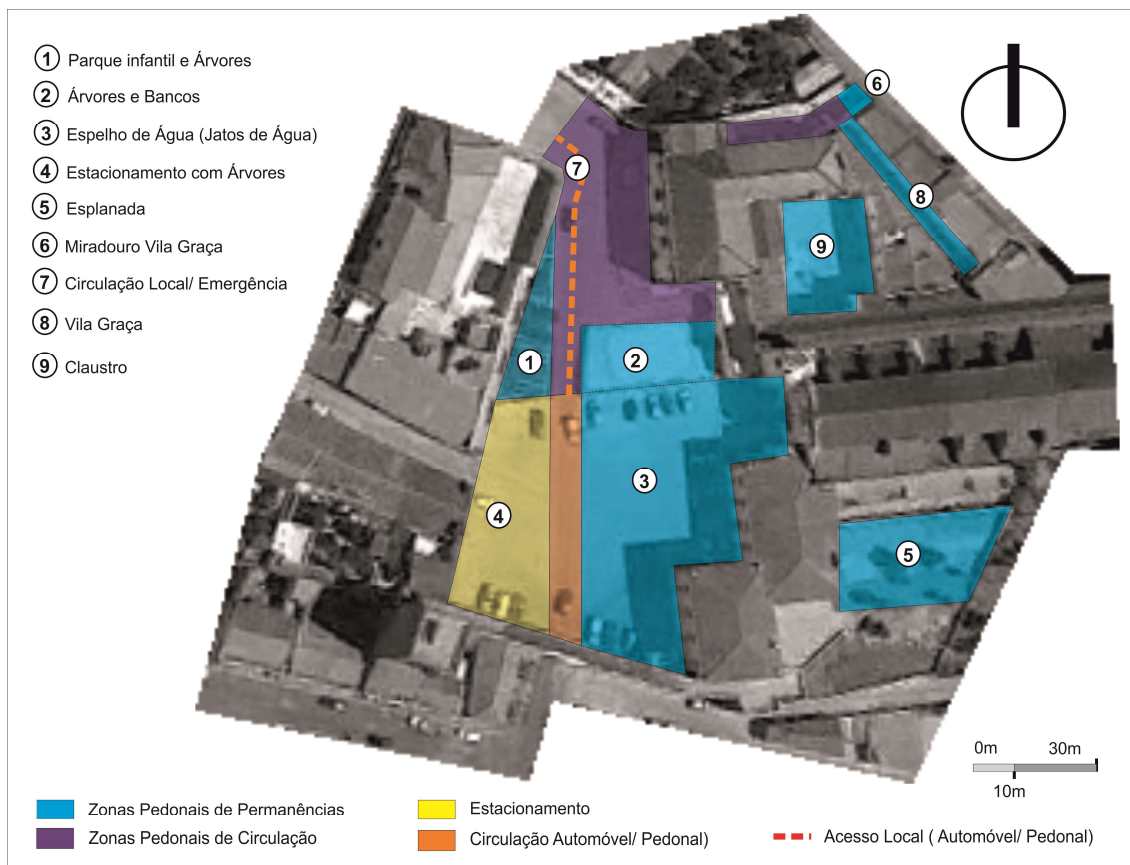
Figura n.º 22 – Largo Cândido dos Reis – Zonas de Circulação



Fonte: Pedro Courinha

A eliminação do conflito entre o automóvel e o circuito pedonal e um aspeto de valorização do espaço, assim, nesta figura podemos visualizar a estratégia para o Largo Cândido dos Reis a nível de proposta de circulação. São apresentados três tipos de zonas, a zona mista, onde existe circulação automóvel e pedonal, para esse conflito ser reduzido a introdução de limite de velocidade reduzida é vantajosa. A zona pedonal é a com maior predominância de forma a potencializar e reforçar a utilização do Largo. Juntamente com o aumento da zona pedonal e a redução da circulação automóvel no largo origina a criação de um novo parque de estacionamento ao lado da Rua Cerca do Convento de maneira a que seja escasso o confronto com o circuito pedonal criando melhor conforto e segurança aos utilizadores.

Figura n.º 23 – Largo Cândido dos Reis – Pavimentação e Usos



Fonte: Pedro Courinha

O material da pavimentação é de extrema importante no espaço publico e tem várias funções consoante a sua utilização. Para esta proposta pode-se observar a existência de vários espaços de circulação, pedonais permanências, pedonais de circulação, estacionamento, circulação automóvel e acesso local, cada uma com a sua função. Para as zonas de intervenção pontuais de relevância foram destinadas as zonas pedonais de permanência onde o material utilizado é o xisto para realçar a importância e demarcação a elementos de valor patrimonial dos edifícios e criar conforto nos seus utilizadores. Nas restantes zonas o material utilizado é menos nobre tratando-se de granito. Apesar destas duas zonas (circulação automóvel/ pedonal e estacionamento) terem o mesmo tipo materiais, será diferenciado conforme a sua função utilizando características que prevalecem a circulação pedonal. A Zona de acesso local, cargas e descargas e emergência é composta pelas mesmas características predominantes nas zonas de pedonais de circulação, realçando a circulação pedonal.

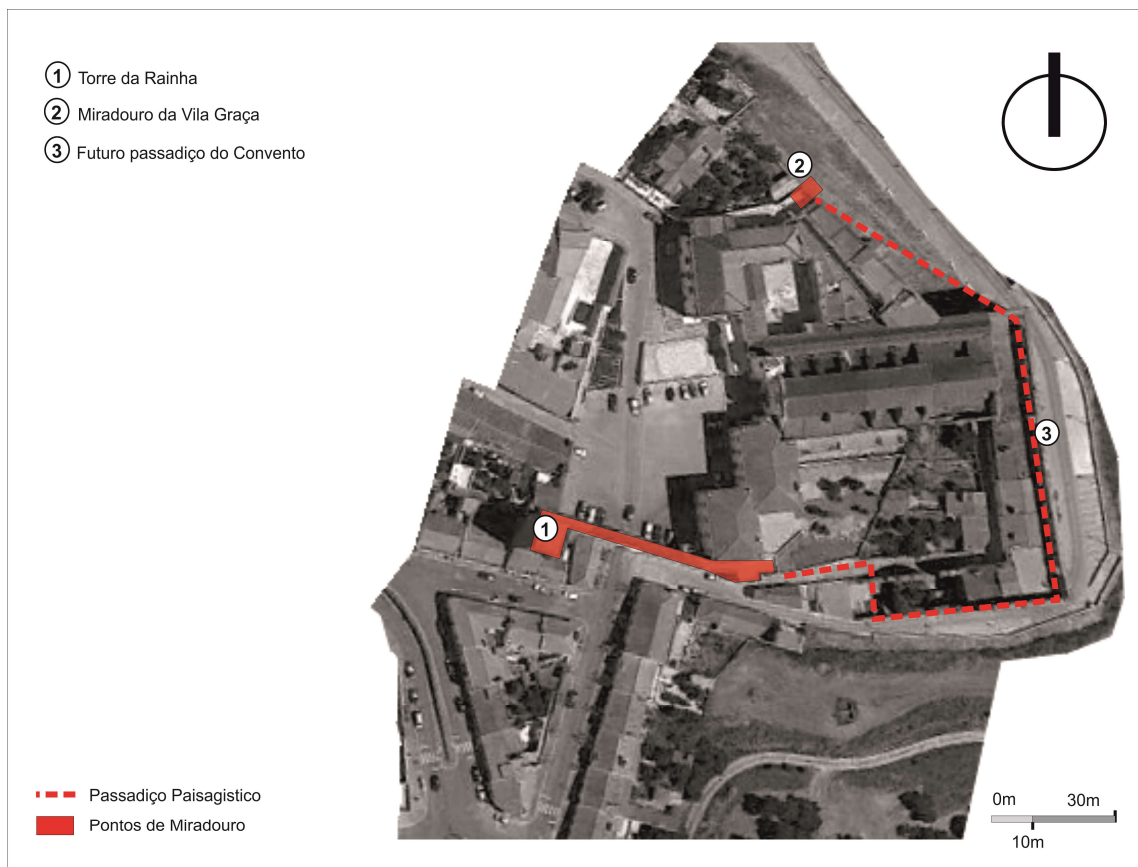
É importante realçar a utilização de jogos de água para que todos possam usufruir da sua potencialidade já mencionada, a criação do parque infantil e o jardim no ponto dois onde as pessoas possam descansar em conforto sendo portanto uma zona de forte adesão

de circulação e permanência dos utilizadores derivado aos serviços públicos e culturais aí existentes.

Importante mencionar a localização de árvores nos pontos 2,4 e 5, sendo estas de folha caduca e no parque infantil de pequeno porte e de folha permanente, todas elas com as características já mencionadas nestas dissertação.

A valorização paisagística do Centro Histórico de Avis é um dos objetivos também a alcançar, o Largo como o Centro Histórico tem características geográficas interessantes, localizado em terreno de alto relevo e circundado pela ribeira do Maranhão, são extraordinárias condições naturais e paisagísticas.

Figura n.º 24 – Largo Cândido dos Reis – Valorização Paisagística



Fonte: Pedro Courinha

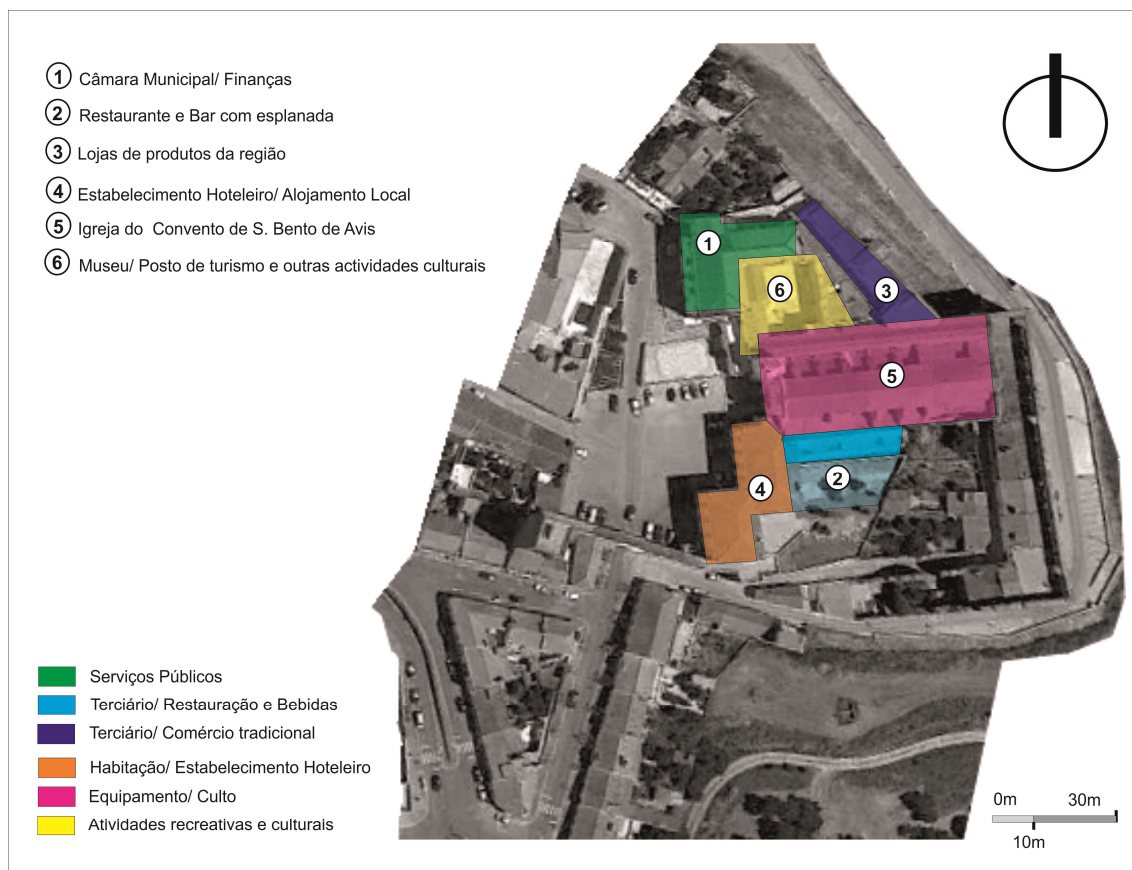
No que diz respeito a valorização paisagística, como se pode verificar na imagem existe três pontos importantes nesta valorização, são eles a Torre da Rainha, a criação do passadiço suspenso do Convento e os melhoramentos do Miradouro Vila Graça.

Estes três pontos paisagísticos são de extrema importância para este circuito, é claro que só com a construção do passadiço se conseguirá que este circuito seja uma

continuidade o que leva a sua valorização e conforto, potencializando a atividade turística e não só.

A colocação de guardas de proteção neste circuito são extrema importância, atualmente, apesar de aberto ao público tanto o acesso como a Torre da Rainha não tem qualquer tipo de proteção.

Figura n.º 25 – Largo Cândido dos Reis – Edificado e Usos



Fonte: Pedro Courinha

Para valorização do Largo Cândido Reis e para que tenha uma coesão territorial é necessário a criação de varias atividades económicas, culturais e sociais. A criação de serviços, comércio é de grande importância para potencializar a fixação da habitação e o incremento de turistas. Na imagem poderemos visualizar um conjunto do edificado com vários tipos de usos, que vão desde serviço a equipamento. Aqui é de realçar o Estabelecimento Hoteleiro, pois este encontrava-se devoluto e é de extrema importância derivado a sua dimensão como para potencializar a atividade turística. Os serviços terciários nomeadamente restauração e comércio tradicional também estimula a deslocação de turistas e habitantes, não esquecendo as atividades recreativas e culturais propostas. Todos estes aspetos são positivos para potencializar o património histórico, arquitetónico e cultural.

A diversificação das atividade económica proporciona um maior desenvolvimento do Largo Cândido dos Reis e na sua envolvência.

CONCLUSÃO

Esta dissertação permitiu ter um conhecimento relativo aos Centros Histórico detetando assim os problemas relacionados com os Espaços Públicos nomeadamente o Largo Cândido dos Reis tendo em conta os conteúdos estudados com o objetivo de melhorar o Largo do Centro Histórico de Avis, adaptando esse espaço à contemporaneidade, dando resposta as necessidades atuais.

Conclui-se que os problemas causados pela evolução do tempo, pela contemporaneidade estão presentes e que os espaços públicos permanecem degradados e desadequados, causando problemas a nível económico, social e ambiental.

Após análise, verificou-se que são vários os fatores da degradação e desadequação, em geral, a má gestão do edificado envolvente, a desvalorização do património edificado assim como do Espaço Público, contribui para o abandono da população e de visitantes. A falta de conforto e de segurança são também causas da desvalorização dos Espaços Públicos, Largo Cândidos do Reis, que por sua vez alteraram a vivência e a identidade destes espaços e não valorizam o potencial destes.

Com falta de população e falta de turistas, a permanência da população na utilização dos Espaços Públicos, Largo Cândido dos Reis fica condicionada por incapacidade de responder as exigências diminuindo assim a utilização dos espaços ficando ao abandono o que leva à degradação por falta de manutenção e uso.

No caso de estudo após caracterização e análise do Centro Histórico de Avis, Largo Cândidos dos Reis identificou-se os problemas que contribuem para desertificação, desvalorização e desadequação. Para responder as necessidades foram tidos em conta vários fundamentos como o estudo das práticas de reabilitações semelhantes e adaptados ao caso estudado com resultados positivos.

Elaborada a análise das estratégias das práticas de reabilitação utilizadas em coesão com outros fatores fundamentais estudados conclui-se indispensável a criação e valorização de circuitos pedonais, paisagístico e de comércio, a utilização da pavimentação de um modo adequado, a utilização um único tipo de material consoante o papel desempenhado pelo espaço para possibilitar a uniformização, diferenciando assim o tipo de usos que o espaço desempenha.

A eliminação da utilização do automóvel e criação de parque de estacionamento alternativo permite a criação de percursos exclusivamente pedonal eliminando o conflito entre o automóvel e o peão estabelecendo mais conforto e segurança aos utilizadores.

Outro aspeto fundamental está relacionado com as acessibilidades onde é importante que todos possam ter acesso, para isso é necessário o rebaixamento dos lancis em zona de passagem de peões outro aspeto relevante é o diferenciamento do material de pavimento entre as zonas pedonais e de circulação automóvel não esquecendo que as zonas pedonais deveram ser caracterizadas por materiais de fácil circulação.

A sustentabilidade é uma matéria que está nos dias de hoje na moda. A captação de águas pluviais para sua reutilização de rega dos espaços verdes assim como para criação de jogos de água (já existente, projeto recentemente efetuado embora não na melhor localização ou com aproveitamento reduzido), a utilização de fontes de energia alternativas, a utilização estratégica da vegetação de utilização, económicos e de qualidade e conforto satisfatórios.

Para completar estes argumentos é necessário a melhoramentos nas Infra-Estruturas, a criação e enterramento dos contentores de resíduos sólidos, a utilização de iluminação cinética valorizando o património edificado e pedonal, utilização de mobiliário urbano adequados e modernos valorizam e convidam ao uso destes espaços.

Não esquecendo tudo o que foi referido anteriormente a utilização de amenidades como a criação de jogos de água para melhorar a qualidade do ar, a utilização jogos de luz em leds no pavimento para criar ambiente durante a noite e a criação de esplanadas permitem a valorização do Largo Cândido dos Reis e a sua envolvência.

Concluindo a manutenção da identidade, a introdução de sustentabilidade, criação de percursos pedonais seguros com a conseqüente redução do uso automóvel, a valorização do património e a sua permanência, a criação de condições para novos moradores, turistas e manutenção da população existente, e a interligação com a periferia são fundamentais para a obtenção de bons resultados desta dissertação na área de intervenção.

BIBLIOGRAFIA

A Green Vitruvius. Princípios e Práticas de Projeto para uma Arquitetura Sustentável. Ordem dos Arquitetos, Lisboa, 2001

Aguiar, José. Cor e Cidade Histórica, Estudos Cromáticos e Conservação do Património. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2002.

Alarcão, Jorge. Introdução ao Estudo da História e do Património Locais. Instituto de Arqueologia, Coimbra, 1982.

Almeida, Ana. Sustentabilidade dos Espaços Públicos na Reabilitação de Núcleos Urbanos. Questão das Praças. Lisboa, FAL, 2006.

Almeida, João. Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses. Lisboa, 1948.

Amado, Miguel Pires. Planeamento Urbano Sustentável. Caleidoscópio, Lisboa, 2005.

Arquitetura Popular em Portugal. Sindicato Nacional dos Arquitetos. Círculo de leitores, Lisboa, 1995.

Brandão Alves, F.M.. Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica. Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia, Lisboa, 2003.

Brandão, Pedro. O Chão da Cidade. Centro Português do Design. Lisboa, 2002.

Brandi, Cesare. A Teoria de la Restauracion. Alianza Editorial, Madrid, 1992.

Cabral, Francisco. Ribeiro Telles, Gonçalo. Ribeiro. Árvore em Portugal. Assírio e Alvim, Lisboa, 1998.

Câmara Municipal de Avis. Inventário / Arquivo Histórico Municipal de Avis. Câmara Municipal, Avis, 1985.

Carvalho, Sérgio Luís. Cidades Medievais Portuguesas. Uma Introdução ao seu Estudo. Livros Horizonte, Lisboa, 1989.

Costa, Maria Clara Pereira. A Vila de Avis Cabeça da Comarca e da Ordem. Século XVI a XVIII. Tombos de Direitos, Bens e Propriedades. Revista do Instituto Geográfico e Cadastral, Lisboa, 1982.

Choay, Françoise. Alegoria do Património. Lisboa, Edições 70, Lisboa, 1982.

Choay, Françoise. O Urbanismo. Perspetiva, 2003.

Chueca Goitia, F. Breve História do Urbanismo. Editorial Presença, Lisboa, 2003.

Cullen, Gordon. Paisagem Urbana. Edições 70, Lisboa, 2006.

DGOTD. Desertificação em Portugal, Incidência no Ordenamento do Território e no Desenvolvimento Urbano (Vol. 1 e 2). Lisboa, 2004.

Franco, Lima. In Urbanização da Vila Ante-Plano. Memória Descritiva e Justificativa, 1950.

Giovannoni, Gustavo. *L'urbanisme face aux villes anciennes (Vecchie città ed edilizia nuova)*. Édition du Seuil, Paris, 1998.

Gonçalves, Hélder. *Conceitos Bioclimáticos para os Edifícios em Portugal*. 1ª Edição. DGGE, Lisboa, 2004.

IPPAR. *Cartas e Convenções Internacionais. Informar para Proteger. Património Arquitetónico e Arqueólogo*. Lisboa, 1996.

Lamas, J. R. Garcia. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia. Lisboa, 1992.

Lanham, Ana / Gama, Pedro / Braz, Renato. *Arquitetura Bioclimática, Perspetivas de Inovação e Futuro*. Lisboa, IST, Lisboa, 2004.

Lynch, Kevin. *A Imagem da Cidade*. Edições 70, Lisboa, 1970.

Marques, A. H. Oliveira. *História da 1ª. República Portuguesa. As Estruturas de Base*. Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1978.

Menezes, Marluci. *Levantamento Social para Projetos de Reabilitação Urbana. Das Formas e Modos de Olhar, Registrar, Analisar e Interpretar os Contextos Sócio-Espaciais aos Projetos de Intervenção*. Lisboa, 2004.

Oliveira, Ernesto Veiga. *Arquitetura Tradicional Portuguesa*. Publicações Dom Quixote, 1998.

Pereira, L. Valente. *Metodologia de Planeamento da Reabilitação de Áreas Urbanas*. LNEC, Lisboa, 1991.

Queiroz, Francisco / Portela, Ana Margarida. *Conservação Urbana e Territorial Integrada. Reflexões sobre Salvaguarda, Reabilitação e Gestão de Centros Históricos em Portugal*. Livros Horizonte, 2008.

Rego, D. Francisco Xavier. *Descrição Geográfica, Cronológica, Histórica e Crítica da Vila e Real Ordem de Avis*. Cadernos de Divulgação Cultural. Câmara Municipal, Avis 1985.

Romero, Maria Adriana Bustos. *Arquitetura Bioclimática do Espaço Público*. Editora Universidade de Brasília, 2001.

Rossi, Aldo. *A arquitetura da Cidade*. Edição Cosmos, Lisboa, 1997.

Saramago, Alfredo. *Livro Guia do Alentejo*. Edição Assírio & Alvim, 2007.

Salema, Sofia. *A Salvaguarda das Superfícies Arquitetónicas. O Exemplo dos Esgrafitos em Évora*. Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 2003.

Serrão, Joel. *Dicionário de História de Portugal*. Iniciativas Editoriais, Livraria Figueirinhas, 1979.

LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto. Regime da Acessibilidade aos Edifícios e Estabelecimentos que Recebem Público, Via Pública e Edifícios Habitacionais.

Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de Outubro. Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional.

Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro. Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural.

Regulamento do Plano Diretor Municipal de Avis (1995). Câmara Municipal de Avis.

Regulamento n.º 135/2008. Câmara Municipal de Avis. Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Avis.

DISSERTAÇÕES

Aguiar, José. Estudos Cromáticos nas Intervenções de Conservação em Centros Históricos. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Évora, Évora, 1999.

Caeiro, Elsa Maria Moreira. Estudo Comparativo de Conjuntos Urbanos Situados na Área de Influência de Évora. Tese de Mestrado em Recuperação do Património Arquitetónico e Paisagista, Universidade de Évora, 1995.

Evangelista, Sandra. Sustentabilidade em Centros Históricos, A Baixa Pombalina. Faculdade de Arquitetura do Instituto Superior Técnico para obtenção do Grau de Mestre, Lisboa, 2008

Macedo, António Sousa. Mosteiro da São Bento de Avis. Bases para uma proposta de recuperação. Tese de Mestrado, Universidade de Évora, 1995.

Pereira, Maria Madalena. Praças Públicas Sustentáveis. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura. Universidade Técnica de Lisboa, 2008.

Semião, V. M. F. A Baixa de Lisboa. A Importância dos Espaços Públicos Pedonais na Revitalização dos Centros Históricos. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre. Faculdade de Arquitetura do Instituto Superior Técnico, Lisboa, 2008

Simões, Paula. Paisagens: Uma experiência. Trabalho de fim de curso, Universidade de Évora, Évora, 1996.

Queirós, Filipa. Reabilitação de Centros Históricos. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2007.

INTERNET

After Pagus. Uma Iniciativa Inter-Comunitária que Visa Partilhar e Promover Experiências de Reabilitação Urbana Sustentável entre Cidades com Centros Históricos. Acedido em 22 de Novembro de 2010. <http://www.afterpagus.blogspot.com>.

Aguiar, J. (2000). *Estratégia, Método e Algumas Questões Disciplinares. A Experiência de Reabilitação Urbana do GTL de Guimarães*. Acedido em 26 de Abril de 2010. <http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/jaguiar/jaguiarcandidaturaguimaraes2000.pdf>.

Bernardo Ferrão. *O Conceito de Património Arquitectónico e Urbano na Cultura Ambiental Vimanense*. Acedido em 16 de Novembro de 2010. <http://www.cm-guimaraes.pt/files/1/documentos/470413.pdf>.

Câmara Municipal de Évora. *Grandes opções do Plano 2010*. Acedido em 16 de Novembro de 2010. <http://www.cmevora.pt/NR/rdonlyres/000095a0/GOPS2010.pdf>.

Câmara Municipal de Évora. *Notícias e Destaques*. Acedido em 03 de Abril de 2010. http://www2.cm-evora.pt/Noticias_Destaques/Results_noticias_noticias_destaque.asp?mnuRow=312.

Câmara Municipal de Évora. *Políticas de Conservação e Gestão do Centro Histórico de Évora*. Acedido em 06 de Abril de 2010. http://www2.cm-evora.pt/zc_chistorico.htm

Câmara Municipal de Guimarães. *Guimarães 2012. Capital da Cultura*. Acedido em 12 de Janeiro de 2011. http://www.cm-guimaraes.pt/PageGen.aspx?WMCM_Paginald=18817.

Câmara Municipal de Guimarães. *Guimarães 2012. Capital da Cultura*. Acedido em 22 de Novembro de 2010. <http://www.guimaraes2012.pt/index.php?cat=123&sup=15>.

Évora. *Recuperar o Processo Histórico. Investimento e Financiamento*. Acedido em 02 Dezembro de 2010. <http://2.cm-evora.pt/parquexpo/Cap%C3%ADtulo%207.pdf>.

Évora. *Recuperar o Processo Histórico. Projetos Estruturantes do Processo de Revitalização e Reabilitação do Centro Histórico*. Acedido em 04 Dezembro de 2010. http://2.cm-evora.pt/parquexpo/relat%C3%B3rio%20final_cap4.pdf.

GEOTPU. *Estudos do Território Planeamento Urbano*. Acedido em 23 de Novembro de 2010. <http://geotpu.dec.fct.unl.pt/archives/174>.

José Aguiar. *A experiência de Reabilitação Urbana do GTL de Guimarães. Estratégia, Método e Algumas Questões Disciplinares*. Acedido em 18 de Novembro de 2010. <http://www.cm-guimaraes.pt/files/1/documentos/470419.pdf>.

Sílvia Ávila de Sousa (2006). *Contributos para a Avaliação da Performance da Gestão dos Centros Históricos*. Acedido em 20 de Dezembro de 2010: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/12975/1/Texto%20integral.pdf>.

Universidade da Madeira, Funchal. *Políticas de Desenvolvimento Regional e Rural*. Acedido em 22 de Novembro de 2010. <http://apdr.pt/congresso/2010/ACTAS/pag%20896%20a%20994%20-%209.pdf>.

Universidade de Lisboa. Espaço Público: Desenho, organização e poder. Acedido em 23 de Novembro de 2010. http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1736/8/21861_ulfl056980_tm_11capitulo_1.pdf.

Universidade do Minho, Guimarães, Portugal. Breve História da Teoria da Conservação e do Restauro. Acedido em 23 de Novembro de 2010. <http://www.civil.uminho.pt/cec/revista/Num20/Pag%2031-44.pdf>.